



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

ADRIANA PEREIRA DE SOUSA

**OS SIGNOS DE REPRESENTAÇÃO DO “EU” E DO “OUTRO”:
A prática da tatuagem carcerária.**

João Pessoa – PB
2010

ADRIANA PEREIRA DE SOUSA

**OS SIGNOS DE REPRESENTAÇÃO DO “EU” E DO “OUTRO”:
A prática da tatuagem carcerária.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para a obtenção do título de Mestre em Sociologia sob orientação do Profº Dr. Ariosvaldo da Silva Diniz.

**João Pessoa – PB
2010**

ADRIANA PEREIRA DE SOUSA

**OS SIGNOS DE REPRESENTAÇÃO DO “EU” E DO “OUTRO”:
A prática da tatuagem carcerária.**

Dissertação apresentada em ___/___/___ como requisito para a obtenção do título de Mestre em Sociologia. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Ariosvaldo da Silva Diniz
Orientador – UFPB

Prof. Dr. Adriano de León
Examinador – UFPB

Prof. Dr. Iraquitã de Oliveira Caminha
Examinador – UFPB

**João Pessoa – PB
2010**



Ao meu esposo que nas entrelinhas me ensinou que uma pesquisa é muito mais do que lidar com um “*simplex objeto*” a ser pesquisado. Ela se torna uma lição de vida quando você se permite olhar o outro despido dos seus “*pré-conceitos concebidos*”.

AGRADECIMENTOS

À Deus por permitir a minha existência e me dar forças para superar os obstáculos que encontrei em meu caminho.

A meu orientador, o professor Dr. Ariosvaldo da Silva Diniz pelo empenho e dedicação na elaboração desse trabalho, e que, com muita sabedoria e dedicação, soube dar-me forças para que eu nunca desistisse dessa tarefa.

Ao professor Adriano de León por sua dedicação, muita sabedoria e palavras acolhedoras que serviram como uma verdadeira fortaleza ao longo dessa trajetória.

Às pessoas que foram meus interlocutores, portanto, co-autores deste trabalho, e que se propuseram a dividir suas experiências pessoais comigo: os apenados do Instituto Penal Desembargador Sílvio Porto, sem eles não seria possível a realização deste.

Aos professores do Departamento de Sociologia que, ao longo desses anos, muito contribuíram para a minha formação.

À banca de defesa dessa dissertação

A funcionária da Coordenação da Pós em Sociologia, Nancy Azevedo, que sempre me recebeu de braços abertos.

Ao meu colega de curso João Batista pela valiosa amizade e colaboração durante essa jornada.

Ao meu amigo Francisco Neto que ao longo dessa jornada sempre me deu uma palavra de apoio e conforto.

Ao meu grande amigo Cláudio Galvino que sempre se dispôs a me ouvir e ser o meu divã para que eu pudesse partilhar as angústias e as emoções vividas ao longo da pesquisa de campo.

Às agências fomentadoras CAPES e CNPQ por parte do apoio financeiro necessário a realização dessa pesquisa.

Aos meus familiares que sempre me apoiaram e incentivaram a seguir adiante.



RESUMO

Este trabalho é uma reflexão do resultado da pesquisa de campo realizada no Instituto Penal Desembargador Silvio Porto em João Pessoa – Estado da Paraíba. A partir de entrevistas livres e direcionadas com os reclusos, foi possível constatar que nos intramuros penitenciário desenvolve-se uma rede paralela de sociabilidade permeada de poder e submissão especificamente diferenciada do poder institucionalizado pelo Estado. A prática da tatuagem carcerária se encontra dentro desse contexto singular. Expressando a subjetividade do indivíduo, a relação de poder e submissão, a construção de uma identidade individual e social e estigma social. A prática da tatuagem carcerária elabora um universo enigmático do mundo da criminalidade. A tatuagem carcerária traz em si uma prática de uso cultural e social delineada pelos conflitos interiores e exteriores na construção da identidade individual e social do indivíduo, estes resultantes das inter-relações sociais. Portanto, essa nova identidade será construída no limiar tênue entre a ruptura brusca da identidade do *eu* do mundo em sociedade o qual ele vivia e a nova identidade que passa a ser construída a partir da entrada no cárcere, onde, a mutilação do *eu* acontece a todo instante e em todos os aspectos da vida social. É nesse limiar tênue em que os signos que representam a criminalidade são inscritos á flor da pele. O desenho escolhido e o local a ser tatuado denunciam as características particulares da personalidade de cada indivíduo, um ritual de identificação do apenado enquanto tal. A tatuagem carcerária é reconhecida pelos seus traços grossos e desenhos mal acabados, resultado das técnicas rudimentares utilizadas nas prisões.

Palavras - chave: Tatuagem; Apenados; Poder; Identidade individual e social; Estigma.

ABSTRACT

This work is a reflection of the outcome of field research at the Institute Criminal Judge Silvio Porto, João Pessoa - Paraíba State. From interviews and free targeted with the inmates, it was concluded that the intramural prison develops a parallel network of sociability permeated power and submission specifically differentiated from institutionalized power by the state. The practice of tattooing in prisons is within that singular context. Expressing the subjectivity of the individual, the relationship of power and submission, the construction of individual identity and social and social stigma. The practice of tattooing in prisons prepare a universe enigmatic world of crime. A prison tattoo embodies a practical use of cultural and social conflicts delineated by interior and exterior construction of individual identity and social conditions, resulting from these inter-social relations. Therefore this new identity will be built on the edge between faint sudden rupture of self-identity in the world society which he lived and the new identity which is now built upon entry into prison, where the mutilation of the self happens all moment and in all aspects of social life. It is at that threshold where the faint signs that represent crime are entered under the skin. The chosen design and location to be tattooed denounce the particular characteristics of each individual's personality, a ritual identification of the convict as such. A prison tattoo is renowned for its thick strokes and evil designs finished result of the basic techniques used in prisons.

Key - words: Tattoo; Inmates; Power; Individual identity and social: Stigma.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

FOTO	TÍTULO	PÁGINA
01	Gráfica	51
02	Máquina de reciclagem de cartuchos	51
03	Prótese	52
04	Projeto Pintando a Liberdade	53
05	Máquina de tatuar artesanal	85
05	Máquina de tatuar profissional	85
07	Biqueiras embaladas esterilizadas	86
08	Punhal e Cruz de Caravaca	88
09	Pontos na mão	89
10	Pontos que são tatuados na mão	89
11	Rosas	91
12	Cavalo Alado	93
13	Coração	94
14	Cruz	95
15	Jesus	96
16	Frase	96
17	Coração de mãe	97
18	Punhal Encravado	99
19	Malonguinho	100
20	Cruz com quatro cabeças	101
21	Chuck	102
22	Homem-Aranha	103
23	Teia de aranha	104

24	Tribal Satânica	105
25	Cemitério	105
26	Diabo	106
27	Bruxo	107
28	Labareda do Inferno	108
29	Diabo 2	109

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

LISTA DE FOTOGRAFIAS

INTRODUÇÃO 13
APRESENTANDO O TEMA

CAPÍTULO 1 20
UMA ESTRANHA NO NINHO

1.1 Diário de Campo 21
1.2 O cenário das entrevistas 32
1.3 As entrevistas 35

CAPÍTULO 2 43
A TERRITORIALIDADE DO CÁRCERE

2.1 Os habitantes da cidadela de pedra 44
2.2 A estrutura organizacional 48

2.2.1 A direção 48
2.2.2 Corpo técnico administrativo 48
2.2.3 Divisão assistencial 49
2.2.4 Divisão ocupacional e de qualidade 50
2.2.5 A segurança interna e externa 53

2.3 Os pavilhões 55

2.3.1 Pavilhão 15 (dos trabalhadores) 56
2.3.2 Pavilhão 16 (seguro) 58

2.4 A visita íntima 59

2.5 A visita familiar 61

2.6 A revista dos pertences 65

2.7 A revista íntima feminina 66

2.8 A revista íntima masculina 69

CAPÍTULO 3 70
PODER, TATUAGEM E IDENTIDADE

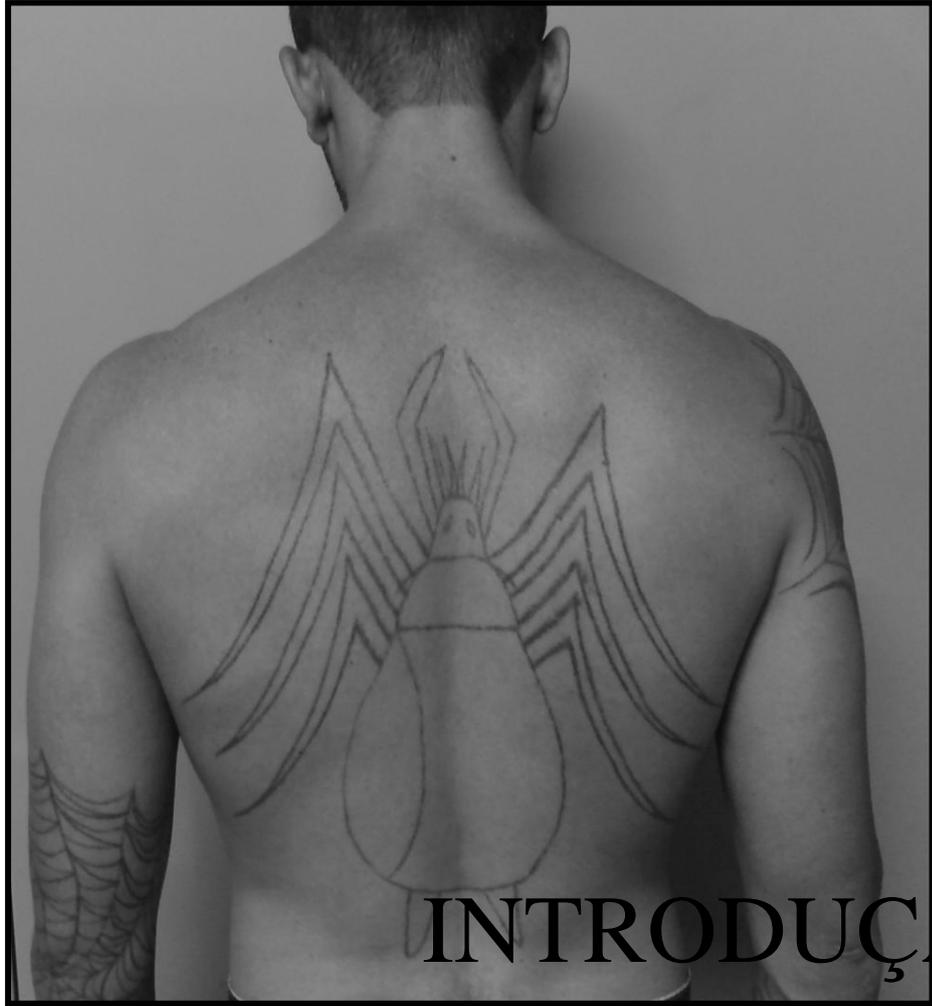
3.1 As relações de poder no cárcere 71

3.1.1 Direção e corpo de agentes 72

3.1.2 Agentes e apenados 73

3.1.3 As regras de convívio e a relação de poder entre os apenados 75

3.2 A economia informal do cárcere	77
3.2.1 A economia informal do tóxico no cárcere	79
3.3 A tatuagem como signos de representação	80
3.3.1 O processo de tatuar	84
3.3.2 O desconhecimento dos significados da tatuagem	88
3.3.3 A tatuagem como signo do desejo oculto	92
3.3.4 A tatuagem como signo para forjar uma identidade social	98
3.3.5 A tatuagem como signo de criminalidade	99
3.3.6 A tatuagem como signo de status social, poder e estigma	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
REFERÊNCIAS	118



INTRODUÇÃO

APRESENTANDO O TEMA

Este trabalho é uma reflexão sobre a *Prática da tatuagem carcerária*, resultado da pesquisa de campo no Instituto Penal Desembargador Silvio Porto – João Pessoa – Estado da Paraíba. Realizada no ano de dois mil e nove, tendo como principal objetivo analisar a prática da tatuagem carcerária como signos de representação de poder, demarcação de território, subjetividade do indivíduo e construção de uma identidade social e individual no intramuros.

A prática de marcas corporais é tão antiga quanto às primeiras civilizações, sejam elas pintura corporal, escarificação ou tatuagem. Disseminada entre culturas diferentes de todos os continentes com um uso bastante variado, a tatuagem traz um uso que é cultural e socialmente delineado.

Entendo a tatuagem como um procedimento pelo qual um pigmento é inserido abaixo da camada superficial da pele, atingindo a epiderme e sendo depositado na lâmina basal da pele sem atingir a derme. Este pigmento toma um caráter permanente e é inserido a partir do uso de agulhas ou objetos pontiagudos que possibilitam a perfuração da pele na introdução.

Desta forma, as marcas corporais desde seus primórdios permeiam as relações de poder dentro das sociedades, disseminando-se com características variadas sobre a sua prática, representação e aceitação social da qual passou a fazer parte, seja como rito religioso, rito de passagem da adolescência para a vida adulta, marca de “status” social ou ainda marca de “estigma” social. (FONSECA, 2006).

No Brasil, a tatuagem moderna é marcada a partir da chegada do dinamarquês Knud Harald Lykke Gregersen, no dia 20 de julho de 1959, na cidade de Santos – São Paulo (MARQUES, 1997). Nascido na Dinamarca a 14 de maio de 1928; solteiro; filho de Jens Gregersen, tatuador de renome internacional, apresentou-se às autoridades brasileiras como desenhista e pintor. Passados seis meses, após a sua chegada ao Brasil, Knud Harald virou notícia de jornal, aos olhos das autoridades desenhista e pintor; aos olhos do povo de Santos, Mr. Tattoo ou, como ficou conhecido no Brasil e no mundo, Tattoo Luck (MARQUES, 1997).

A região do porto, no período que antecedeu a chegada de Lucky no Brasil, como acontecia em qualquer país que possuísse um sistema de rede portuária, serviu de parada para muito tatuador estrangeiro, praticamente de todos os países, mas com uma característica própria: nômades que transitavam pelo cais de portos por onde desembarcavam. Desembarcavam aqui, passavam uma temporada tatuando, juntavam algum dinheiro e depois partiam.

Lucky estabeleceu-se em 1959 na cidade de Santos – São Paulo, onde abriu o primeiro estúdio de tatuagem do Brasil, em 1961. Com a sua chegada, a tatuagem inaugurou uma nova fase, passando a ser feita com a utilização de uma máquina elétrica, um processo pouco conhecido aqui no Brasil. A partir da década de 1970, a tatuagem ganhou espaço da mídia e nas revistas no Brasil, com o dragão tatuado no braço de Petit, “O Menino do Rio”, feito por Lucky (MARQUES, 1997).

Porém, essa popularização se restringe apenas ao ato de se tatuar, já que jovens cariocas freqüentavam incessantemente o estúdio de Lucky na cidade de Santos. Em relação aos estúdios de tatuagem especificamente, esses começaram a aparecer em algumas regiões do Brasil a partir do início da década de oitenta, mais especificamente nas regiões sul e sudeste do país.

A tatuagem e suas práticas no Brasil a partir da década de 1980 têm sido abordadas no campo da Antropologia. Segundo Costa (2004), “a partir da década de 1990 atribui-se a popularização da tatuagem às práticas e os cuidados com a higiene, a assepsia e a biossegurança”.

Para Osório (2006), “a partir da década de 1990 a preocupação com a biossegurança está relacionada com a possibilidade de obter uma nova clientela nos estúdios, atrair a classe média e alta da sociedade”.

Fonseca (2003), demonstra em seu trabalho, que há uma mudança no público da tatuagem no país na década de 1990. As faixas etárias não jovens sofrem um incremento e os homens deixam de ser o público majoritário em função do crescimento na clientela feminina.

A partir do início dos anos oitenta, a tatuagem artesanal ou caseira começou a aparecer nos cantos mais remotos do país, os tatuados e os tatuadores do Rio de Janeiro e de São Paulo em suas andanças pelo Brasil passaram a despertar o interesse e a curiosidade naqueles que se deparava com a arte pela primeira vez.

Enquanto que na região sul e sudeste, nas décadas de 1980 e 1990 a tatuagem entrava em uma nova fase com a utilização da máquina elétrica, em João Pessoa, na década de 1980, ela havia acabado de chegar, ainda totalmente artesanal e feita nas ruas. No início dos anos noventa é que ela vai passar para a fase caseira, época em que os tatuadores passaram a utilizar a máquina elétrica caseira confeccionada por eles mesmos. A tatuagem ainda é feita no quarto de dormir, na sala de casa, no porão ou na casa do amigo. Só a partir da metade da década de noventa é que a tatuagem se profissionaliza, aparecendo os primeiros estúdios em pontos comerciais na cidade e a utilização da máquina elétrica profissional. Nessa mesma época existia uma dificuldade muito grande para obter as máquinas profissionais e as

pigmentações à base de extrato vegetal e mineral, as quais são adequadas para a realização de um trabalho profissional. A maioria tinha que ser importada e só se conseguia através dos tatuadores de São Paulo, aqueles que viajam para fora do país e traziam o material ou ainda aqueles que mantinham contatos com outros tatuadores fora do país (SOUSA, 2007).

Com o advento dos estúdios de tatuagem em João Pessoa na década de 90, os tatuadores passaram a se preocupar com a questão da higienização e a utilização de materiais descartáveis. Em relação aos cuidados com a biossegurança e a assepsia, estas aconteceram um pouco mais tarde. A partir de então, os estúdios passaram a investir em equipamentos mais eficientes. Essa modernização tem permitido a adesão de uma clientela mais elitizada, ou seja, a tatuagem está ganhando adeptos das classes médias e altas da sociedade pessoense.

O advento dos estúdios e a busca pela profissionalização, sem dúvida alguma, contribuíram para uma maior popularização da tatuagem em João Pessoa. Porém, existem vários outros elementos subjetivos presentes na prática da tatuagem que ainda alimenta um estigma marginal associado à criminalidade.

Tendo a minha monografia de conclusão do curso de Licenciatura Plena em História como base, “**O Uso do Corpo Como Tela de Arte: A Trajetória da Tatuagem em João Pessoa**”, passei a pesquisar sobre algumas problemáticas que surgiram no decorrer desta. É certo que os estúdios de tatuagem abriram espaço para a popularização da tatuagem a partir do final da década de 1990. Neste trabalho constatei que o preconceito em relação às pessoas tatuadas ainda é muito explícito, principalmente quando atentamos para o mercado de trabalho.

A tatuagem feita em estúdio parece-me uma das formas que os tatuadores buscam para legitimar os seus trabalhos. No decorrer do trabalho acima citado, foi possível observar que em vários momentos, há iniciativas por parte dos tatuadores em legitimar a tatuagem que fazem, delimitando claramente as fronteiras entre a “tatuagem profissional” e a “tatuagem marginal”. Segundo os tatuadores profissionais, a tatuagem marginal é feita por tatuadores de rua ou feitas em cadeias. Foi justamente essa necessidade em legitimar a tatuagem profissional que me chamou atenção. Isso me fez pensar em quais são os aspectos que diferenciam uma da outra e quais são os significados das tatuagens feitas em presídios.

Dentre vários elementos que singularizam a tatuagem carcerária, a prática desta dentro dos sistemas penitenciários possui uma singularidade diferenciada da encontrada nos estúdios. Nos intramuros das penitenciárias, a prática da tatuagem constrói uma linguagem específica e codificada, explicitando uma relação de poder e submissão. Sendo uma marca corporal definitiva, a tatuagem carcerária carrega o estigma da marginalidade associado à

criminalidade, sendo fácil reconhecê-la pelas suas características, traços grossos e desenhos mal acabados.

Assim, passei a questionar as problemáticas que surgiram. Nas penitenciárias de João Pessoa é comum a prática da tatuagem? Como em outros sistemas penitenciários do Brasil essa prática constrói uma linguagem específica e codificada por essa população carcerária? O que os levam a escolher determinados desenhos e locais específicos para serem tatuados? Se existe uma linguagem codificada entre a população de detentos, o corpo de funcionários conhece e codifica essa linguagem?

Levando esses aspectos em consideração, os sistemas penitenciários fechados em si e privando o indivíduo de qualquer convívio com a sociedade proporcionam o desenvolvimento de uma vida própria. Dentro dos intramuros desenvolve-se uma rede de sociabilidade particular e específica.

Partindo desse pressuposto, por que a tatuagem é utilizada como representação de poder de um indivíduo sobre o outro ou de um determinado grupo? Por que a linguagem da tatuagem utilizada nas penitenciárias é um código particularmente elaborado e codificado especificamente pelos cativos? Por que a escolha do desenho e o local a ser tatuado podem explicitar a subjetividade do indivíduo em seu meio e a construção de uma identidade social? A escolha do desenho carrega consigo a simbologia do etos guerreiro, de virilidade e de masculinidade? Quais são os aspectos da identidade do indivíduo que são exteriorizados na tatuagem em que traz a flor da pele? Diante das técnicas precárias que são utilizadas para se tatuar dentro dos sistemas penitenciários, como eles vêm e lidam com os riscos de contaminação ao se tatuarem?

Para responder essas questões fiz uma pesquisa bibliográfica minuciosa. Constatei que o tema atualmente é trabalhado pela Antropologia Cultural, porém, ainda muito pouco explorado. Constatei também a inexistência de trabalhos acadêmicos que discutam ou abordam o tema na área da Sociologia Cultural na UFPB.

Para responder essas e outras muitas questões que envolvem os signos de representação da prática da tatuagem carcerária na delimitação de território, poder, exteriorização da subjetividade do indivíduo, construção da identidade social e signos de estigma social dentro da sociedade dos cativos, delimito o meu campo de pesquisa.

Portanto, para obter as respostas que procurava realizei a minha pesquisa de campo no Instituto Penal Desembargador Sílvio Porto. Esta pesquisa foi viabilizada a partir dos métodos científicos da antropologia, da sociologia e da história oral, através de entrevistas livres e direcionadas.

As entrevistas livres possibilitaram-me um maior conhecimento a respeito dos entrevistados. A partir das suas falas, foi possível selecionar os pontos importantes para serem explorados nas entrevistas direcionadas. A metodologia da fenomenologia me ajudou a compreender o que estava oculto nas entrelinhas, nos gestos e na expressão facial de cada entrevistado, enquanto que, o método da história oral contribui para não depender exclusivamente dos textos escritos. Este possibilita que indivíduos pertencentes a categorias sociais geralmente excluídas da história oficial possam ser ouvidos deixando registradas para análises futura sua própria visão de mundo e aquela do grupo social ao qual pertencem. Este método pressupõe uma parceria entre entrevistado e pesquisador, construída ao longo do processo de pesquisa e através de relações baseadas na confiança mútua.

A estada em campo compreendeu os meses de abril a agosto de 2009. Dentre os doze entrevistados, três deles se tornaram meus principais colaboradores, estes passaram a nortear a discussão central do meu trabalho. Ao término da minha pesquisa de campo, constatei que o meu diário de campo transbordava de valiosas observações. Havia também realizado trinta e cinco horas de entrevistas, as quais serão utilizadas ao longo desse trabalho.

Sendo assim, este trabalho visa contribuir com a sociologia cultural. Tendo como foco principal de análise os signos de representação da prática da tatuagem carcerária como delimitação de território, poder, construção de uma identidade individual e social nos intramuros do Instituto Penal Desembargador Sílvio Porto.

Para compreender a “prática da tatuagem carcerária”, é pertinente compreender as inter-relações sociais do universo que o indivíduo está inserido, pois, esta reflete diretamente na construção dessa “nova identidade” a partir da sua chegada no intramuros.

Assim, no primeiro capítulo descrevi em um panorama geral a experiência obtida em campo. Os caminhos percorridos para adentrar ao respectivo campo de pesquisa, as dificuldades impostas para obter acesso aos entrevistados e para a realização das entrevistas, a importância do cenário em que ocorreram as entrevistas e por fim a relação entre pesquisador e pesquisado e a construção dos laços de confiabilidade.

No segundo capítulo faço uma descrição etnográfica sobre a dinâmica da vida social da referida Instituição. Para a compreensão do capítulo seguinte, é importante entender como funciona a vida interna da Instituição. Esta se conecta diretamente com a vida e com as relações de interdependência social dos apenados entre si e com o corpo de agentes e apenados.

O terceiro e último capítulo, discute as relações de sociabilidade e poder que permeia as inter-relações sociais no intramuros. Sendo estas entre, a) a direção e o corpo de agentes, b)

o corpo de agentes e os apenados, c) as regras sociais criadas pelos próprios apenados (o poder paralelo), e por último, as relações de sociabilidades e poder entre os próprios apenados.

Ainda neste capítulo, descrevo como a prática da tatuagem carcerária pode ser entendida e codificada entre a comunidade de cativos. Porém, a sua prática se reveste de várias nuances e significados de acordo com o lugar do ator e o resultado pretendido. Alguns se tatuam apenas pelo simples fato de gostarem de tatuagem, ou ainda para passar o tempo. Alguns desconhecem os significados dos desenhos relacionados com a criminalidade, só depois de se tatuarem é que então tomam ciência. Outros na intenção de forjar uma identidade para ter consideração perante seus pares. Entretanto, os casos mais comuns são àqueles em que a tatuagem representa signos demoníacos e de criminalidade. Esta última encontra-se ligada diretamente ao conflito entre o *eu* individual e o “eu” social do indivíduo em sociedade e a construção da identidade individual e social do recluso no intramuros.

Estes são alguns dos muitos aspectos que permeia o mistério da prática da tatuagem carcerária, que ao longo desse trabalho foi discutido. Concluo este com a certeza de que a prática da tatuagem carcerária é um mundo de simbologias e significados que nos tem ainda muito a revelar.



CAPÍTULO 1

UMA ESTRANHA NO NINHO

1.1 Diário de campo

O caminho percorrido para chegar até o meu “objeto” de pesquisa propriamente dito foi longo e empolgante, este me reservou muitas surpresas, as quais se tornaram uma experiência sem igual tanto para a minha vida acadêmica como também para a minha vida pessoal. Posso dizer que a minha pesquisa de campo para mim foi uma lição de vida e hoje posso fazer um marco divisório de quem “sou eu” antes e depois da experiência vivida intensamente no campo.

Quando finalmente resolvi pesquisar sobre a “prática da tatuagem carcerária”, ou seja, a tatuagem feita dentro do presídio, muitas dúvidas vieram à tona. Dentre elas destaco duas que considero de suma importância, a primeira delas foi a preocupação de como eu iria chegar até o meu campo de pesquisa e realizar as entrevistas; a segunda questão foi a preocupação de como eu seria recebida pelos entrevistados e se iria conseguir coletar os dados que havia me proposto.

Mas enfim, era preciso começar por algum lugar. No início de setembro de 2008 recorri à lista telefônica para localizar o número do telefone do Instituto Penal Desembargador Sílvio Porto onde a pesquisa seria realizada. Com o número em mãos liguei e gentilmente pedi para falar com o diretor da Instituição. Quando o mesmo atendeu ao telefone cumprimentei-o com um bom dia e identifiquei-me dizendo-lhe que eu era estudante do mestrado em Sociologia da UFPB e que pretendia fazer uma pesquisa na referida Instituição. O mesmo grosseiramente respondeu dizendo-me: “só dou algum tipo de autorização com ordem da GESIPE” e imediatamente desligou o telefone na minha “cara”. Após esse episódio, fui me informar o que era a GESIPE, que até então era totalmente desconhecida para mim, não fazia a menor idéia do que seria. No dia seguinte a esse episódio conversei com um colega do curso, ele não só me orientou como também se ofereceu para me acompanhar até a Secretária de Assuntos Penitenciários a tal da (GESIPE). Marcamos uma manhã e fomos até a Secretaria. A visita foi muito tranquila, pois o meu colega conhecia o vice-secretário o qual nos atendeu prontamente. Durante a conversa, o mesmo nos disse que só poderia autorizar o meu acesso a Instituição desejada diante de algum documento emitido pela Universidade. Então, agradecemos a sua atenção e despedimo-nos.

Diante desse fato novo fui me informar na Coordenação do PPGS que documento seria esse, onde me informaram que esse tipo de autorização partia do Comitê de Ética da Universidade, mas, que não sabiam qual era o procedimento adotado por eles.

No dia seguinte, após pedir várias informações pela Universidade, encontrei o prédio onde se localiza o dito Comitê. Assim, fui até a CEP/CCS (Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde) me informar sobre a documentação necessária para a referida autorização, fiquei surpresa quando recebi a informação de que era necessário agrupar vários documentos, inclusive uma cópia do projeto que havia sido submetido à seleção do mestrado. Com a certidão de aprovação emitida pela Coordenação do PPGS e os demais documentos exigidos deveriam ser preenchidos e entregues para ser avaliados e julgados pelos membros do “Comitê”, para este dar um parecer favorável ou não a minha pesquisa. O desafio começou aí, pois o Comitê se reúne apenas na última quarta-feira de cada mês e eu tinha até dia vinte do decorrente mês para juntar toda a documentação necessária conforme a exigência. Se não conseguisse o meu “processo só seria julgado somente no mês subsequente.

Durante os quinze dias subsequentes tive a incumbência de providenciar toda a documentação que fora exigida. Só na GESIPE fui quatro vezes para que o secretário pudesse assinar os documentos que eram necessários, pois toda vez que o mesmo marcava comigo, por telefone, quando eu chegava alguém me informava que ele havia saído. Na minha quarta estada resolvi “fazer plantão no local” e pensei com meus botões... “hoje não saio daqui sem esses documentos devidamente assinados”, e assim o fiz. Tive sorte! Cheguei às 08h30min da manhã e logo em seguida o secretário chegou. Muito gentil, convidou-me para entrar, conversamos um pouco, tomamos um cafezinho e finalmente ele assinou toda a documentação que era necessária e me informou que em seguida emitiria um memorando para o diretor do Instituto Penal Desembargador Sílvio Porto, autorizando-o a assinar a “Carta de Anuência”, a qual eu levaria no dia seguinte e que deveria ser anexada aos documentos exigidos pelo Comitê. Ao despedirmo-nos, ele muito solícito, disse-me que estaria à disposição para o que eu precisasse durante a pesquisa. Estendendo-lhe a mão gentilmente agradei-lhe a sua atenção desejando-lhe um bom dia.

No dia seguinte fui à Instituição que se tornaria o meu campo de pesquisa, me apresentei ao agente que abriu o portão e o mesmo levou-me até a sala do diretor. Ao entrar e apresentar-me, nem parecia que eu estava diante do mesmo homem que havia sido deliberadamente grosso ao telefone. Conversamos por aproximadamente meia hora, informei-lhe que pretendia iniciar a pesquisa em março ou abril de 2009 e que lhe avisaria com antecedência para não interferir na rotina de trabalho da Instituição, o mesmo demonstrou-se muito educado e solícito.

No início de outubro de 2008 ao ser informada que o meu projeto de pesquisa intitulado de “OS SIGNOS DE REPRESENTAÇÃO DO “EU” E DO “OUTRO”: A

PRÁTICA DA TATUAGEM CARCERÁRIA, havia sido aprovado pelo Comitê fui até lá para obter a “Certidão de Aprovação”, a qual deveria ser entregue uma cópia a GESIPE e outra cópia ao diretor da Instituição. Pronto, tudo de que necessitava para ter acesso ao campo de pesquisa estava providenciado, agora só restava-me iniciar a pesquisa no próximo ano.

Por meses me preparei com o arcabouço teórico e metodológico para ir a campo com a certeza de que nada sairia errado e que tudo poderia ser colocado em prática no momento adequado para obter o resultado pretendido.

Quando pensava no campo de pesquisa especificamente, não era possível deixar de imaginar como iria ser as entrevistas. A minha grande preocupação era em relação à recepção dos entrevistados e ao próprio campo em si, pois nunca havia estado em um presídio antes e muito menos cara a cara com algum apenado em toda a minha vida. Devido à “hostilidade natural” do ambiente, preocupava-me muito com o fato de ser bem recebida ou não pelos apenados e principalmente se os mesmos iriam me contar sobre as suas tatuagens inscritas na pele.

Como afirma Ramalho (1983), “a possibilidade de obter os dados desejados está diretamente relacionado com as impressões que estes terão da sua presença”. Essa relação será de suma importância uma vez que, a tatuagem são signos de representação da subjetividade e da identidade individual do indivíduo em particular.

A experiência vivida em campo foi algo notavelmente surpreendente. Procurei ter cautela e um cuidado minucioso para que nada saísse errado. Como a pesquisa seria realizada num presídio, procurei me vestir de forma que não chamasse a atenção levando em consideração alguns pontos importantes como: a) a pesquisa seria realizada em um presídio de segurança máxima masculino; b) não se tornar alvo de olhares insinuosos por parte do corpo de agentes ou por parte dos próprios entrevistados; c) não chamar a atenção além do necessário, pois a minha presença em si já seria alvo de atenção devido eu não fazer parte do cotidiano da instituição; d) por ser a única presença feminina na instituição aos sábados, dia em que as entrevistas iriam ser realizadas. Assim, adotei um visual básico, calça jeans, camisetas largas com mangas próximo ao cotovelo e tênis. A propósito, o tamanho das mangas das camisetas foi pensado propositadamente para esconder a “enorme tatuagem” que eu tenho no braço esquerdo, pois não queria que esta influenciasse na impressão que os entrevistados teriam de mim e muito menos que esta interferisse no pensar deles sobre tatuagem e nas respostas que me dariam ao perguntar-lhes “por que se tatuam”.

De acordo com Ramalho (1983), “tanto pesquisador como pesquisado preocupam-se em projetar impressões favoráveis”. Assim, o pesquisador tenta conseguir informações

implícitas ou subjetivas do entrevistado enquanto este procura ocultar as informações que possam vir a ameaçar a imagem que queira passar.

Ao longo do meu trabalho de campo percebi o quanto minha atitude havia sido positiva, alguns me explicaram minuciosamente como se tatuaram e preocupava-se em saber se eu estava entendendo o que me diziam. Para eles era como se eu não tivesse a menor idéia de como se faz uma tatuagem. Dentre os doze entrevistados apenas dois me perguntaram se eu tinha tatuagem, ao responder-lhes que sim, os mesmos sorriram e demonstraram claramente estar surpreso com o fato da “pesquisadora” também ser tatuada, um deles inclusive comentou: “você gosta do que eu gosto”.

Confesso que fiquei bastante admirada com tal comentário, até aquele momento não havia pensado na tatuagem carcerária como algo feito apenas pelo simples fato gostar de tatuagem, ou ainda ter algum tipo de afinidade de gosto com os entrevistados. Foi aí que percebi como é importante durante a pesquisa de campo construir uma relação com o outro lhe permitindo se apresentar de acordo com a sua leitura de mundo e com a sua percepção do ambiente do qual está inserido (MALINOWISK, 1980).

Descrever a experiência de campo é reavivar na memória as emoções nascidas e vividas em campo, os fatos surpreendentes que lhe pegaram de surpresa e a fantástica experiência em ouvir, aprender e partilhar com o outro um mundo que até então era desconhecido para você.

O trabalho etnográfico é o resultado da observação, do ouvir, do ver e do falar, porém, esses aspectos só são passíveis de resultados satisfatórios se houver uma interação social entre pesquisador e pesquisado, este resultante da empatia, principalmente por parte do entrevistado. Não há uma fórmula mágica que pode ser aplicada em campo para estabelecer os laços de confiabilidade entre pesquisador e pesquisada. O próprio campo vai delinear os caminhos que devam ser percorridos pelo pesquisador, desde que este tenha a sensibilidade em perceber os cursos tomados no decorrer das entrevistas (MALINOWISK, 1980).

Entretanto, para realizar um trabalho de campo com resultados satisfatórios é conveniente levar em consideração o cenário e os atores que estão às voltas do “objeto central da pesquisa”, ou seja, nos bastidores desta, pois, estes fazem parte da pesquisa indiretamente uma vez que o seu “pesquisado” está inserido nesse cenário, portanto, essa observação vai influenciar no resultado da pesquisa.

Por meses preparei-me para o momento tão esperado da pesquisa de campo no Instituto Penal Desembargador Sílvio Porto. Neste campo especificamente, como recomenda Cicourel (1990), foi de suma importância contactar em primeira instância o diretor da

Instituição, visto que o mesmo encontra-se no topo na hierarquia de “poder”, ou seja, é dele que parte todas as ordens. Evidentemente, realizei contatos prévios com o mesmo, os encontros formais foram realizados próximo ao início da pesquisa, sendo o último deles na semana que antecedeu o início da mesma. O diretor demonstrou-se muito solícito, o que me deixou muito a vontade para a realização das entrevistas. Combinamos dia e horário que fosse mais conveniente para ambos. Em comum acordo, ficou determinado que as entrevistas deveriam ser realizadas aos sábados, pois, segundo ele a Instituição é mais tranquila e tanto o meu trabalho como a rotina da Instituição não seriam prejudicados.

De fato, isso se confirmou no decorrer das visitas de campo. Diante da tranquilidade e de um ambiente propício para os encontros sociais com os pesquisados, obtive resultados positivos na realização do meu trabalho. Passei a frequentar a Instituição três vezes por semana, as terças e quartas-feiras para realizar pesquisa no prontuário dos apenados e aos sábados, exclusivamente para realizar as entrevistas e fotografar as tatuagens dos entrevistados, claro, mediante respectiva autorização de cada um deles.

A minha pesquisa tem o propósito de compreender os signos de representação de poder, delimitação territorial, construção de uma identidade individual e social no intramuros a partir da subjetividade do indivíduo no mundo do cárcere. Em momento algum da pesquisa me detive em querer saber quem é o “criminoso enquanto tal” que ali estava entrevistando. O meu objeto maior sempre foi querer saber quem é o ser humano que inscreve a sua história de vida e do cárcere na pele. Quais são os motivos que os levam a tatuar-se dentro dessa “sociedade”, mesmo sabendo que esses signos mais tarde serão estigmatizados pela sociedade no seu egresso.

Quando estava para iniciar a minha pesquisa de campo, em meados de abril de 2009, a única preocupação que eu tinha era saber se alcançaria o objetivo proposto para então escrever a minha dissertação. Lembro-me que no primeiro dia de pesquisa toda a minha ansiedade girava em torno de como eu seria recebida pelos apenados e se estes iriam responder o que ali fui buscar.

Recordo-me como se fosse hoje o primeiro dia de entrevistas. Por alguns minutos eu e o diretor discutimos a melhor forma de realizar as mesmas. Por ser responsável pela Instituição e pela minha segurança durante a minha estada, o mesmo sugeriu que durante as entrevistas com os apenados um agente deveria ficar na sala conosco. Com muita cautela agradei a sua preocupação e expliquei-lhe que não seria viável para obtenção de resultados positivos, pois os entrevistados ficariam intimidados, não ficando à vontade para falar sobre si na presença de alguém do corpo de segurança. Diante da situação, sugeri ao diretor que as

entrevistas poderiam ocorrer com a porta da sala entreaberta e um agente poderia se posicionar a uma distância de mais ou menos três metros da mesma, podendo então observar todo o movimento e caso precisasse tomar alguma atitude em relação ao entrevistado. Estaria próximo a nós. Assim, o diretor acatou a minha sugestão e permitiu que todas as entrevistas fossem realizadas reservadamente, ou seja, apenas o pesquisador e o pesquisado. Concordei de imediato, pois já havia obtido um grande “lucro” em poder realizar as entrevistas a “sós”, e também não sabia o que poderia ocorrer e a que tipo de riscos estaria exposta durante as entrevistas.

Aos poucos fui descobrindo que para obter boas informações e resultados satisfatórios por parte dos entrevistados, além de estabelecer os laços de confiabilidade era de suma importância um bom relacionamento com o corpo de agentes. Tornou-se necessário um maior envolvimento com todos os atores que fazem parte do cenário, de certa forma estes estão envolvidos no cenário e conseqüentemente indiretamente na pesquisa de campo.

O corpo de agentes trabalha em escala de rodízio (vinte e quatro horas de trabalho por setenta e duas horas de folga). Durante os dois primeiros meses, a cada sábado me deparava com um quadro de agentes diferente, este composto pelo chefe da segurança do dia e os respectivos agentes. Durante esse período, ao chegar à Instituição, foi necessário apresentar-me ao chefe de segurança do dia dizendo quem eu era e o que fui ali fazer, uns olhavam-me com cara de quem não entendeu nada, outros se demonstraram solícitos e outros apresentaram um ar de indiferença. Após as apresentações formais perguntava-lhes se o diretor havia chegado, os mesmos esboçavam um sorriso pálido e autorizavam a minha entrada. Em todas as minhas idas à Instituição sempre fiz questão de antes de iniciar o meu dia de trabalho ir até a sala do diretor para cumprimentá-lo e informa-lhe da minha presença ali.

Não pude participar diretamente da escolha dos entrevistados, pois o diretor não autorizou a minha entrada nos pavilhões. Para Ramalho (1983), a impossibilidade de escolher os entrevistados pressupõe que devemos criar critérios para a escolha destes, sendo imprescindível um bom relacionamento com os funcionários que possibilitarão o encontro entre pesquisador e pesquisado. Dessa forma, restou-me apenas informar aos agentes que o único critério para ser entrevistado seria ter tatuagem. Sendo assim, essa tarefa ficou ao encargo dos agentes, os quais segundo eles mesmos comunicavam aos reclusos da seguinte forma: *“tem uma moça aqui fazendo uma pesquisa sobre tatuagem, quem quiser ir falar com ela eu levo até lá, não é obrigado a ir, vai quem quer”*. Diante dessa fala percebi o quanto era imprescindível manter um bom relacionamento com o corpo de agentes e o quanto o “sucesso” do meu trabalho dependia dessa relação, pois somente os agentes tinham o acesso

direto aos meus futuros entrevistados e na verdade nunca soube ao certo o verdadeiro critério de escolha que os agentes utilizaram.

Ao longo da pesquisa fui percebendo o quanto o quadro de agentes fazia diferença e influenciava nos resultados finais do dia de trabalho. Houve alguns sábados em que o dia não foi produtivo, fiz apenas uma ou no máximo duas entrevistas. Lembro-me que ao solicitar ao agente “Cabelo de Anjo” para trazer-me alguém para entrevistar o mesmo respondeu-me: “*vou ver o que posso fazer*”, outro me disse: “*daqui meia hora quando eu descer até o pavilhão mando subir alguém*”. A indiferença e a má vontade por parte de alguns me fez sentir como uma intrusa, causando-me certo desconforto em estar ali principalmente por estar à mercê deles, já que o diretor só ficava na Instituição na parte da manhã e eu não tinha a quem recorrer para que o meu trabalho pudesse ser viabilizado, dependia exclusivamente deles para ter acesso aos entrevistados. No decorrer da pesquisa de campo, percebi que além da má vontade de alguns agentes as dificuldades em ter contato com os apenados surgiram por interferência do diretor, o mesmo passou a determinar ordens para o chefe de segurança que por sua vez determinava-as para os agentes.

À medida que a pesquisa foi ocorrendo e as entrevistas resultavam em informações preciosas começaram a aparecer os primeiros problemas de campo. Estranhei bastante. A meu ver, eram empecilhos que deveriam ter ocorrido no início da pesquisa e estes passaram a ocorrer no início de junho, ou seja, depois de mais de dois meses de iniciado o trabalho de campo.

A minha indignação foi perceber que as dificuldades que começaram a surgir em campo não fora por parte dos detentos, como eu esperava que acontecesse no início da mesma e que a meu ver seria extremamente natural, mas sim por parte da direção, o que começou utilizar estratégias para boicotar o acesso aos entrevistados e conseqüentemente a minha pesquisa. Cito como exemplo alguns fatos que deixaram claras essas evidências. Certo sábado cheguei para trabalhar e quando solicitei para trazer-me alguém para entrevistar, o agente “Bigode” cinco minutos depois da minha solicitação, disse-me que ninguém queria vir falar comigo. Achei estranho, porém, respeitei a vontade deles, afinal eram livres para vir ou não. Como não tinha mais nada para fazer ali fui embora frustrada.

Outro momento em que me senti impotente perante a situação aconteceu duas semanas depois do ocorrido acima, quando solicitei ao agente “Cabelo de Anjo” que chamasse o pesquisado “Alado” para conversarmos, três minutos depois o mesmo retornou dizendo-me que: “Alado mandou te dizer que não dá para vir falar com você porque está ocupado fazendo artesanato”. Fiquei indignada e não acreditei no que estava ouvindo, primeiro, porque o tempo

que o agente levou para me dar essa informação não teria dado tempo dele ir até o pavilhão abrir, consultar o pesquisado, fechar o pavilhão e chegar até mim, isso levaria pelo menos uns dez minutos e o mesmo não gastou nem cinco minutos; segundo, porque o referido entrevistado já havia me concedido duas entrevistas e quando o chamei para a segunda entrevista o mesmo disse-me que havia passado a sexta feira inteira confeccionando seus artesanatos (bolsas e redes em miniatura trançadas a base de tecido) para me mostrar e também havia comentado na segunda entrevista que achava muito bom o momento da entrevista, pois era uma forma de ter alguém para ouvi-lo principalmente porque não recebia visitas há mais de oito anos, pois, a família o havia abandonado, e para ele aquele era um momento de descontração e a oportunidade de sair um pouco da cela, porque só saía apenas uma hora por dia para o banho de sol. Quando tive a oportunidade de entrevistá-lo pela terceira vez as minhas suspeitas se confirmaram. Durante a entrevista espontaneamente o mesmo comentou: “estava ansioso por uma nova oportunidade, pensei que a doutora não iria me chamar mais para conversar, eu gosto de conversar com a doutora”.

Diante desses episódios comecei a juntar as peças do quebra-cabeça, percebi que desde o primeiro dia de entrevista nenhum dos apenados que entrevistei havia se recusado a participar da minha pesquisa e todos eles além de me tratar muito bem e com muito respeito no final da entrevista agradeciam pela oportunidade de ter estado ali. Constatei que à medida que a minha pesquisa foi se popularizando entre a comunidade dos apenados a direção passou a interferir no intuito de dificultar o meu contato com eles. Essa popularização ficou evidente nas falas e nas atitudes dos entrevistados.

O momento da entrevista era esperado ansiosamente no decorrer de toda a semana, evidenciado com muita clareza, pois um deles passou a semana inteira confeccionando uma máquina de tatuar artesanal para me mostrar. Outro se dedicou ao seu ofício de artesão, confeccionando algumas peças de artesanato apenas para me mostrar e o caso mais inusitado que aconteceu foi quando um dos entrevistados que mais tarde tornou-se um dos meus principais colaboradores disse-me:

Quando vi a doutora passar no corredor durante a semana procurei saber quem a senhora era, então me falaram que a doutora estava fazendo uma pesquisa sobre tatuagem, então eu pensei... se eu tiver sorte de ser lembrado no meio de mais de oitocentos presos e tiver a sorte de ser chamado já vou preparado para a entrevista, então resolvi depilar meus braços para que a senhora pudesse ver melhor as minhas tatuagens (Teia).

Ou seja, essa atitude do entrevistado aconteceu mesmo antes dele ter sido chamado para a primeira entrevista. No meu entendimento, significa que os apenados passaram a comentar entre si sobre a pesquisa que ali estava realizando, e da mesma forma que muitos não se interessaram outros esperavam ansiosamente ter a oportunidade de ser entrevistado e falar um pouco de si.

Ficou evidente que a minha presença ali não era mais bem vinda, ocorre que a pesquisa não havia acabado, assim, resolvi intercalar a minha ida aos sábados na Instituição o que não surtiu resultados positivos. Percebendo a inacessibilidade aos entrevistados e as dificuldades impostas propositadamente, resolvi me afastar momentaneamente do campo para um retorno mais tranquilo já que tinha permissão da GESIPE para estar ali até outubro de 2009.

Outro motivo também colaborou para que eu me afastasse momentaneamente do campo. Os depoimentos dos entrevistados foram muito profundos e carregados de fortes emoções. Era como se eles tivessem colocado para fora toda a carga emocional reprimida durante anos de uma única só vez. Estava muito desgastada emocionalmente devido a intensidade dos depoimentos e por viver intensamente as emoções nascidas em campo. Foi nesse momento que percebi o quanto era necessário afastar-me do campo temporariamente. Segundo a autora Boemer (1994), “quanto mais o pesquisador conhecer e se envolver com o seu objeto de estudo mais necessário se torna olhar para ele de forma atenta, colocar o fenômeno em suspensão diante dos olhos e interrogá-lo de forma clara”.

Descobrir durante as entrevistas que eu não estava frente apenas a um “simples objeto” de estudo que deveria ser desnudado, mas sim diante de um ser humano como eu, que pensa, sente fome, sede, possui sentimentos, amargura, frustrações e que também tem a necessidade de falar de si para alguém, enfim, de ser ouvido sem ser julgado possibilitou-me perceber que o sujeito que se descreve é parceiro do pesquisador em seu processo de descoberta, pois a cada desvelamento há um velamento nele contido, tornando-se algo único em cada estudo de natureza qualitativa (BOEMER,1994).

Houve momentos em que não consegui conter as minhas emoções, ao perceber que os entrevistados falavam de si com a voz embargada de emoção e que por muitas vezes durante seus depoimentos olhavam-me com os olhos cheio de lágrimas ou ainda quando um silêncio crucial pairava na sala depois de contarem-me sobre algo estritamente doloroso para eles, assuntos que há muito haviam enterrado, mas por hora no calor da emoção resolveram removê-los. Presenciei muitos depoimentos que sei o quanto foi difícil falar sobre o assunto, mas enfim, de uma forma ou de outra acabaram revelando-me os seus mais secretos

sentimentos. Ao longo da minha pesquisa, em vários momentos me emocionei muito, e em alguns deles não consegui conter as minhas lágrimas, meus olhos também se encheram de lágrimas durante as entrevistas. Os livros não havia me ensinado a lidar com esse tipo de emoção, no decorrer da experiência de campo aprendi que não estava fazendo apenas uma entrevista, mas sim, partilhando a história de vida de cada um deles. Descobri que a necessidade de serem ouvidos por alguém era tão grande que os laços de confiabilidade entre pesquisador e pesquisado se efetivaram no momento em que eles perceberam que eu estava ali apenas para ouvi-los e não para julgá-los.

Quando retornei ao campo, em meados de julho de 2009, ao chegar à Instituição num sábado pela manhã, dirigi-me diretamente à sala do diretor para informar-lhe que iria retomar as minhas atividades. O dissabor em ver-me foi perceptível, a primeira pergunta do diretor foi: “como estão as entrevistas? Falta muito ainda? Até quando você vai ficar aqui? Com muita tranquilidade expliquei-lhe o andamento da mesma e disse-lhe que faltavam apenas mais algumas entrevistas e que o prazo para concluir a pesquisa na Instituição era até outubro de 2009 de acordo com a autorização da GESIPE. Com ar de reprovação o mesmo disse-me: *“gostaria que você retomasse o trabalho aqui depois de falar com o secretário da GESIPE sobre a sua autorização para estar aqui e pedir-lhe que me ligue para informar-me a respeito”*.

Educadamente fiz de conta que não estava entendendo que ele não me queria mais ali, solicitadamente disse-lhe que no decorrer na semana faria o que foi pedido e depois entraria em contato, despedi-me desejando-lhe um bom fim de semana.

Lendo Foucault (1987), compreendi que as atitudes advindas do diretor tinham uma conotação implícita de poder e controle sobre a situação. Este procurou demonstrar-me o tempo todo que quem manda e controla tudo dentro da Instituição é ele. E que nada será realizado em desacordo ou em desarmonia, ou ainda, que nada poderá acontecer sem que ele tenha o controle total da situação. Percebi que o mesmo preocupava-se também em ter o controle sobre as informações que eu obtinha a cada entrevista, porém, essa possibilidade não se objetivou.

No sábado seguinte, ao chegar pela manhã fui diretamente até a sala do diretor para cumprimentá-lo e comunicar que iria reiniciar a minha pesquisa. Prontamente entreguei-lhe uma xerox do documento assinado pelo diretor da GESIPE, mostrando-lhe também o documento original.

A partir dessa conversa percebi que não era mais bem vinda ali, sabia que deveria encerrar a minha pesquisa o mais rápido possível, pois o mesmo iria dificultar mais ainda o

meu acesso aos apenados. De fato, não me equivoquei diante da minha suspeita, após retornar a pesquisa de campo, na semana subsequente o diretor me colocou em “xeque-mate”.

Ao chegar pela manhã, como de costume, fui à sala do diretor cumprimentá-lo e informar-lhe que ali estava para mais um sábado de trabalho. Era rotina pedir para que algum agente chamasse algum apenado para a entrevista, assim, solicitei-lhe que chamasse o pesquisado W, o qual tinha se tornado um dos meus principais entrevistado. No decorrer da nossa entrevista o diretor entrou na sala cumprimentando-nos, poucos minutos depois um agente veio informar que o chefe da segurança do dia estava chamando o apenado W, o mesmo de imediato atendeu à solicitação dirigindo-se até a portaria onde o chefe de segurança se encontrava. Alguns minutos depois o entrevistado W retorna informando-me que o chefe de segurança queria falar comigo, e assim fui até a presença do mesmo. Este me olhou e disse: “que a entrevista deveria ser encerrada porque os agentes iriam fazer “uma operação pente fino” nos pavilhões, ou seja, os pavilhões e as respectivas celas iriam ser revistados minuciosamente porque no domingo era dia dos pais e o número de visitantes seria maior do que nos finais de semana comuns. Disse-me ainda que a revista iria começar pelo pavilhão dos trabalhadores e que nenhum apenado deveria estar fora das celas no momento da revista”. Prontamente acatei sua informação, retornei à sala de entrevistas juntei o meu material e dei o dia de trabalho por encerrado. Ao passar por ele na saída desejei-lhe um bom dia de trabalho e um bom final de semana, saí da Instituição nada convencida de que aquilo era verdade.

Mais uma vez minhas suspeitas foram confirmadas. Dias mais tarde, numa conversa informal com um dos agentes durante a semana, constatei que naquele sábado não houve nenhuma revista, o chefe da segurança apenas cumpriu ordem vinda do diretor, este mais uma vez dificultando o meu trabalho de campo. Esse foi o último sábado em que fui a campo para fazer entrevistas. Na semana seguinte concluí o trabalho no arquivo com os prontuários dos apenados. Apesar de todas as dificuldades criadas pelo diretor da Instituição para dificultar o meu acesso aos entrevistados, encerrei a minha pesquisa de campo com muitas entrevistas realizadas e com o diário de campo transbordando de informações. Diante dos ricos depoimentos, “confissões”, laços de confiabilidade estabelecidos e segredos revelados dos entrevistados, os dissabores do diretor não refletiram no resultado final, ou melhor, ele não impediu que eu obtivesse informações tão valiosas e detalhadas do que ali fui buscar.

1.2 O cenário das entrevistas

Para que as entrevistas transcorressem tranquilas e culminasse em resultados satisfatórios, preocupei-me em proporcionar um ambiente agradável para a realização destas, todas elas ocorreram na sala do diretor adjunto, uma sala ampla com mais ou menos de 12m². Nesta sala, com uma aparência típica de sala de escritório havia três mesas. Adentrando a sala, estas estavam dispostas da seguinte forma: uma mesa ao lado direito, uma mesa ao lado esquerdo e a terceira encostada na parede de frente a porta de entrada da sala. Ao lado desta última um armário de duas portas com mais ou menos dois metros de altura, em cima deste estavam dispostos três troféus de campeonato de futebol, ao lado direito do armário a bandeira da Paraíba e ao lado esquerdo a bandeira do Brasil. Próximo a uma das mesas uma pequena mesa improvisada com um aparelho de TV de 14" e em uma das paredes uma folha de ofício com a seguinte frase: "O Senhor é a minha luz e a minha salvação".

Para atingir o objetivo proposto da pesquisa e obter resultados positivos nas entrevistas Simões (1997), ressalta que é de suma importância que o pesquisador tenha a sensibilidade em perceber alguns pontos importantes que contribuirá para um bom resultado em campo; se o local escolhido para as entrevistas é adequado e se a estratégia de aproximação favorecerá o encontro empático entre pesquisador e pesquisados. Portanto, o ambiente escolhido para a realização das entrevistas deve ser escolhido minuciosamente e avaliado após a realização destas e no decorrer da pesquisa é importante que o pesquisador sempre reavalie o ambiente escolhido para as entrevistas, a forma de abordagem das questões centrais do seu objeto de pesquisa e se houver necessidade para o desenvolvimento desta é pertinente mudar a estratégia de abordagem do encontro social entre pesquisador e pesquisado.

O ambiente que foi designado para a realização das entrevistas era confortável e muito tranquilo, a localização da sala proporcionou um silêncio conveniente para a realização das mesmas sem interferência de ruídos externos, porém, após a segunda entrevista percebi que deveria desligar o ar condicionado, pois, o barulho do mesmo estava interferindo na gravação. Assim, para que a climatização da sala fosse agradável, meia hora antes de cada entrevista ligava o ar condicionado em temperatura elevada para resfriar o ambiente, proporcionando então uma temperatura agradável durante as entrevistas.

A mesa utilizada para a realização das entrevistas foi a que estava disposta ao lado esquerda da porta de entrada da sala, arrumei-a da seguinte forma: o primeiro passo foi providenciar duas cadeiras confortáveis, uma para mim e a outra para o entrevistado; em cima da mesa dispus o notebook que foi utilizado para as anotações de campo no término de cada

entrevista, registrando os gestos, as expressões facial, as expressões corporais e as ocorrências relevantes de cada entrevistado; uma pasta que continha o “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” o qual deveria ser lido para os pesquisados logo após as apresentações iniciais, pois, a realização da entrevista só poderia acontecer após o mesmo concordar e assinar o respectivo documento; um pequeno caderno para as anotações que poderia vir a fazer durante as entrevistas, mas, preferi não utilizá-lo durante estas e por fim o gravador digital, o qual foi de considerável utilidade, pois este registrou as entrevistas na íntegra e mais tarde ao ouvi-las novamente em casa pude perceber com muita nitidez os tons das vozes que às vezes entoavam sentimento de angústia, ressentimento, amargura, revolta e emoção e ainda o registro dos silêncios contínuos durante as entrevistas, sentimentos que mais tarde foram lidos a partir das entrelinhas.

Partindo do pressuposto em que o ambiente prisional por sua natureza é um ambiente hostil, procurei tornar o clima das entrevistas mais agradável, solicitei que me providenciassem uma garrafa de água, uma garrafa de café e alguns copos, dispondo-os na mesa de frente onde ficávamos. Assim, no decorrer das entrevistas para “*quebrar o gelo*” com os entrevistados oferecia-lhes água e café.

Esse pequeno gesto surtiu um efeito inesperado, pretendia ser apenas delicada e propiciar um ambiente agradável para as entrevistas, porém, a partir desse pequeno gesto houve reações surpreendentes, as quais eu nunca imaginei que poderiam surtir tanto efeito. Ao perguntar-lhes se “aceitariam um cafezinho ou uma água” os mesmos olhavam-me com ares de surpresa e até mesmo de espanto. A partir dessas reações aos poucos fui constatando o quanto essa pequena atitude era significativa para eles. Ao mesmo tempo em que esboçavam expressões de surpresa, sem perceber, soltavam algumas frases soltas, às quais revelavam traços da sua subjetividade enquanto indivíduo e denunciando o quanto o mundo do cárcere é responsável pela aniquilação da identidade social do indivíduo em sociedade, construindo a partir da entrada no intramuros uma identidade social moldada de acordo com as regras institucionais.

Segundo Elias (1994), o processo civilizador quando é imposto verticalmente não leva em consideração a cultura local e o desejo dos indivíduos, como no caso da colonização do Continente Americano, onde os europeus impuseram a sua cultura sem levar em consideração a cultura existente local e a identidade social dos determinados grupos de nativos que aqui se encontravam. Sendo assim, este mesmo processo torna-se ambíguo, ao mesmo tempo ele torna-se “*civilizador e descivilizador*”.

A partir das considerações acima, se considerarmos a “sociedade dos cativos” como uma sociedade em particular a ser estudada, é possível fazer uma analogia com a obra de Elias “O Processo Civilizador” para compreender a imposição das regras institucionais como o objetivo final de adestramento para uma conduta comportamental que deve ser absorvida e obedecida pelos apenados. Regras estas que já estavam postas antes da sua chegada no intramuros e que norteia os meandros das relações sociais e da hierarquia de poder dentro da instituição.

Assim, para Elias (1994), “o processo civilizador é o resultado das relações de interdependência social, podendo também ser considerado como um processo “descivilizador”, já que as regras estão postas independentemente da vontade do indivíduo”. Levando em consideração que todo processo civilizador é por si só também “descivilizador”, vejo a possibilidade em fazer uma analogia com o meu objeto de estudo.

Ao adentrar para a sociedade dos cativos num sistema prisional, o indivíduo deverá aprender e adotar vários comportamentos para se adequar a sociedade da qual passou a fazer parte. Essas regras de conduta geralmente são aprendidas a duras penas e na maioria das vezes também contra a vontade do indivíduo. Porém, para fazer parte dessa sociedade e desenvolver “bons” relacionamentos e não criar problemas para si é necessário que estas regras sociais sejam apreendidas e aplicadas no dia a dia independentemente da sua vontade enquanto “sujeito social”.

“O processo civilizador carcerário” é vertical, este normatiza as regras e as normas de conduta social da Instituição, estabelecendo então, a ordem social que deve ser aceita e obedecida enquanto comportamento adequado na sociedade do intramuros (GOFFMAN, 2005).

Para Elias (1994), em todo processo de colonização onde *o mais forte ou àquele que se considera superior ao outro* impõe as suas regras de conduta social, anulando a identidade social do outro e impedindo bruscamente o indivíduo em manter as suas antigas concepções de comportamento social, essa ruptura brusca entre o “eu” individual e o “eu” social leva o indivíduo a uma crise de identidade sem precedentes.

Nesse universo particular, a “*dissociação*” do indivíduo a partir da sua admissão numa Instituição total, faz parte do processo “educador e correccional” da Instituição Total.

As regras de etiqueta e de boa conduta que foram apreendidas ao longo do seu desenvolvimento enquanto indivíduos em sociedade aos poucos vão sendo exorcizadas mesmo sem a sua permissão. O indivíduo já não pode mais agir como se estivesse em sociedade, deve acatar sem questionar as regras que lhe são impostas, perdendo toda autonomia de si. A vida e os costumes aprendidos em sociedade aos poucos vão ficando para

trás permanecendo apenas em sua memória, mas, ao se deparar com uma situação semelhante a essas lembranças e ao perceber quem ele é agora o indivíduo é tomado de profunda angústia, pois, ele percebe que enquanto indivíduo e ser social ele não é mais aceito em sociedade (GOFFMAN, 2005).

Lembro-me que durante as entrevistas alguns comentários fizeram-me perceber o quanto a sociedade do intramuros aniquila o “eu” individual e social em sociedade e constrói uma nova identidade individual e social no intramuros que muitas vezes não condiz com quem ele é.

Faz tanto tempo que eu não sei o que é tomar uma água em um copo de vidro (Gibi).

Era pra eu ta servindo a doutora e não a doutora ta me servindo (Alado).

Nunca pensei que um dia eu ia ta aqui sentado numa cadeira dessa, numa sala com ar condicionado, tomando um cafezinho e conversando com uma “doutora” sem ela me questionar, sem ela ter nojo de mim (Teia).

Eu nunca pensei que um dia alguém quisesse ouvir o que eu penso e muito menos ainda querer saber das minhas tatuagens (Teia).

Nas instituições totais o processo civilizador tem como objetivo final “recuperar” e “reeducar” o apenado para então devolvê-lo a sociedade em condições de viver em harmonia com as regras sociais e como um bom cidadão. Porém, esse processo “*civilizador institucional*” aniquila de forma brusca toda perspectiva de alcançar a essência de seu objetivo, ele torna-se “descivilizador” à medida que o novo aprendizado e a forma de conduta adotada no intramuros não condizem com a sociedade e nem é absorvida por esta a qual mais tarde o indivíduo egressará.

1.3 As entrevistas

A minha pesquisa de campo reservou-me muitas surpresas e situações inusitadas. Diante desses fatos por várias vezes interroguei-me a respeito de qual é o limiar que separa o pesquisador academicamente preparado do ser humano revestido com máscara de pesquisador. Como este pode não se envolver emocionalmente quando seus pesquisados

partilham sua história de vida, seus sentimentos mais profundos, suas frustrações, suas angústias, denunciando seus sentimentos através da voz embargada de emoção, de um olhar vazio ou ainda a partir de um olhar cheio de lágrimas, revelando ao pesquisador que essa é a primeira ou a única oportunidade de ser apenas ouvido como seres humanos, revelando então, seus sentimentos mais secretos que jamais foram revelados.

As entrevistas foram realizadas entre abril e agosto de 2009, com doze apenados. Como optei em trabalhar com entrevistas livres e direcionadas tive um cuidado muito especial na escolha do local onde as mesmas seriam realizadas e de como deveria ser feita as abordagens das questões centrais que norteiam o meu trabalho. Dentre os entrevistados, num total de doze, três deles tornaram-se meus principais pesquisados. Realizei em torno de cinco entrevistas com cada um deles. Estes, com seus depoimentos e os laços de confiabilidade estabelecidos passaram a nortear a discussão central do meu trabalho, tornaram-se meus principais colaboradores na coleta de dados.

Os primeiros entrevistados daquela primeira manhã de sábado, segundo orientação do próprio diretor foram dois apenados que trabalham na “cozinha”. O diretor recomendou que eu ficasse tranqüila, pois os mesmos por trabalharem viriam sem “algemas”, considerados presos de “confiança” e de bom comportamento. Durante os minutos que anteciparam esse momento senti meu coração bater descompassadamente, enfim, o grande momento tão esperado havia chegado.

Ao adentrarem na sala acompanhados por um agente, muito timidamente olharam para mim, eu os cumprimentei com um bom dia e sugeri que se sentassem de frente a mim. Fiz uma apresentação formal de quem eu era e qual o propósito de estar ali, deixando claro e evidente que eles não eram obrigados a participar da pesquisa e que esta decisão cabia somente a eles.

Diante da autorização dos mesmos, liguei o gravador e iniciei as entrevistas. Apesar de estarem os dois juntos, entrevistei um de cada vez. Para minha surpresa, tudo transcorreu melhor do que eu esperava, as entrevistas fluíram bem e em alguns momentos houve clima de descontração. Ao final da mesma agradei pelo interesse deles em participar da pesquisa e ambos muito solícitos agradeceram por ter tido a oportunidade de estarem ali.

O momento pelo qual esperei com tanta ansiedade ficou reservado para a parte da tarde, ou seja, o momento de entrevistar os reclusos que viriam do pavilhão algemados. Até então nunca havia me encontrado diante de tal situação e não sabia qual seria a minha e a reação do entrevistado, mesmo ciente de que deveria manter a postura de pesquisadora diante do mesmo. O primeiro encontro entre pesquisador e pesquisado é muito formal, os papéis

destes estão muito bem definidos, porém, o pesquisador não está livre de ser observado e interrogado o tempo inteiro (GOFFMAN, 1985).

Enfim, o grande momento tão esperado chegou, o entrevistado chegou algemado e acompanhado por um agente, cumprimentei-o e sugeri que se sentasse à minha frente. O mesmo cumprimentou-me com muito respeito, e então passei a fazer as apresentações iniciais sobre a minha pessoa enquanto pesquisadora e o objetivo da minha pesquisa em si. Após o seu consentimento, liguei o gravador e começamos a conversar. Essa entrevista durou mais ou menos uma hora e meia e desde o início algo me chamou muito a atenção: o entrevistado não esboçava nenhum tipo de reação, gesto ou emoção facial, era como se suas reações houvessem sido congeladas, a frieza em seu olhar me intrigou bastante, isso me incomodou de tal maneira que passei a semana seguinte pensando no ocorrido e decidi que no próximo sábado chamá-lo-ia para conversar novamente.

No transcorrer da mesma, o agente que estava posicionado próximo à porta da sala onde a entrevista ocorria de vez em quando entrava na sala e perguntava se estava tudo bem. Percebi que o mesmo estava preocupado com a minha segurança. Num dado momento, o entrevistado me disse: *“eu sei por que ele entra aqui toda hora”*. Antes que eu pudesse inferir, o mesmo concluiu dizendo: *“ele está preocupado com a senhora, se eu não vou fazer nada com a senhora, ele pensa que eu sou doido é?! Se eu fizer alguma coisa eu sei que antes de me jogarem no “isolado” primeiro vão me dar uma surra”*.

Para quebrar o clima um tanto pesado disse-lhe: vamos voltar às tatuagens já que você tem tantas... E assim a entrevista continuou, porém, em vários momentos percebi na sua fala testar os meus “medos” em estar ali diante de um “criminoso” fazendo uma entrevista. Num dado momento o mesmo perguntou-me diretamente:

“Você não tem medo de mim? De estar aqui sozinha comigo?” Olhei-o nos olhos e respondi-lhe: No momento em que resolvi realizar a minha pesquisa aqui foi porque não tenho medo de vocês e também não estou interessada em saber o porquê de vocês estarem aqui e o que fizeram para estar aqui, se eu quisesse saber isso seria mais prático analisar o prontuário de cada um de vocês no arquivo. Porém, a minha pretensão é tentar compreender quem é o ser humano que está por trás do criminoso e que inscreve a sua história de vida e do cárcere na pele. Isso somente vocês podem me dizer, porque a história é de vocês e eu não posso imaginá-la por vocês. Sem a história de vocês o meu trabalho não pode existir. Diante da minha fala o silêncio pairou no ar por alguns instantes, porém, não retomei a palavra, esperei que o mesmo o fizesse. Assim, depois de algum tempo ele me disse: *“Então vou contar pra você os mistérios da tatuagem” e ameaçou esboçar um leve sorriso.*

Durante a estada em campo, logo aprendi segundo Foote-Whyte (1990, p.81), o quanto era importante saber o momento apropriado para perguntar e o que perguntar. Seria de suma importância desenvolver durante as entrevistas relações pessoais que possibilitasse a interação social entre pesquisador e pesquisado. Essa possibilidade ajudaria a identificar os melhores entrevistados, ou seja, aqueles que passam as informações com mais detalhes.

A partir de então, a entrevista transcorreu com a maior tranquilidade e o clima de tensão e desconfiança por parte dele aos poucos se esvaiu no ar. No final desta nos despedimos com um aperto de mão e desejei-lhe uma boa semana, o mesmo pela primeira vez esboçando um sorriso tímido disse: “espero poder conversar com a “doutora de novo”, e assim, acompanhei-o até o agente para que o mesmo o levasse de volta ao pavilhão dezesseis.

Esse entrevistado por ter muitas tatuagens, mais ou menos umas sessenta, nem ele sabe ao certo, tornou-se um dos meus principais entrevistados. No sábado seguinte chamei-o para conversar novamente e o mesmo trouxe consigo uma “maquina de tatuar artesanal”, disse-me que havia passado a semana inteira confeccionando para poder me mostrar, nesse momento ficou evidente que os laços de confiabilidade havia se estabelecido.

Encerrei o meu primeiro dia de trabalho e fui para casa satisfeita, pois tudo havia transcorrido de forma tranqüila, entretanto fiquei intrigada em pensar do porque de alguém não esboçar nenhum tipo de emoção ou reação facial. Ao avaliar o dia de trabalho percebi que as entradas do agente na sala durante a entrevista não havia sido legal, quebrava a fala do entrevistado e o ritmo da conversa, pois toda vez que este entrava o entrevistado parava de falar. Diante dessa constatação no sábado seguinte explicando os motivos falei com o diretor para que o mesmo autorizasse a dispensa da presença de um agente, com um pouco de relutância o mesmo por fim acabou concordando. A partir do segundo sábado, todas as entrevistas ocorreram conforme o planejado, somente o pesquisador e o pesquisado. Todas as entrevistas realizadas nos meses subseqüentes transcorreram com a máxima tranquilidade, procurei proporcionar um ambiente propício e descontraído para a realização das mesmas.

Foi muito comum durante as apresentações formais iniciais, os entrevistados não entenderem direito o objetivo da minha pesquisa e sim demonstrar um maior interesse em saber quem eu era na verdade, se eu era uma “pessoa confiável ou não”, pois alguns chegaram a pensar que eu era alguém da polícia fazendo algum tipo de investigação. Logo percebi que para os entrevistados a pesquisa em si não tinha importância alguma. Assim, conforme Foote-Whyte (1990, p.79), percebi que os mesmos se preocupavam com a minha presença e o que fui buscar ali. Logo passaram a formular suas próprias explicações a respeito do meu trabalho.

Segundo Cicourel (1990, p. 90), “a aceitação do pesquisador em campo depende de como o entrevistado o vê, este quer se assegurar de que o pesquisador é confiável e é um bom sujeito, e que este não será capaz de revelar os seus segredos comprometendo-o principalmente perante os seus pares”.

Percebi que ter cautela seria um ponto imprescindível para obtenção de sucesso nas entrevistas, já que o ambiente prisional de uma forma geral é muito hostil e evidentemente os laços de confiabilidade não se estabeleceriam no primeiro encontro, e sim no decorrer dos “encontros sociais”.

Durante as semanas subsequentes percebi que as preocupações que me incomodavam em relação à obtenção dos dados e das respostas para a minha pesquisa perderam totalmente o sentido. À medida que fui entrevistando e ouvindo a história de cada um percebi que não estava diante de um simples objeto de pesquisa no sentido estrito, e sim, diante de seres humanos que tem as mesmas necessidades básicas e sentimentos humanos como eu, e estes haviam se disposto a partilhar comigo suas experiências vividas em um mundo que até então era totalmente desconhecido para mim. Entretanto alguns falavam por enigmas, deixavam a fala suspensa no ar enquanto um silêncio mórbido percorria a sala denunciando a angustia do entrevistado. Ao ouvi-las em casa durante a semana ficava muito inquieta tentando decodificar o que foi dito. Diante de tal situação foi necessário recorrer a algum arcabouço metodológico que me ajudasse a compreender as “entrelinhas”, o não dito e o que estava por trás das reações e emoções das falas, eu precisava compreender o que havia sido dito nos gestos mais sutis que eles apresentavam durante as entrevistas.

Ao perguntar a um dos entrevistados que faz as suas próprias tatuagens “você mesmo se tatua, dói? O mesmo com muita naturalidade respondeu-me: *“eu acho bom a dor, quando vejo o sangue escorrendo é como se toda neurose saísse, quanto mais eu me furo mais vontade de me furar eu tenho”*.

Ao ouvir essa entrevista, fiquei inquieta tentando entender qual o significado da citação acima, pois o tom da voz denunciava amargura, angústia e um grande ressentimento do entrevistado, porém, para entender o significado da sua resposta era preciso decodificar as entrelinhas, assim, recorri à literatura da metodologia *fenomenológica*. Conforme Simões (1997, p.14), o método empregado pela fenomenologia, possibilita ao pesquisador ver e observar fora de uma perspectiva causal; interpretar e compreender os significados da linguagem utilizada pelo entrevistado; e perceber os gestos, os movimentos e a feição do entrevistado no momento da entrevista.

Assim, esta metodologia me trouxe à luz que faltava para compreender os significados das meias palavras e o que estava por trás de cada silêncio ou ainda o que estava por trás da voz embargada de tristeza, dor, emoção e fragilidade.

Com esse arcabouço teórico/metodológico finalmente decodifiquei o que realmente o entrevistado quis me dizer, porém, ainda tinha dúvida se estava no caminho certo, assim, no sábado seguinte fui decidida a confirmar com o próprio entrevistado se eu estava trilhando o caminho certo ou não. Chamei-o para uma nova entrevista e no decorrer desta disse-lhe: passei a semana inteira pensando no que você me disse, o mesmo olhou-me intrigado, então continuei...Quando perguntei a você se se tatuar doía, você me respondeu que achava “bom a dor e ver o sangue escorrendo era como se toda neurose saísse”. Então eu disse-lhe: vou lhe dizer o que entendi e de que forma interpretei o que você me falou, porém, preciso que seja sincero comigo para me dizer se é o que entendi ou não, pois preciso saber se estou no caminho certo do que aqui vim buscar. E assim, disse-lhe olhando-o nos olhos: “Na sua fala embargada de ressentimento pude perceber o quanto você exterioriza os seus segredos mais secretos e a dor da sua alma em sua pele. Achar bom a dor é uma forma de identificar a dor que sente na pele com a dor que sente em sua alma, resultado da aniquilação do seu *eu* e o processo de construção dessa nova identidade ao adentrar no intramuros.

O mundo em que vive agora não o possibilita exteriorizar fragilidade, emoção, saudade ou angústia, é um mundo onde o *etos* de masculinidade está acima de tudo, a virilidade, a força e o poder são os únicos sentimentos que devem ser exteriorizados. O prazer que você sente em ver o sangue escorrer é como se toda essa dor escapasse do seu corpo ao passo que se fura, a vontade de se furar cada vez mais intensa é a sensação que você tem de poder através da dor e do sangue escorrendo deixar escapar tudo o que há de ruim em seu interior, assim, poderá sentir certo alívio no conflito existencial de quem você é. Quando você se tatua, ao mesmo tempo em que tem a sensação de aliviar a dor da sua alma você objetiva essa dor em sua pele, e claro que essa objetivação não poderia ser diferente do que é, esta é representada na mesma intensidade de sua dor, por isso, os desenhos que são tatuados em você estão diretamente ligados à representação dos signos de criminalidade”.

Quando terminei de falar o silêncio pairou no ar, o entrevistado olhou-me com os olhos cheio de lágrimas e disse-me: “*é isso mesmo, parece que você fez um raio X de dentro de mim*”. Nesse momento não pude conter a minha emoção e os meus olhos também se encheram de lágrimas, percebi que os laços de confiabilidade se estabeleceram nesse exato momento. Esse entrevistado também se tornou um dos meus principais colaboradores.

Segundo Boemer (1994, p. 85-87), a autora esclarece que a proposta da fenomenologia é compreender o fenômeno que está posto diante do pesquisador. Este pede um desvelamento, uma iluminação sobre o que está oculto. E a cada possibilidade de desvelamento há um velamento nele contido. Portanto, esse método não busca explicar os fenômenos que surgem em campo, e sim, compreendê-los a partir das entrelinhas, e o que nelas está oculto.

A partir da utilização desses dois métodos de pesquisa utilizados em campo, as entrevistas foram transcorrendo com a maior naturalidade e aos poucos a minha presença passou a ser menos estranha. Eles foram percebendo e eu também como um simples gesto de cumprimento ao chegar, como um aceno de um simples bom dia mesmo a distância fazia toda a diferença. Aos poucos os olhares de desconfiança deles em relação a mim foram esvaindo-se.

Quando percebi, já estava totalmente envolvida com o campo de pesquisa, passei a vivenciar cada emoção nascida em campo, as quais por muitas noites me tiraram o sono, me angustiaram e me fizeram chorar. Não consigo traduzir com clareza a riqueza que contém tais emoções, percebi como era difícil para eles falarem de si, principalmente para uma pessoa que não fazia parte do mundo deles e nem do cenário do dia-a-dia. Para os entrevistados o momento do “encontro social” passou a ter um significado especial, pude perceber que para eles, é como se depois de muito tempo eles sentissem que estão sendo tratados como seres humanos novamente, sendo tratados com respeito e sendo chamados pelo próprio nome, o que talvez há muito não ouvissem. Alguns se sentiram privilegiados e me agradeceram pela oportunidade de serem ouvidos, outros porque depois de tantos anos não imaginava poder ser útil a alguém, ou ainda, ser visto como “ser humano por alguém que está na sociedade”. Assim, no fim da entrevista alguns agradeceram pelo simples fato de serem apenas ouvidos.

Foi difícil reconhecer que era preciso deixar o campo e dar a pesquisa por encerrada, principalmente pelo fato de não poder me despedir de cada um deles e poder agradecer-lhes pela espontânea participação e dizer-lhes o quanto haviam me ensinado.

Ainda hoje ao lembrar-me de cada um deles sinto a mesma emoção brotar dentro de mim, como se ainda estivesse em campo, o carinho e o respeito dispensado a minha pessoa foi algo surpreendente, superou as minhas expectativas e recordo esses momentos com muito carinho, hoje tenho a clara vidência do quanto o meu campo de pesquisa tornou-se importante em minha vida. A cada dia quando me sento no computador para enfim escrever a minha dissertação lembro-me dos gestos, das expressões faciais e principalmente dos tons de vozes embargados de mágoa, ressentimento, abandono, desprezo e tristeza que traduz toda a dor da alma desses indivíduos. Muitos olhares traduziam um olhar perdido no vazio, sem a esperança

de ter uma chance de poder recomeçar e a certeza do estigma de “*ex presidiário*” que permanecerá para sempre e que nem o tempo será capaz de apagar. Estou dizendo isto por várias razões: primeiro, pela dolorosa experiência vivida dentro do cárcere que ficará na memória e inscrita na pele para sempre, segundo, porque a sociedade jamais dará a absolvição e terceiro, a ambigüidade do desejo de liberdade. A liberdade é algo desejado profundamente por todos, porém, o medo de sair é temido na mesma intensidade do desejo de ganhar a liberdade.

Agradeço aos meus entrevistados por me ensinarem a trilhar o caminho da pesquisa de campo com sensibilidade e muita angústia. Ensinaram-me a viver intensamente a experiência de campo e compreender que uma pesquisa é muito mais do que lidar com um “*simples objeto*” a ser pesquisado. Ela se torna uma lição de vida quando você se permite olhar o outro despido dos seus “*pré-conceitos concebidos*”. Permitir-se viver intensamente o campo é deixar aflorar as suas emoções, tristezas e angústias para então ter a dádiva da sensibilidade de compreender o outro a partir do não dito, das entrelinhas, do olhar vazio, da voz embargada de angustia, tristeza, emoção e dor e através dos signos decodificar os segredos mais secretos que trazem guardado no fundo da alma e que jamais havia sido revelados.



CAPÍTULO 2

A TERRITORIALIDADE DO CÁRCERE

2.1 Os habitantes da cidadela de pedra

O Instituto Penal Desembargador Sílvio Porto está localizado na rua projetada s/nº, no bairro de Mangabeira VIII, a vinte quilômetros do centro de João Pessoa. Apesar de construído no ano de 1997, sua inauguração somente ocorreu em janeiro do ano de 2001, sendo uma edificação bastante recente. A Penitenciária destina-se ao cumprimento da pena em regime fechado para presos do sexo masculino, é considerado um presídio de segurança máxima ou “tranca dura” como é chamado pelos apenados. Sua área total é de 33.684 m², com formato de um retângulo incompleto. É composto de sete pavilhões (15,16, 17, 18, 19, 20 e 21), os quais serão descritos mais adiante (CUNHA, 2007).

Os muros altos da Instituição, que é visível a longa distância, denunciam à sociedade o espaço de reclusão, exclusão e confinamento daqueles que “não são aceitos pela sociedade”. O muro que envolve toda a Instituição possui 5m de altura e 25 centímetros de espessura, o mesmo prolonga-se em pedras calcárias e cimento na parte subterrânea contendo 3m de profundidade e 60 centímetros de largura. Ao longo deste existem fios condutores de eletricidade e 10 guaritas com vigilância permanente.

Tanto a construção de um muro reforçado, como o sistema de vigilância externa permanente, foi pensado de forma estratégica com o objetivo de evitar algum tipo de fuga. Para a direção e o corpo de agentes a tentativa ou a fuga em si é uma situação de “anomalia”, enquanto que as divergências e os conflitos diários nas inter-relações sociais e pessoais é algo dentro da mais perfeita normalidade.

Durante o período da pesquisa a população de apenados variou entre 742 a 620 apenados. Nos primeiros meses de pesquisa, dentre os 742 havia mais ou menos 200 presos que ainda aguardavam seus processos serem transitados e julgados. Em meados de julho de 2009, essa configuração modificou-se, quando muitos presos foram transferidos. Hoje, estão internos na referida instituição apenas aqueles já condenados pela justiça. De uma forma geral, o presídio Sílvio Porto encontra-se numa situação confortável. Se formos comparar com a realidade de outros Estados brasileiros, a capacidade para abrigar apenados é de aproximadamente 540 vagas e hoje, agosto de 2009, a população carcerária é de 639 apenados.

Segundo Cunha (2007), entendemos por prisão como uma maneira particular de punir os indivíduos que infringem as normas pré-estabelecidas pela sociedade em que se vive, pois sem dúvida vivemos numa sociedade normativa que está sempre nos cobrando que andemos de acordo com a lei que nos foi imposta. O que determina a ação errada é a regra, ou seja, a

regularidade, o normal. O que aparece é o poder da norma. E isso, nos faz refletir que as formas de aprisionamento não são apenas a prisão em si, e sim as várias outras formas pelas quais o sistema aprisiona e vigia a sociedade, poderemos também nos classificar como aprisionados por fazermos parte de uma sociedade que nos prende às suas regras desde o nascimento até os últimos dias.

Entretanto, a palavra prisão a que me refiro daqui por diante não terá mais tanta amplitude, e sim, a conotação de prisão no sentido de vigiar, punir, disciplinar e manter recolhidas pessoas à disposição da justiça. Nesse sentido, podemos classificar prisão como “pena das sociedades civilizadas”, ou ainda segundo a concepção de Bauman (2004), como o “local de depósito final daqueles considerados como “refugos humanos”, os que são indesejáveis pela sociedade e que devem permanecer em contêineres fechados e lacrados com rigor”.

Para Foucault (1987), “a disciplina exerce vários mecanismos de controle sobre os indivíduos, é uma máquina não só de ensinar, mas também de vigiar, adestrar, hierarquizar e recompensar”. Seu objetivo final é que cada indivíduo permaneça em seu lugar e, em cada lugar, um indivíduo. Assim, a arquitetura facilita essa vigilância de que as coisas não saiam da ordem.

Para alcançar esse objetivo a arquitetura como parte central do sistema de vigilância é primordial. A criação do Panóptico de Bentham nos elucida essa questão. Sua construção em forma de anel com uma torre de controle central permitia vigiar vinte e quatro horas por dia sem que o vigia fosse notado. Assim, para os prisioneiros além de se encontrarem isolados um a um em cada cela, a sensação de estar sendo vigiado o tempo todo era constante, surtindo o efeito de disciplina desejado pela instituição (FOUCAULT,1997).

Tratarei como “Cidadela de Pedra” a referida Instituição pesquisada, ou seja, o Instituto Penal Desembargador Sílvio Porto. Sua aparência mórbida com seus muros altos e imponentes e a vigilância permanente caracterizam o espaço de confinamento, exclusão e segregação dos indesejados pela sociedade, ou seja, daqueles que há muito já não tinham lugar de encaixe na sociedade dos “homens bons”. Sua arquitetura fria e sem vida é perceptível a uma longa distância por aqueles que vivem na parte externa dos muros. Ao observar essa arquitetura minuciosamente planejada temos a sensação de um mundo isolado e sem contato com o mundo exterior. Em parte isso é verdade, por outro lado, a vida e o dia-a-dia dentro da Cidadela é o resultado do isolamento e do confinamento interno dos seus habitantes permanentes e de uma interconexão com o mundo exterior, resultando numa relação de interdependência pessoal e social entre seus habitantes.

Na Cidadela existem vários tipos de habitantes, ou seja, vários tipos de personagens que fazem parte dessa trama, os quais têm suas vidas interligadas numa relação de interdependência independentemente da sua vontade, pois, estas relações já estavam postas antes de seus habitantes permanentes adentrarem a Cidadela.

Considerarei aqui como habitante permanente da Cidadela “os apenados”, cujo tempo de permanência é relativamente longo e este independe da sua vontade. Outro tipo de personagem que compõe esse cenário são seus “visitantes permanentes”, estes fazem parte da direção, da administração, do corpo técnico e da vigilância. São considerados visitantes permanentes porque diariamente passam a maior parte do dia dentro da Cidadela, mas, fazem parte do mundo exterior, esses atores têm a vida profissional ligada exclusivamente à Cidadela, porém, são livres para ir e vir entre o mundo exterior e esse mundo interior. O terceiro tipo de personagem dessa trama são aqueles que fazem parte do mundo exterior, mas que de alguma forma a vida da Cidadela também está ligada a sua vida, seja por motivos profissionais ou motivos afetivos. Dentre aqueles que a visitam esporadicamente podemos citar os advogados que vão até esta de acordo com a necessidade profissional, e também temos aqueles que visitam seus moradores “permanentes”, sendo estes, esposas, pais, filhos e parentes dos apenados, cujas visitas são em dia e horário determinados pela direção, estes não tem livre acesso como os demais, porém, como foi dito anteriormente também fazem parte desse cenário, pois, de alguma forma suas vidas estão ligadas a vida interior e às relações de interdependência da Cidadela.

Durante a minha estada em campo, pude observar como transita a vida dentro da Instituição nos respectivos dias da semana, levando em consideração alguns eventos “normais” que fazem parte desse cenário e que modificam a rotina e o dia-a-dia dentro da mesma.

Ao passarmos pelo portão principal de entrada adentramo-nos num saguão onde este dá uma visão de imediato à outra grade imensa que dá acesso a um pequeno jardim. Ao olharmos para esse jardim ao lado esquerdo fica a cozinha, onde cerca de 30 apenados são encarregados de fazer as refeições dos detentos, do corpo de agentes e da diretoria da instituição. Ao olharmos para o lado direito nos deparamos com um portão que dá acesso ao “pavilhão dos trabalhadores” o qual será descrito adiante. Nesse mesmo saguão de entrada fica disposta uma mesa onde normalmente fica o chefe da segurança do dia, este organiza e supervisiona a jornada de trabalho do corpo de agentes, é responsável pela identificação dos que ali adentram e controla o trânsito de pessoas no prédio administrativo.

Ainda no saguão, seguindo em frente fica uma vasta sala que é utilizada nos dias de visita para a revista de todos os pertences que os visitantes levam para os apenados. Passando por essa sala e seguindo em frente há um corredor, de frente a este, está à sala do arquivo, virando à direita encontramos a sala do diretor e a sala do diretor adjunto e virando a esquerda nesse mesmo corredor estão as salas destinadas à assistente social, à psicóloga, à enfermaria e o alojamento dos agentes. Ou seja, todo setor burocrático, técnico e administrativo que faz parte da vida da Instituição encontra-se no bloco administrativo e se não fosse pelas grades de entrada e as que cercam os acessos desse bloco e a cor mórbida estampada nas paredes da Instituição não teríamos a impressão de estarmos dentro de um presídio, pois o seu isolamento do restante da arquitetura que compõe os pavilhões onde os apenados se encontram não denuncia um local de segregação social, pois a movimentação e as visitas de atores que fazem parte do cenário são bastante intensas durante os dias da semana. Durante a semana o vai e vem de advogados na penitenciária é constante e conseqüentemente a ida e vinda de apenados dos seus respectivos pavilhões ao “parlatório” também, pois este também se encontra no bloco da administração.

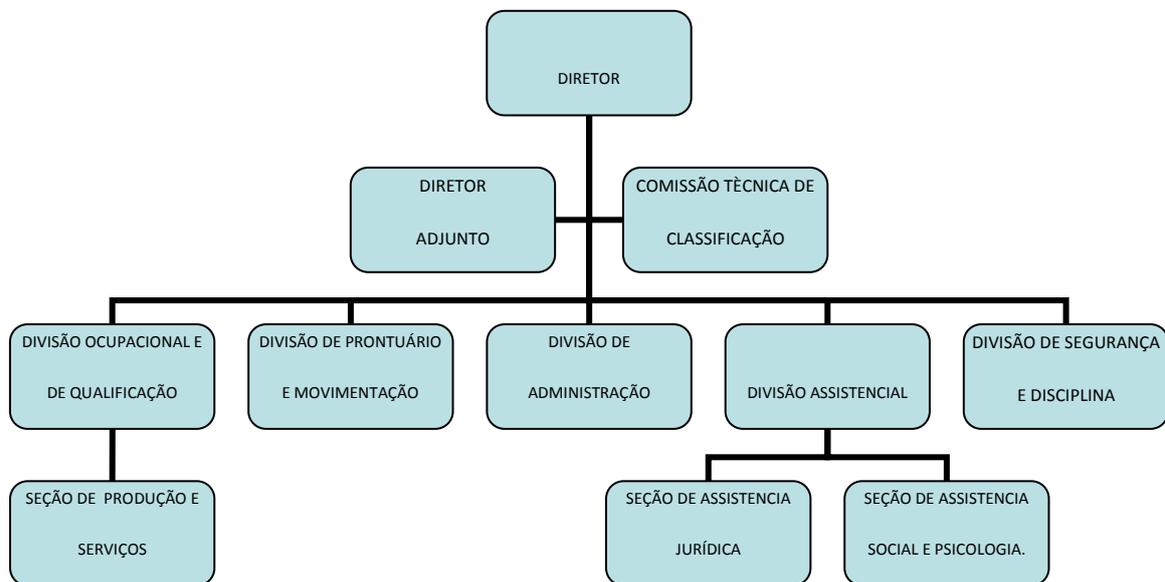
Dentro da normalidade da rotina incluem-se os dias de visita, estes são respectivamente nas quartas-feiras e aos domingos. Nas quartas-feiras é dia de “visita íntima”, ou seja, os apenados recebem a visita das suas esposas ou das suas companheiras ou namoradas, as quais devem ter tanto a permissão do apenado como a do juiz da execução penal para a visitação. A visita familiar ocorre aos domingos, cada apenado pode receber a visita de dois adultos e de uma criança ou de um adulto e de duas crianças a cada domingo, pois, estes podem autorizar até oito pessoas para visitar-lhe, desde que haja um rodízio entre elas.

Apesar de ser uma rotina para os funcionários, os dias de visita requer um cuidado minucioso e específico por parte de todos que compõe o quadro de funcionários do dia, com exceção daqueles que realizam trabalhos burocráticos, pois, estes não trabalham nos finais de semana e também não se envolvem com as questões externas das suas funções.

O número de agentes masculinos é bem maior do que o número de agentes femininas, porém, a presença das agentes é visivelmente significativa nos dias de visita, pois são elas quem realiza todo o trabalho de revista tanto dos pertences que são levados pelos visitantes como também à revista íntima feminina.

Para compreendermos como esta trama se desenrola é necessário termos uma noção de como a vida interna da Cidadela funciona e quais são os seus mecanismos de controle para manter a ordem social interna.

2.2 A estrutura organizacional



2.2.1 A direção

De acordo com RIBEIRO (2005), a Estrutura Organizacional se elabora da seguinte forma:

I – DIREÇÃO

- a) Diretor
- b) Diretor Adjunto
- c) Comissão Técnica de Classificação – CTC – (Na prática funciona individualmente e cada técnico emite um parecer avaliando o apenado, sem a realização de um trabalho interdisciplinar.)

2.2.2 Corpo técnico administrativo

- Divisão de Administração (composta por funcionários comuns da administração do presídio, executam serviços de protocolo, recebimento, registro e distribuição de processos e expedientes gerais; controle efetivo dos presos e de funcionários da Penitenciária)
- Divisão de Prontuário e Movimentação (funcionários que realizam a atualização dos prontuários criminológicos dos presos, de maneira a permitir o acompanhamento da evolução

da pena e dos benefícios concedidos; assessoramento e apoio a comissão técnica de classificação; a manutenção do registro de presos e suas alterações, para fins de encaminhamento a Secretaria de Administração Penitenciária.)

2.2.3 Divisão assistencial

Têm por objetivo a prestações de serviços assistenciais, jurídicos, sociais, de saúde e psicológico e religioso, o qual na prática deixa muito a desejar de acordo com alguns entrevistados. Segundo eles esses serviços são prestados de maneira muito precária e com certo descaso e preconceito por parte dos profissionais.

Uma vez chegou uma menina ai, uma assistente social, ela mandou me chamar, ela olhou pra mim assim, eu tava de blusa de manga cumprida, mais tava dobrada até a metade do braço, ela olhou assim pra mim, de um jeito... Eu já senti que ela já olhou com um olhar de preconceito e desprezo, o olhar diz tudo, já não me senti bem, aí eu falei: não leve a mal é que eu tô com dor de cabeça, outra hora a senhora vem e conversa comigo, eu num sou obrigado a ta aqui. Eu senti que ela não me transmitiu confiança, a pessoa já ta num lugar desse, cheio de neurose, afim de sai, ai chega uma pessoa e só em olhar já ta passando pra mim que não ta gostando de mim, que só ta ali pra cumprir com a obrigação... Ta entendendo ?! (Teia).

De acordo com esse entrevistado podemos observar que a relação dos apenados com a Divisão Assistencial é uma relação superficial, os apenados não sentem credibilidade no trabalho desenvolvido por esses profissionais e em contrapartida os mesmos não desempenham suas funções com responsabilidade e credibilidade. Em uma conversa informal com uma funcionária da Divisão de Prontuário e Movimentação a mesma me disse que uma das maiores dificuldades em manter os prontuários dos apenados atualizados é devido à demora do envio dos documentos pela Divisão Assistencial. “Indignada a mesma citou-me um exemplo de como as coisas funcionam (quando a psicóloga entrevista algum apenado ela só dá o parecer da avaliação técnica apenas vinte e poucos dias depois da entrevista, ou seja, o que mais me intriga é... como ela vai se lembrar do que conversou com ele há vinte e poucos dias para poder fazer algum tipo de avaliação e dar o parecer técnico profissional)”?

2.2.4 Divisão Ocupacional e de Qualificação

Este setor destina-se a oferecer trabalho aos apenados, atualmente funciona uma gráfica e serigrafia; reciclagem de cartuchos para impressoras; laboratório de prótese dentária; escola de alfabetização, projeto “Pintando a Liberdade”, serviços gerais e cozinha.

Dispositivado no art. 126 parágrafo 1º da Lei de Execução Penal Federal nº 7.210/84, “in verbis”:

“Art. 126. O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semi-aberto poderá remir, pelo trabalho, parte do tempo de execução da pena. Parágrafo 1º A contagem do tempo para o fim deste artigo será feita à razão de um dia de pena por três de trabalho”.

Fulcrado no art. 29 da Lei de Execução Penal Federal nº 7.210/84 e no art 65 da Lei de Execução Penal Estadual nº 5.022/88, “in verbis”:

“Art. 29. O trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a $\frac{3}{4}$ (três quartos) do salário mínimo”.

“Art. 65. O trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a $\frac{3}{4}$ (três quartos) do salário mínimo”.

Podemos observar a partir do citado acima que a oportunidade de trabalhar dentro do sistema penitenciário trás alguns benefícios para os apenados. Estes podem a partir do trabalho ter o benefício da remissão da pena, ou seja, para cada três dias trabalhados diminui um dia de pena. Outro benefício é a remuneração pelo trabalho executado, esta contribui para as pequenas despesas pessoais e também deveria contribuir à assistência à família, porém, esta última torna-se inviabilizada diante da remuneração que é paga aos apenados na prática.

a) Gráfica

Produzem os materiais utilizados na instituição e a impressão de diversos documentos para a Secretaria de Administração Penitenciária. Os apenados que lá trabalham recebem a quantia de R\$ 70,00 mensais.

Gráfica



Fonte: Instituto Desembargador Silvio Porto

b) Reciclagem de Cartuchos para impressoras

Sua produção mensal é de cem cartuchos reciclados, esse setor poderia ser mais aproveitado se atendesse outros setores ou secretarias do Estado, assim, geraria mais vagas de trabalho. O setor de reciclagem de cartuchos também oferece uma quantia de R\$ 70,00 de remuneração mensal,

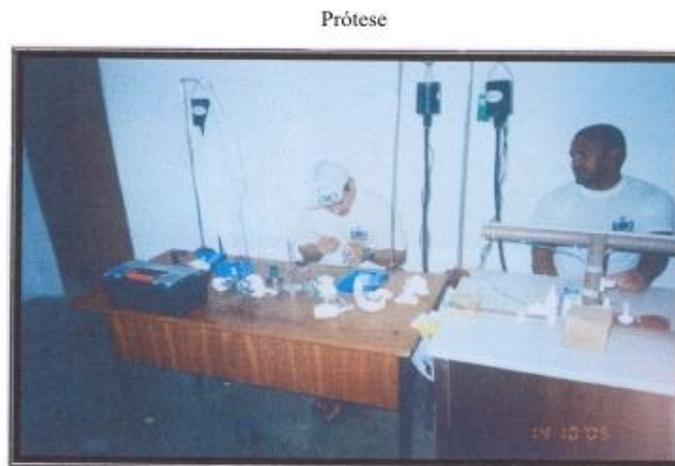
Máquina de Reciclagem de Cartuchos



Fonte: Instituto Penal Desembargador Silvio Porto

c) Prótese Dentária

O laboratório de prótese dentária produz próteses para os apenados da referida instituição, a produção atual gira em média de 50 próteses por mês. A remuneração pelo trabalho realizado também é de R\$ 70,00 reais mensal.



Fonte: Instituto Penal Desembargador Silvio Porto

d) Projeto Pintando a Liberdade

Segundo Rodrigues (2004, p.4), o projeto “Pintando a Liberdade” foi implantado no Instituto Penal Desembargador Silvio Porto em 2001, com recursos do Ministério dos Esportes. A finalidade da oficina está relacionada à produção de bolas de futebol que são costuradas e distribuídas às diversas escolas da rede pública do Estado. Sua produção conta no momento com a mão-de-obra de quarenta apenados e são produzidas, em média 3.500 bolas por mês. Sua remuneração é de R\$ 100,00 reais mensais, entretanto existem os que recebem por produção que é de R\$ 2,70 reais por bola costurada, porque este trabalho envolve oficina e serigrafia

Projeto Pintando a Liberdade



Fonte: Instituto Penal Desembargador Silvio Porto

Além dos trabalhos remunerados citados acima, podemos encontrar ainda alguns postos de trabalho como serviços gerais que também é feito pelos apenados e postos de trabalho na cozinha, uma vez que todas as refeições oferecidas na instituição para os apenados, o corpo de agentes e a direção são feitas pelos apenados. Estes também recebem uma remuneração equivalente a 70,00 reais mensais.

Como podemos perceber há vários setores que possibilitam o engajamento do apenado ao trabalho, porém, os postos de trabalho ainda são ínfimos em relação ao número de apenados, devido a essa escassez o comportamento torna-se um dos pré-requisitos primordial para a obtenção do mesmo. Entretanto, apesar da remuneração mensal pelo trabalho executado estar bem abaixo do que a Lei determina o interesse por parte dos apenados em obter algum tipo de ocupação é muito grande. Segundo eles além dos benefícios adquiridos com o trabalho é uma oportunidade de sair da ociosidade e ocupar a mente uma boa parte do dia.

2.2.5 A segurança interna e externa

– Divisão de Segurança e Disciplina (composto por 40 agentes penitenciários, responsáveis pela guarda interna do presídio; e por 30 Policiais Militares, responsáveis pela guarda externa).

A guarda interna do presídio é feita pelos Agentes Penitenciários que são responsáveis pela segurança interna dos apenados e pela manutenção da ordem dentro do Estabelecimento Penal.

A maioria dos agentes tem muito tempo de serviço e possuem no máximo o ensino médio. A formação cultural de alguns agentes e a falta de instrução corretamente orientada a respeito do tipo de relacionamento que devem manter com os internos são os principais motivos e os mais apontados pelos chefes de segurança do dia para explicar os conflitos de relacionamentos entre os internos e o corpo de agentes.

A insatisfação com a função exercida e com a remuneração é evidente, e esta reflete diretamente na relação social entre apenados e agentes. Outro problema apontado é a difícil relação entre os próprios agentes, proveniente da diferença salarial entre eles, apesar de exercerem a mesma função e a mesma carga horária de trabalho. Atualmente existem três tipos de remuneração para a mesma função; os agentes mais antigos, com mais de dez anos na função ganham o equivalente a mais ou menos um mil e oitocentos reais mensais (devido ao tempo na função estes são considerados efetivos, apesar de terem entrado através de indicação, ou seja, emprego arrumado); existem também aqueles que exercem a função a cerca de cinco anos, foram inseridos no quadro como pró-tempore, com uma remuneração líquida equivalente a um salário mínimo; e por fim temos os agentes que entraram no primeiro concurso de agentes penitenciários do Estado realizado em 2008, a maioria deles possui o ensino superior e ganham cerca de um mil e oitocentos reais por mês.

Segundo algumas conversas informais com os respectivos agentes a diferença salarial e principalmente a chegada dos agentes que passaram no concurso de 2008 tem dificultado ainda mais a relação entre o corpo de agentes. São apontados alguns motivos como: a maioria dos agentes que chegaram no último concurso por terem ensino superior na visão de alguns são “metidos a besta”; por terem estabilidade no emprego fazem deste apenas um trampolim para pleitear outro concurso público; a maioria não tem perfil para exercer a função. Dentre os problemas de sociabilidade entre os próprios agentes existe também a insatisfação em relação à legalização da função para o quadro efetivo do Estado, os baixos salários, a falta de recursos e a falta de efetivo para suprir a necessidade mínima do presídio.

Em relação à guarda externa do presídio esta é feita por 30 homens da Polícia Militar, que obedecem a uma escala de doze horas de trabalho por trinta e seis horas de descanso. Há também, um grupo de 10 policiais militares treinados para realizar escoltas de presos, dentro e fora do Estado.

De acordo com Rodrigues (2004), as principais insatisfações da guarda externa, ou seja, dos policiais militares que prestam serviço naquele estabelecimento penal, seria a falta de efetivo suficiente; as condições do alojamento que são precárias; e o não reconhecimento e valorização do trabalho dos policiais militares, por parte tanto das autoridades superiores, assim como da sociedade. Podemos observar que as insatisfações tanto dos policiais militares e do corpo de agentes que são responsáveis pela segurança interna e externa da Instituição reflete diretamente nas inter-relações sociais, e por vezes principalmente por parte do corpo de agentes culmina em maus tratos aos apenados.

Outro dia estava sentada no saguão ao lado do portão que dá para o jardim e ouvi quando o chefe de segurança do dia solicitou ao agente X que fosse buscar o apenado Y, pois o seu advogado queria falar com ele no “parlatório”. Ao passar por mim, o referido agente estava retrucando a ordem recebida da seguinte maneira: “vou ter que descer no sol quente pra ir buscar aquele filho da puta”.

É evidente o quanto a insatisfação e o stress da função possa minar qualquer possibilidade de relação harmoniosa entre o corpo de agentes e os apenados, uma vez que estes no dia-a-dia estão em contato direto com os apenados, conhecendo seus problemas, periculosidade e estando ainda sujeitos a ameaças de determinados detentos. É uma relação delicada e contraditória, pois a “tranquilidade da prisão” depende diretamente dessa relação harmoniosa, se esta estiver por um fio a “cadeia vira”, ou seja, acontecem as rebeliões ou as tentativas de fugas.

2.3 Os pavilhões

No Instituto Penal Desembargador Sílvio Porto existe sete pavilhões no total, sendo estes: pavilhão 15 (chamado de pavilhão dos trabalhadores), pavilhão 16 (chamado de pavilhão do seguro) e pavilhões 17, 18, 19, 20 e 21. Os pavilhões 15 e 16 têm algumas particularidades que descreverei mais adiante, no que diz respeito aos demais pavilhões são praticamente iguais. Cada pavilhão tem cerca de quarenta celas distribuídas entre o lado A e o lado B, as celas variam de tamanho e o número de acomodação por cela é equivalente a esta, não há cama para todos, portanto, os últimos que chegam estendem seus respectivos colchões no chão na hora de dormir. Não existe nenhum tipo de triagem por tipo de delito para a distribuição dos apenados nos mesmos.

Atualmente, apenas os portões principais dos pavilhões são trancados, pois na última rebelião que houve as grades das celas foram arrancadas e estas se encontram permanentemente abertas, permitindo então, uma livre circulação dentro do próprio pavilhão. Só é permitido sair deste caso o apenado seja solicitado pelo seu advogado no “parlatório”, em caso de atendimento médico na enfermaria ou por solicitação da psicóloga ou assistente social. Os apenados que “moram” nos pavilhões 17 ao 21, também chamados por eles de “convívio”, passam vinte e três horas trancados, saem apenas uma hora por dia, pela manhã, para o banho de sol, que começa a partir de oito horas da manhã e a cada uma hora dois pavilhões são abertos conjuntamente para que os apenados possam ir para o banho de sol. Passada uma hora estes são recolhidos, contados e novamente o pavilhão é trancado e assim sucessivamente até que os apenados do último pavilhão tenha ido para o banho de sol. Para não haver desavenças em relação ao horário do banho de sol, existe uma escala elaborada pela equipe de segurança que determina o rodízio entre os pavilhões para se iniciar o banho de sol.

2.3.1 Pavilhão 15 (dos trabalhadores)

Como dito anteriormente, alguns postos de trabalhos são ocupados no presídio pela comunidade de apenados. Como estes ainda são muito limitados, existe algumas determinadas exigências para trabalhar dentro da Instituição, sendo a principal delas que o apenado tenha bom comportamento e não tenha nada em seu prontuário que o desabone em relação a comportamento e disciplina. Esta é uma das regras principais, visto que, não há vagas para todos que queiram trabalhar. O trabalho dentro da “cidadela de pedra” é algo desejado por muitos, porém, há vagas para poucos, os que ocupam tais postos de trabalhos encontra-se em situação privilegiada se compararmos aos demais.

A primeira diferença significativa é em relação à “tranca” do pavilhão, ou seja, este é aberto pelo corpo de agentes às cinco horas da manhã e só é fechado novamente às sete horas da noite, ou seja, os moradores desse pavilhão que são todos trabalhadores dentro do presídio têm o privilégio de transitar entre o seu posto de trabalho, o seu pavilhão, o jardim, o campo de futebol, etc, ou seja, dentro do cenário em que se encontram tem uma maior mobilidade dentro do espaço físico limitado e vigiado pelos muros altos e por seus atentos guardiães.

Nesse pavilhão são poucos moradores por cela e basicamente todos tem cama, não há superlotação. Segundo alguns entrevistados, este é um pavilhão muito tranquilo no convívio

com seus pares, se compararmos evidentemente com os demais. Essa tranqüilidade é fruto do privilégio obtido com o trabalho, o qual os apenados zelam para não perder.

Na concepção de Ramalho (1983, p. 132), os privilégios advindos do trabalho dentro do presídio também significa “a possibilidade de ser aceito pela sociedade no seu egresso. Trabalho é sinônimo de bom comportamento, pois exige do apenado disciplina e responsabilidade para com a atividade desempenhada”. Aos olhos da direção, o trabalho é sinônimo de recuperação.

Segundo os entrevistados, os que têm a oportunidade de trabalhar além de ocupar a mente, durante o dia e dentro de determinados limites é claro tem livre circulação, o cansaço do trabalho muitas vezes proporciona uma “boa noite” de sono. Um dos maiores benefícios para eles é a possibilidade da remissão da pena, é garantido pela *Lei de Execução Penal Estadual nº 5.022/88*, “*in verbis*”:

“*Art.184. O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semi-aberto poderá remir, pelo trabalho parte do tempo de execução da pena*”.

“*Parágrafo 1º. A contagem de tempo para fim deste artigo será feita à razão de um (1) dia de pena para três (3) de trabalho.*”

Evidentemente, diante do benefício da remissão e da valorização do trabalho como ocupação, não deixando espaço para a ociosidade, alguns apenados ainda o vê como uma oportunidade em adquirir um ofício que poderá lhe gerar renda ao seu egresso à sociedade.

De uma forma geral, os presos que trabalham são considerados presos de “confiança” para o corpo administrativo e para o corpo de agentes. Existe também a possibilidade de se alimentarem melhor por terem acesso à cozinha. Esporadicamente, o diretor permite que familiares possam vir rapidamente durante a semana fazer uma visita breve e trazer algum tipo de alimento. O encontro acontece rapidamente no próprio saguão na presença dos agentes. Existe também a remuneração para quem trabalha, sendo esta também garantida por Lei.

Assim, diante dos benefícios adquiridos com o trabalho, os apenados zelam pela oportunidade que receberam e zelam pela confiança depositada pelo corpo administrativo. Diante desse diferencial procuram manter uma boa convivência com seus pares e com o corpo institucional para preservarem esta oportunidade. Ao perguntar o que havia mudado depois de começou a trabalhar, o entrevistado me respondeu:

Melhorou 100%, minha mãe quando chega aqui os agentes já sabem que ela é a minha mãe e tratam bem. Eu sei reconhecer a oportunidade que as pessoas me dão, eu não gosto de trair a confiança de ninguém, eu sou um cara que eu reconheço o que as pessoas fazem por mim, ta entendendo? De ruim e de bom. Então a partir do momento que me deram essa oportunidade, me deram essa chance, eu coloquei na minha mente... e já que esse pessoal ta me dando uma chance uma oportunidade eu vou procurar respeitar o lado deles e demonstrar minha confiança pra eles, não vou trair a confiança de ninguém, eu não gosto que ninguém traia minha confiança, por que eu vou trai a confiança dos outros? Eu quero que as pessoas me dêem oportunidade pra eu demonstrar quem eu sou, o que eu fui não importa, o que eu fiz lá fora não importa. Depois que eu passei daquele portão aqui pra dentro, vou cumprir a pena, quando eu passar do portão pra fora eu sou outra pessoa. Do portão pra dentro eu cumpro uma pena. Tô cumprindo minha pena, to fazendo por onde as pessoas que é do sistema confiar em mim, acreditar em mim...(Teia).

Porém, esses trabalhadores da Cidadela se encontram numa posição ambígua. Aos olhos da instituição são considerados presos relativamente de “confiança”, mas, entre seus pares estes são vistos como caguetas, dedo-duro ou como eles dizem: *os que trabalham estão fechados com a direção*”, aos olhos dos seus pares não são de confiança. Para Ramalho (1983, p. 138), essa relação ambígua entre a comunidade de cativos significa a oposição entre trabalho/mundo do crime, recuperação/delinquência.

2.3.2 Pavilhão 16 (seguro)

O pavilhão 16 também é chamado de “pavilhão do seguro”, conhecido pela comunidade dos cativos e pelo corpo institucional como o pavilhão que garante a integridade física do indivíduo, esta sendo necessária para que ele possa cumprir a sua sentença com vida. Normalmente mora nesse pavilhão os apenados que sabem que sua vida perante os seus pares está por um fio devido a intrigas ou aos delitos cometidos por este.

As regras para o pavilhão dezesseis são basicamente as mesmas dos pavilhões 17 ao 21, porém, a sua peculiaridade está relacionada ao tipo de apenado que ali mora. Este pavilhão é exclusivo para aqueles que têm algum tipo de inimigo dentro da prisão, sendo este inimigo contraído na “rua” ou inimigo feito dentro do próprio presídio pelas mais variadas desavenças possíveis, desde antipatia até delação ou roubo dentro do cárcere. Outra particularidade é que esse pavilhão também abriga os apenados que cometeram algum tipo de delito que não é aceito pela comunidade de reclusos. Podemos considerar como um exemplo clássico o delito 213 que de acordo com o Código Penal Brasileiro é o delito de “estupro”.

Quem comete esse tipo de delito não tem perdão, é um tipo de delito desprezível e imperdoável perante seus pares.

Para manter a tranquilidade necessária do dia a dia dentro da Instituição esses cuidados são primordiais, tanto é importante que o banho de sol dos apenados que moram nesse pavilhão é separado, ou seja, durante o horário do banho de sol todos os demais pavilhões estão trancados, com exceção do pavilhão quinze conhecido como “pavilhão dos trabalhadores”.

2.4 A visita íntima

Durante a pesquisa de campo, me dispus ir ao presídio por cinco quartas-feiras para observar como é a vida da Instituição num dia de visita. Em todas elas me acomodei no saguão de entrada o qual me possibilitou um panorama privilegiado, pois ao sentar-me próximo à mesa onde fica o chefe de segurança pude ter uma visão do portão de entrada, do saguão, do jardim que vai em direção à cozinha e principalmente uma visão privilegiada da sala de revista onde as agentes femininas estão dispostas lado a lado para averiguar tudo o que as visitantes levam consigo. Durante todas as minhas visitas de observação mantive os olhos e os ouvidos bem atentos, já que este é um lugar onde se fala pouco, ouve-se tudo, vê e observa-se tudo, regra aprendida com os apenados durante as entrevistas de campo e que muito me ajudou durante toda a minha pesquisa de campo.

As quartas-feiras é o dia da visita íntima, onde as respectivas esposas, companheiras ou namoradas dos apenados, devidamente cadastradas vão visitá-los. Não é permitida a entrada de menores de dezesseis anos, salvo se for casada com o recluso visitado. O horário de visita é das 8:00 hs da manhã até as 16:00, sendo permitido entrar ou sair em qualquer momento, desde que seja apenas uma vez e que a visitante esteja dentro desse respectivo horário. Não existe um local diferenciado para a visita íntima, a mesma é feita na própria cela do apenado, ou seja, cada apenado faz da sua cama uma “cabana” envolvendo-a na parte de cima e nas laterais com lençóis e cobertores de forma que ao sentar-se ou deitar-se na cama ninguém possa vê-lo. Assim, a visita é recebida. Os colegas de cela que não recebem visita não podem permanecer e nem entrar na cela durante o horário de visita, ficam nos respectivos corredores dos pavilhões até o término desta. Isso também vale para as visitas aos domingos, dia de visita familiar.

A movimentação de entrada e saída acontece no decorrer de todo o dia, sendo mais concentrada na parte da manhã, pois normalmente as visitantes levam o almoço para os seus companheiros, o qual é permitido pela instituição e revistado pelas agentes femininas. Na parede de frente as mesas de revista têm dois cartazes que diz:

Quarta-feira

- Somente o almoço e 2 litros de refrigerante
- Obs: a partir do dia 27 de maio de 2009 está liberada a entrada de verduras em pequena quantidade.

Existem algumas regras que devem ser cumpridas a risca para adentrar a Instituição, principalmente nos dias de visita. As visitantes não podem entrar com blusas de alça, mini saia, shorts, sapatos escuros, tênis, sapatos fechados ou sapatos de salto tipo plataforma. Quanto à exigência das roupas é uma medida para evitar atentado contra os bons costumes, vindo principalmente daqueles apenados que não recebem visitas, porém, existem as regras específicas criadas por eles que devem ser respeitadas como é o caso da regra de conduta em relação às visitas de outrem, os que ousam desobedecê-las após o término da visita “as contas” serão acertadas. Em relação ao tipo de calçado permitido é recomendável que seja chinelos tipo havaianas ou sandálias tipo rasteiras desde que não sejam pretos, esses cuidados são para evitar que objetos sejam colocados ou escondidos nos solados dos sapatos ou na parte interior destes.

As mulheres que adentram a instituição compreendem as mais variadas faixa etária, casadas ou não, grávidas ou não algumas comparecem assiduamente todas as quartas-feiras. As suas características pessoais simples e humildes denunciam a classe social da qual pertencem. Pude observar que o tratamento dispensado a elas nem sempre é cordial principalmente por parte dos agentes masculinos os quais normalmente abrem o portão para que elas possam entrar ou sair, já as agentes femininas mesmo as mais sérias não as tratam com tanto desdém. Como dito anteriormente, as visitantes podem ficar quanto tempo quiserem desde que estejam dentro do horário permitido. Às 15h30min toca-se a sirene, um barulho ensurdecador, este é para alertar que o horário de visita está próximo ao seu término, às 15h45min mais uma vez a sirene é tocada, ou seja, restam apenas quinze minutos de visita e finalmente as 16:00 horas a sirene é tocada pela última vez, sinal de que a visita acabou.

Pude observar durante a saída das visitantes que ao irem embora as expressões faciais são as mais variadas possíveis, umas saem alegres e sorrindo, outras chorando, algumas expressando uma feição triste, outras com ar de preocupação e algumas ainda com ares de normalidade ou cara de paisagem. É muito comum as mulheres saírem com os seus cabelos

molhados, subtende-se que tomaram banho sozinha ou com o seu companheiro. Diante da especificidade da visita é algo muito normal, porém, pude observar que dentre alguns agentes masculinos essa observação é passiva de piadinhas entre eles e falta de respeito para com as mulheres, devido os comentários serem depreciativos e os olhares dispensados a elas serem debochados e insinuosos. Existe uma falta de respeito muito grande, principalmente porque a maioria delas são mulheres casadas e mãe de família, porém, para eles pelo fato do companheiro ser um apenado eles acham que elas não devem ser tratadas com dignidade e com respeito. Esta situação evidencia o quanto o estigma de presidiário se estende também à família do apenado, inclusive aos filhos que vão à visita do domingo.

2.5 A visita familiar

O domingo é o dia da visita familiar no presídio. Esse dia para os apenados é um dia “sagrado”, parece que a Instituição está em festa. Os preparativos para receber suas respectivas visitas começam no sábado, eles lavam toda a cela, lavam seus lençóis de cama e preparam a sua melhor roupa para usá-la no domingo. É dia de ver a família, muitos acordam nos primeiros raiar do sol, tomam banho, fazem a barba, ajeitam os cabelos e se vestem da melhor forma possível, pois esperam ansiosos pela visita das esposas, dos filhos, dos pais, irmãos e parentes e amigos mais próximos.

O domingo também é um dia especial pelo fato de ser um dia voltado ao convívio familiar, mesmo que o ambiente onde se dá esse encontro não seja tão favorável, porém, é o momento da socialização dos apenados com os seus entes queridos, é a possibilidade do contato mesmo que indiretamente com o mundo exterior, é a ponte entre quem “está fora com quem está dentro”, ou vice-versa.

Em minhas visitas de observação procurei chegar por volta das 8:00horas da manhã para observar com detalhes como tudo funciona, pois a entrada das visitas inicia-se a partir das 8:00 horas da manhã. Assim, ao chegar sentei-me do lado de fora onde tem um banco de cimento encostado à parede ao lado da entrada. Fiquei observando a fila por uns quinze minutos aproximadamente, provavelmente esta começou a formar-se nas primeiras horas do dia, pois a fila era enorme e o sol estava muito quente e as pessoas inquietas. Havia mulheres das mais variadas idades acompanhadas com os seus filhos e filhas das mais variadas faixas etária. Havia mulheres grávidas, bebês de colo, bebês de um ano e pouco, crianças de quatro, cinco, seis, dez anos de idade, mulheres grávidas com filhos pequenos etc.. Havia ainda

alguns homens na fila (pais na fila), porém, uma porcentagem insignificante se compararmos com o número de visitantes femininas, não passava de dez em todas as vezes que fui observar a visita do domingo, ou seja, num total de cinco visitas.

Além da fila grande e do sol quente, todos visitantes levam muitas sacolas, pois, é nesse dia que é permitido entrar em quantidade limitada roupas, material de limpeza, higiene pessoal e alimentos.

O cartaz que se encontra defronte ao balcão de revistas onde as agentes trabalham dispostas lado a lado informa:

DOMINGO

- almoço
- 1 pacote de bolacha
- 1 pacote de biscoito
- 1 doce
- 2L de refrigerante de cor clara
- 1 bolo
- 1 café solúvel
- 1 kg de açúcar
- 1 pão de cachorro quente
- 200 g de queijo
- 200 g de presunto
- 200 g de margarina
- 5 carteiras de cigarros
- 5 pacotes de fumo inatura
- 3 cx de fósforo
- 1 pacote de leite

Material de limpeza

- 1 barbeador
- 500g de sabão em pó
- 1 tablete de sabão em barra
- 1 detergente
- 1 desodorante em pasta
- 2 sabonetes
- 1 cx de cotonete

- 1 creme dental
- 1 escova dental
- 1 xampu

Roupas

- 1 toalha
- 2 bermudas
- 1 calça
- 2 camisas
- 2 cuecas
- 1 sandália (não pode ser nada preto)

Frutas

- 1 concha de bananas
- 6 maçãs
- 6 laranjas
- 1 mamão

Todos os itens citados na lista acima passam por uma rigorosa revista, normalmente são designadas as agentes femininas para essa atividade.

Para cada recluso são cadastrados no máximo oito familiares, assim, a visita é feita com alternância entre os mesmos. Nos dias de visita familiar serão admitidas a entrada de dois adultos e uma criança, ou a entrada de um adulto e duas crianças por recluso, não sendo permitida a substituição de visitantes. Os visitantes são previamente autorizados pelos reclusos e cadastrados de acordo com as normas da instituição, devendo constar uma fotografia 3x4 na respectiva ficha de identificação e o mesmo deverá apresentar o documento de identidade na hora da sua entrada na unidade prisional. Diante do número de reclusos nessa unidade prisional que hoje gira em torno de 740, o dia de visita não poderia ser diferente do que é, fila imensa para entrar, fila para revista dos pertences e fila para a revista íntima.

O tempo de espera dos visitantes na fila aguardando o momento de adentrar a Instituição aumenta no decorrer da manhã. Estes somente entram no saguão mediante autorização e contagem de algum agente incumbido de controlar o fluxo de pessoas. Só é permitida a entrada de dez pessoas por vez. Após a entrada no saguão, uma maratona se inicia até que finalmente os visitantes possam adentrar aos pavilhões e chegar às respectivas celas onde os apenas os esperam ansiosamente.

Ao entrarem, os visitantes dirigem-se a um balcão onde está disposto um agente com a lista de identificação de visitas. Formando uma fila, as mesmas mediante ao agente lançam suas carteirinhas de identificação e após a conferência e a autorização do mesmo dirigem-se para outra fila, onde deverão deixar os pertences para serem averiguados. Como o trânsito de pessoas é intenso no dia de visitação, normalmente as agentes femininas que ficam na sala de revistas de pertences dispostas lado a lado são auxiliadas para a realização dessa tarefa por alguns detentos que não recebem visitas.

Ao chegarem nessa fila, os detentos que trabalham junto às agentes ficam incumbidos de receber as sacolas de cada visitante e anexar uma senha com um número nas sacolas e entregar uma senha correspondente ao número anexado para a visitante onde posteriormente receberá os pertences já averiguados. Enquanto os pertences serão revistados, os visitantes dirigem-se para a sala de revista íntima. Assim, o trabalho das agentes femininas que revistam os pertences levados pelos visitantes é intenso durante todo o dia. Normalmente as sacolas são pesadas, é aí que entra a importante contribuição dos apenados que auxiliam as agentes. Eles pegam as sacolas que estão dispostas no chão colocam em cima do balcão para que as agentes possam revistar, em seguida, após as revistas os apenados levam as sacolas para outra sala, onde os visitantes após passarem pela revista íntima irão ficar novamente em uma fila para então aguardar que a senha seja anunciada e finalmente poder pegar seus pertences e dirigirem-se ao pavilhão onde farão a visita. A sala de espera é pequena e abafada, o calor torna-se insuportável, diante da demora a fila vira tumulto, pessoas sentam no chão, crianças choram, mulheres discutem o descaso, outras acham que tudo isso é muito normal, outras reclamam que o almoço já esfriou há muito tempo, a outra que o leite da criança azedou com o calor, enfim, é hora de descer para a visita.

Calculei o tempo gasto a partir da entrada no saguão de identificação até o momento em que os visitantes dirigem-se aos pavilhões. O tempo mínimo de toda essa maratona foi de uma hora e meia aproximadamente.

De uma forma geral, tanto a direção como o corpo de agentes não tem a mínima preocupação em tratar bem os visitantes. Esse fato fica muito claro ao observar que os agentes organizam a fila externa gritando com os visitantes, pois alguns reclamam da demora para entrar, que às vezes leva horas.

2.6 A revista dos pertences

Os dias de visita são dias de trabalho intenso por parte do corpo de agentes, tanto os agentes masculinos como as agentes femininas. Aos domingos, o número de agentes masculinos duplica, uma parte deles auxilia as agentes femininas na revista dos pertences, alguns controlam o fluxo de entrada e saída do portão principal, um pequeno número destina-se a revista masculina e a maioria deles posicionam-se junto aos pavilhões organizando a entrada e saída dos visitantes e cuidando da segurança do mesmo, tendo cautela e minucioso cuidado em manter o portão principal do pavilhão sempre trancado.

A revista dos alimentos e dos pertences de higiene pessoal é minuciosa, nada passa sem ser averiguado e despercebido. As agentes trabalham com luvas descartáveis (compradas por elas mesmas) e alguns objetos pontiagudos, como faca de mesa ou mesmo as facas artesanais, apreendidas pelos agentes em revistas rotineiras nos pavilhões e nas celas. Abaixo descreverei minuciosamente como se dá o ritual da revista.

– almoço: este normalmente é levado em vasilhas de plástico com tampa, as agentes abrem as vasilhas e com uma faca perfuram em vários lugares para averiguar se não há nada escondido dentro deste, tampa-o e o coloca de volta na sacola.

– bolacha e biscoito: se estes tiverem a embalagem transparente não é necessário serem abertos, é muito comum no caso dos biscoitos creme crake os quais as embalagens são coloridas serem abertos e averiguados os três pacotes que se encontram dentro.

– doce: se o doce for em creme ou em calda, este é aberto e perfurado em vários locais para averiguar se não há nada escondido dentro, caso o doce seja em barra apenas a embalagem é averiguada para se certificar de que está lacrada.

– refrigerante ou suco: estes são abertos e cheirados pelas agentes, para verificar se contém algum tipo de álcool, caso o suco esteja congelado não é permitido à entrada deste, este é separado e somente após algumas horas depois de ter descongelado é que a visitante o pega. Observou-se também que só é permitido à entrada de sucos e refrigerantes claros, coca-cola, por exemplo, não entra.

– bolo: da mesma forma dos outros alimentos, também é perfurado em várias partes e dependendo da agente, este é cortado em fatias.

– pão de cachorro quente: como a embalagem deste é transparente, observa-se se a mesma encontra-se lacrada e se não tem nada entre um pão e outro.

– café solúvel, açúcar e o pacote de leite apenas as embalagens são minuciosamente averiguadas.

– fósforo: como é permitido apenas três caixas de fósforos, estas são abertas uma a uma para averiguação.

– carteiras de cigarro e fumo in-natura: são verificados em ambos se as embalagens encontram-se lacradas.

– queijo e presunto: normalmente são levados em fatia em uma vasilha de plástico com tampa, esta é aberta e com uma faca as fatias são levantadas para averiguar se não existe algo entre uma fatia e outra.

Quanto ao material de limpeza e higiene pessoal o procedimento é o mesmo dispensado aos alimentos:

– sabão em pó: a embalagem deste é apalpada em várias partes para se certificar de que não há nada escondido dentro da embalagem.

– sabão em barra e sabonete: ambos são perfurados várias vezes em lugares diferentes para averiguação.

– detergente e xampu: apesar de a embalagem ser transparente, o rótulo é retirado e o mesmo é aberto e cheirado para ter a certeza que outro tipo de líquido não foi colocado na embalagem.

– desodorante em creme: abre-se o desodorante e perfura-se em vários locais distintos para ter a certeza que não há nada dentro deste.

– creme dental: é o mesmo procedimento, abre-se e cheira-se, após fechá-lo ele é ligeiramente apertado em várias partes diferentes.

Quanto às roupas como: bermudas, calças, camisas, cuecas e toalhas, todas elas são desdobradas e observadas, caso haja bolso todos eles são averiguados minuciosamente, não é permitida a entrada de roupas de cor preta. Nada passa despercebido, tudo é averiguado minuciosamente para evitar que objetos proibidos possam adentrar a Instituição.

2.7 A revista íntima feminina

Em um dos domingos que estive no presídio uma das agentes convidou-me para observar a revista feminina, não consegui ficar mais de dez minutos na sala tamanho foi o meu desconforto e constrangimento diante do que presenciei, porém, esses dez minutos em que passei na sala pareceram-me uma eternidade e foi o tempo suficiente para observar tantas coisas e indignar-me com outras.

Se é que tamanho constrangimento podemos chamar de ritual de visita íntima, este funciona da seguinte forma: após o recebimento da senha ao entregar as sacolas com os pertences para a averiguação, a visitante dirige-se a uma fila para passar pela revista íntima enquanto os seus pertences são averiguados. Em uma sala de mais ou menos de quinze metros quadrados estão dispostas em cinco mesas cinco agentes femininas que tem a incumbência de revistar minuciosamente as mulheres e as crianças, estas sendo tanto do sexo feminino como do sexo masculino.

O fluxo de entrada para a revista íntima é controlado por uma agente feminina, são revistadas concomitantemente cinco mulheres, já que na sala estão dispostas lado a lado cinco agentes femininas. As mulheres que tem filhos entram com as suas respectivas crianças independentemente do sexo. A revista acontece da seguinte forma; a) o primeiro passo é tirar toda a roupa da cintura para cima e entregar a agente para que a mesma possa averiguar, b) a visitante vira de costas para a revista, c) a agente devolve a sua roupa da parte superior a qual ela veste, d) em seguida tirar toda a roupa da parte inferior, ou seja, da cintura para baixo, mais uma vez a roupa é averiguada pela agente, e) a agente pede que a visitante se abaixe por três vezes assoprando o punho, entre as suas pernas no chão está disposto um espelho o qual deve ser observado pela agente no momento em que a visitante se abaixa e durante uma das abaixadas sobre o espelho a agente deve passar um detector de metais próximo a vagina da mesma para averiguar se esta não está escondendo nada em seu interior, como, algum tipo de droga ou até mesmo algum tipo de aparelho celular. Após esse ritual, a visitante se veste e enquanto isso seus cabelos são averiguados, caso estejam presos a agente pede para que sejam soltos e verifica se não há nada de diferente preso ou escondido neles.

Após o término da revista da mulher é a vez das crianças que as acompanham. Os bebês de colo são apalpadados na parte superior, quando estas não levantam totalmente a sua blusa, as fraldas são removidas sem nenhuma cerimônia. As crianças das mais variadas idades também são revistadas, rapidamente as agentes levantam as suas blusas e baixam as calças dos meninos e das meninas que segundo comentários de algumas agentes é um fato extremamente desconfortável para elas, principalmente pelo fato de serem crianças. Não há na Instituição nenhum tipo de regra ou aviso para se ter o discernimento correto em relação à idade de quem pode ou não ser considerado criança. Assim, elas explicam que há casos em que “crianças” de doze anos, no caso das meninas que têm o corpo de adolescente torna-se difícil de definir se estas devem ser revistadas como crianças ou como adultas. Já em relação aos meninos, elas acham que os mesmos não sendo mais bebês deveriam ser encaminhados

diretamente para a sala de revista íntima masculina, pois apesar de serem crianças acabam presenciando cenas completamente desagradáveis.

Pude observar que as crianças que acompanham a mãe independente da idade, além de assistirem a cena de várias revistas ao mesmo tempo, são apalpadas sem a menor cerimônia por parte das agentes.

Essa situação ficou clara quando presenciei a revista em um garotinho que aparentava quatro anos de idade. Este acompanhava a sua mãe na revista íntima, ele não só presenciou a revista em sua mãe como também a de mais quatro mulheres que ali se encontravam, para em seguida ser apalpado aleatoriamente.

As crianças de uma forma geral dependendo da idade ainda não têm discernimento do que é certo ou errado, e muitas delas não têm ainda a noção de que o pai está preso ou ainda de que ela se encontra dentro de um presídio. Ao perguntar para um dos entrevistados se o seu filho de três anos entendia onde ele estava quando o vinha visitar, o mesmo respondeu-me:

Meu filho que é a coisa mais linda, ele olha pra mim e diz: papai até quando você vai ficar aqui trabalhando? Por que você não vai embora com a gente? Então eu digo pra ele... O papai tem que ficar aqui mais algum tempo, logo,logo eu vou pra casa ta! (Coração).

Portanto, é perceptível diante dessa situação que o Estatuto da Criança e do Adolescente criado sob a LEI Nº 8.069, de 13 de julho de 1990 dispostivo em seus Arts: ¹15; ²17;³18 não é aplicado efetivamente nas Instituições Públicas do Estado Nacional.

¹ “Art. 15. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis”.

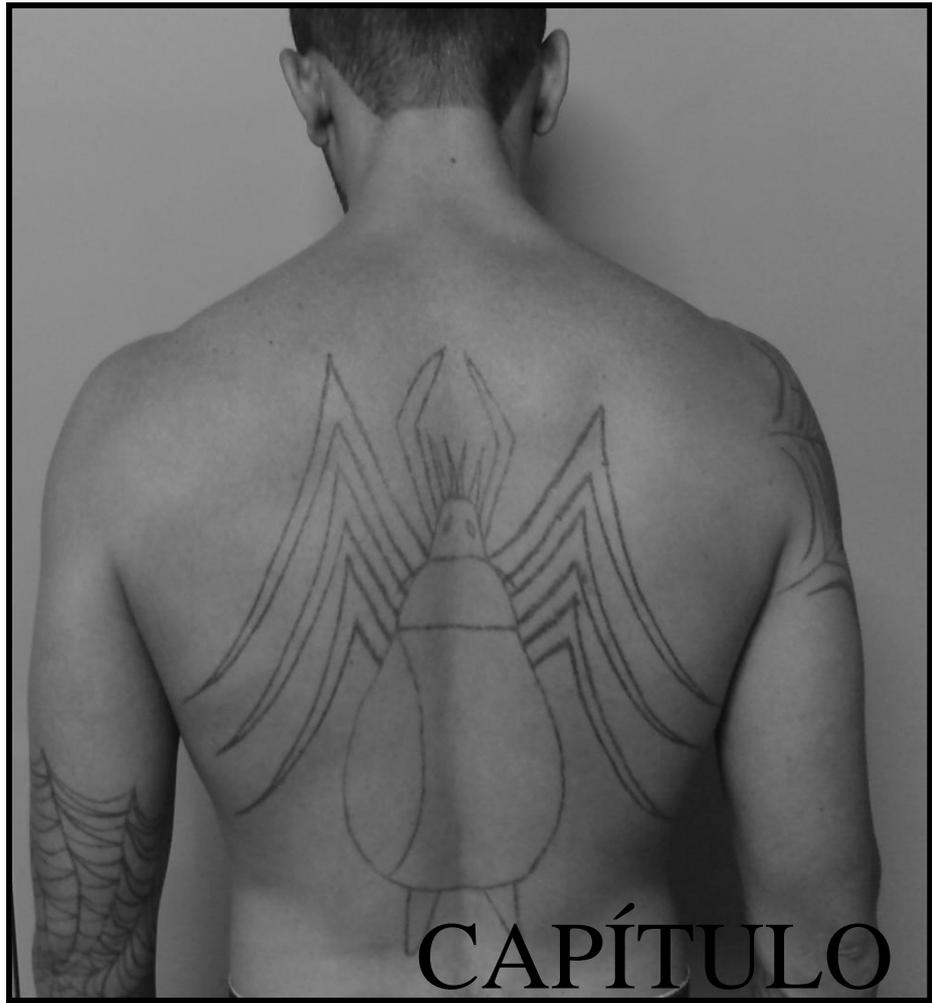
² “Art. 17. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais”.

³ “Art. 18. É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor”.

2.8 A revista íntima masculina

No decorrer das minhas visitas de observação aos domingos na referida Instituição, pude observar que o número de visitantes do sexo masculino é ínfimo. Esse número não passa de dez e o mais intrigante foi perceber que a frequência não é assídua como a das mulheres, sendo a presença de adolescente praticamente inexistente se não fosse o caso de um ou dois a cada domingo, isto é, quando vão, normalmente os homens que vão visitar algum apenado aparentam ter a idade entre quarenta a sessenta anos de idade, pela observação subtede-se que devam ser pais, tios, irmãos ou algum parente próximo.

A revista masculina é feita em uma sala específica, esta é realizada pelos agentes masculinos, porém, a revista masculina tem uma particularidade muito peculiar. Ao adentrarem no presídio após a identificação e a conferência do nome do visitante na lista que se encontra em poder do agente, o mesmo dirige-se a outra mesa para receber um carimbo no braço (nome e endereço da Instituição constam no carimbo), o qual é conferido na saída do mesmo, essa é uma medida de prevenção para que nenhum detento se passe por visitante na hora da saída. Em seguida dirigem-se para a sala de revista íntima, onde o processo é muito parecido com o processo da revista íntima feminina. Os jovens/adolescentes que são poucos também passam por esse mesmo processo da revista.



CAPÍTULO 3

PODER, TATUAGEM E IDENTIDADE

3.1 As relações de poder no cárcere

O exercício do poder institucional e do poder paralelo criado pela comunidade de “cativos” permeia as inter-relações sociais no intramuros. Este resulta numa prática de relações conflituosas, colocando em xeque nas mais variadas formas a disputa pelo poder dentro do cárcere, prevalecendo à liderança do mais forte.

Partindo do pressuposto que o poder não é um atributo exclusivo do Estado, e sim, um exercício constante que se realiza de várias maneiras e em locais distintos estando ao mesmo tempo em toda parte e em lugar nenhum, o poder emana das e nas relações sociais, por isso não se detém o poder, se exerce o poder enquanto tal de acordo com o lugar do ator nas inter-relações sociais (FOUCAULT,1997).

Quando o indivíduo adentra ao intramuros, a partir do momento em que ele cruza o portão de entrada da sociedade dos cativos há uma ruptura brusca da sua identidade individual e social, a partir de então, este desenvolverá novas formas de comportamento e novas redes de sociabilidades independentemente da sua vontade, construindo sua identidade individual e social a partir das regras estabelecidas no intramuros, sendo estas regras a imbricação das regras institucionais com as regras estabelecidas pela própria comunidade dos cativos que já estavam postas e estabelecidas muito antes da sua chegada nesse “mundo novo”.

Segundo GOFFMAN (2005), “a barreira que as instituições totais colocam entre o internado e o mundo externo assinala a primeira mutilação do “eu”. Portanto, essa nova identidade será construída no limiar tênue entre a ruptura brusca da identidade do “eu” do mundo em sociedade o qual ele vivia e a nova identidade que passa a ser construída a partir da entrada no cárcere onde a mutilação do “eu” acontece a todo instante e em todos os aspectos da vida social.

Para esse indivíduo, o conflito entre o mundo externo e o mundo interno o qual agora ele pertence mesmo contra a sua vontade o levará a uma crise de identidade sem precedentes, esta muitas vezes caracterizada com sentimento de revolta, violência, amargura, angústia e solidão. É o que podemos constatar no depoimento de um dos apenados:

Quando eu fui sentenciado, eu cheguei na cadeia, eu tinha duas tatuagens. Logo quando recebi a sentença, cadeia muito grande, fiquei revoltado, é algo que eu coloquei no pensamento. As tatuagens que eu fiz aqui no presídio foi essa daqui, da teia de aranha, essas aqui da coxa - as três cabeça do demônio, os dragão, tribal, essa cruz com quatro cabeça, o chuck eu sou fã desse boneco assassino chuck... me

entregando ao crime. Essa tatuagem da teia de aranha tem um significado, quando eu olho pra ela, lembro do policial que me prendeu e me bateu muito, então, eu fiz essa tatuagem da teia de aranha pra lembrar dele, aqui, quem cai na minha teia eu pego (Teia).

Neste sentido, Goffman refere-se à prisão como uma instituição de controle comportamental do indivíduo independentemente da sua vontade.

No sistema prisional o indivíduo é considerado singular em seu modo de ser, agir e pensar, mas, ao mesmo tempo ele compartilha comportamentos, pensamentos e sentimentos em comum dentro da sociedade da qual está inserido. Todos os aspectos da vida são realizados num mesmo local, sob uma única autoridade, todos recebem o mesmo tipo de tratamento e são obrigados a fazer as mesmas coisas em companhia de muitos outros com regras e horários rigorosamente estabelecidos independentemente da sua vontade. Toda atividade é imposta de cima, por um sistema de regras explícitas vigiadas por um grupo de funcionários (GOFFMAN, 2005).

Dessa forma, a construção da identidade social torna-se conflitante para o indivíduo, uma vez que, cada indivíduo interage de acordo com a sua singularidade e é visto e tratado sem distinção individual, o tratamento dispensado é comum a todos, sem diferenciação alguma, aos olhos da instituição são considerados apenas um único corpo social.

3.1.1 Direção e corpo de agentes

Dentro desse contexto particular, o exercício do poder perpassa por todas as inter-relações sociais dentro da referida instituição. A relação entre a direção e o corpo de agentes, é uma relação hierarquizada verticalmente, onde as regras institucionais impostas de cima para baixo devem ser cumpridas, porém, estas regras são violadas pelos agentes, hora para um bom relacionamento com a comunidade de cativos, hora por insatisfação com a própria função, remuneração, falta de segurança no exercício da função ou ainda por uma demonstração velada de poder sobre os apenados, para que estes sempre tenham a certeza de quem é que manda. Por vezes a direção faz vistas grossas ao descumprimento de determinadas ordens.

Ao conversar com o agente “Bigode” o mesmo esclarece como a relação entre os próprios agentes são conflituosas devido às insatisfações pessoais de cada um deles com a própria função e a instituição.

Sobre o papel exercido pelos agentes penitenciários, Coelho (2005, p.97-98), ressalta que “os agentes devem ter a consciência que o seu trabalho é essencialmente preventivo”. Cabe a eles manter a disciplina para que não ocorra violação às regras para que a disciplina seja mantida no dia-a-dia da prisão. Porém, o saber lidar com a massa carcerária exige um conhecimento que só a prática no decorrer da sua função irá fornecer. Esta requer um contato prolongado com os internos, conhecimento das regras institucionais e das regras criadas pela comunidade de cativos. É primordial manter a prisão e a massa carcerária calma, caso contrário a “cadeia vira”, ou seja, começam as rebeliões ou as tentativas de fuga.

3.1.2 Agentes e apenados:

Uma relação delicada e muitas vezes conflituosa. Por um lado os agentes sabem que devem dispensar um tratamento adequado aos apenados devido à inferioridade do número de agentes em relação ao número de apenados por pavilhão. Eles sabem que ao adentrarem em um pavilhão com mais de 200 apenados se estes quiserem tomam-nos como refém, pois, devido à insuficiência de agentes no quadro efetivo estes geralmente adentram aos pavilhões em um número muito inferior ao número de apenados. Este caso também se repete durante o banho de sol, são cerca de 20 agentes vigiando o banho de sol de mais de 200 apenados, uma vez que sai um pavilhão de cada vez. Por outro lado, apesar da inferioridade em números, os agentes na maioria das vezes devem manter pulsos firmes e não ceder a chantagens ou conceder favores aos apenados, pois, principalmente conceder favores pode trazer complicações futuras, comprometimento ou ainda conivência com os mesmos.

Durante a pesquisa pude observar principalmente em conversas informais que a mão que pune é a mesma que transgride as regras e a corrompe. “Alguns agentes para entregar ao apenado os alimentos que alguém da família leva durante a semana (direito garantido por Lei ao preso) querem receber alguma coisa em troca, até mesmo um pacote de biscoito”. Ou ainda, o mesmo agente que facilita a entrada de um aparelho celular o confisca durante as revistas nas celas. Ao perguntar para o agente “Cabelo de Anjo” como era a sua relação com os apenados o mesmo me disse:

Bom, eu procuro ter um bom relacionamento com eles, na medida do possível não utilizo força física. Outro dia quando fui revistar as celas, encontrei um aparelho celular, então pedi para que o preso me desse o “chip”, o mesmo disse que não tinha. Aí pedi de novo, e ele negou de novo. Então eu disse: ou você me entrega ou eu mando você para o “isolado” por trinta dias. O preso continuou negando. Então eu disse: rapaz não brinca com fogo, fui eu quem lhe arrumou esse chip. Então depois disso o cara me entregou, resolvi a situação “na boa”, “na moral” (Cabelo de Anjo).

Percebi em sua fala que este se gabava por ter um bom relacionamento com os apenas, e não precisava exercer força física, devido “a moral” que tinha com os apenados. Este entrevistado estava tão preocupado em causar boa impressão no quesito “bom relacionamento com os apenados” que não percebeu que ele mesmo se delatou no que diz respeito à transgressão das regras institucional.

Para os apenados os agentes são vistos com maus olhos, em primeiro lugar por simbolizar a instituição, ou seja, tudo que oprime o preso e em segundo lugar por alguns serem corruptos ao ponto de se venderem por uma carteira de cigarros ou um pacote de biscoito. Estes ainda são taxados de analfabetos devido à baixa escolaridade e a procedência de bairros periféricos da cidade. Muitos dos agentes, principalmente os mais antigos provêm dos mesmos bairros que a maioria dos apenados, ou seja, estes foram vizinhos outrora.

De acordo com Coelho (2005, p.113), “essas questões nos mostra o quanto apenados e agentes encontram-se aprisionados por concepções mútuas irreconciliáveis”, ou seja, as características contextuais da prisão são ambíguas em sua essência.

A relação entre os agentes e os apenados é extremamente delicada, cada lado traça um perfil ou estereótipos a respeito do outro. Dessa forma, os apenados ajustam seus comportamentos de acordo com o “plantão de agentes do dia”, eles sabem quais são os agentes suscetíveis a “negociação de seus interesses” ou aqueles que são passíveis de se corromper. Quanto ao poder do agente, este independe do conceito ou do estereótipo emitido pela comunidade de apenados. Enquanto os agentes insistem na superioridade moral e de força em relação aos cativos, estes por sua vez igualam a maioria dos agentes a si mesmo (COELHO, 2005).

3.1.3 As regras de convívio e a relação de poder entre os apenados:

Estas são criadas pela própria comunidade de internos. As regras de convívio social que já estão postas mesmo antes da entrada no intramuros, são estabelecidas para manter a ordem e um comportamento condizente com a realidade do cárcere. Assim, cria-se e mantêm-se uma relação de poder entre os mesmos, geralmente utilizando-se da força física para manter a ordem segundo a disciplina desejada entre os mesmos. Quem ousa desobedecer, dependendo da gravidade, poderá pagar com a própria vida. Porém, as mesmas não são ensinadas, aprende-se no dia-a-dia, e às vezes a duras penas. Ao perguntar a um dos entrevistados, como aprender as regras de convívio quando se entra no sistema pela primeira vez o mesmo respondeu:

No dia a dia, você, por exemplo, se você é uma pessoa sagaz, que nunca entrou no sistema, ou se você é uma pessoa esperta, o dia a dia é quem vai dizer quem é quem nesse sistema e quem não é. O dia a dia vai dizer com quem você deve estar. Se for uma pessoa sujeira você não pode tá junto dela, se for uma pessoa bacana do sistema você pode tá perto dela. Se a cadeia virar numa rebelião você vai junto. Na cadeia você é você mesmo, num pode ser carne nem peixe tem que ser você. O dia a dia vai dizer quem você é no sistema. Não importa se o camarada diz: Fulano é aquilo. Mas, quem ta dentro do seu dia a dia, rapaz vai que num é isso não. Agora isso leva tempo, porque são mais de mil pra olhar pra você e você pra olhar mil, daqueles mil ali tem uns que é cara conceituado, que vai ta te observando entendeu? Vai depender também muito do artigo né. O artigo 157⁴, 121⁵ é considerado, o artigo 213⁶ é sujeira, é embaçado (Teia).

Dentre as regras de convívio social, citarei dois exemplos clássicos: 1- na comunidade dos cativos é inadmissível o furto ou o roubo entre eles, dependendo da reincidência e do objeto roubado o autor do delito poderá pagar com a própria vida; 2- para os apenados a visita dos seus familiares é algo sagrado, a visita deve ser respeitada por todos. Algumas das regras impostas são: a) quando a visita de alguém passar os demais deve baixar a cabeça ou virar de costas enquanto esta adentra ao pavilhão ou a cela; b) se o companheiro de cela não tiver visita não deve permanecer dentro desta e só poderá entrar se o apenado que tiver visita

⁴ De acordo com o Código Penal Brasileiro o art.157 corresponde ao delito de “Roubo”, (Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça de violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio reduzido à impossibilidade de resistência).

⁵ De acordo com o Código Penal Brasileiro o art.121 corresponde ao delito de “Homicídio”, (Matar alguém).

⁶ De acordo com o Código Penal Brasileiro o art.213 corresponde ao delito de “Estupro”, (Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso).

autorizar; c) não se deve observar ou olhar a visita de ninguém. Caso alguma dessas regras seja desobedecida, ao término da visita “as contas” serão acertadas, e a punição varia de acordo com a infração cometida.

As regras de convívio estabelecidas dentro do cárcere pela comunidade de apenados permeia todas as instâncias de convivência no dia-a-dia. Para eles é o cumprimento das regras de conduta ética, moral e social que possibilitará uma boa convivência social no intramuros. Levando em consideração os motivos pelos quais os mesmos adentraram para o sistema, estas regras são ambivalentes, pois, os mesmos não conseguiram cumpri-las em sociedade.

Em parte é essa ambivalência que torna a relação social entre os mesmos tensa e conflituosa, esta se encontra sempre por um fio e a qualquer momento pode haver algum tipo de confusão, pois, os nervos vivem a flor da pele segundo (Treva).

Muito difícil, é neurose constantemente, é nego aperreado constantemente, tá encabulado com um negócio, uma coisa que esteja acontecendo lá fora do sistema. Ai num pode resolver aquele baguio, só em você tá olhando pra ele e tá te fazendo pergunta, isso já encabula, já incomoda você, aí o cara não aguenta e arruma confusão, acaba em “chapa”. Tudo acaba em chapa ou em peia (Treva).

Diante das dificuldades existentes fruto das inter-relações sociais e das regras “éticas e morais” da comunidade de detentos um dos entrevistados desabafa:

Esse mundo aqui é um mundo cheio de traição, cada um tem o pensamento diferente, aqui é um inferno, eu to tentando sobreviver a esse inferno, tem hora que eu me canso, tem hora que eu peço força a Deus pra me levantar da cama pra encarar mais um dia nesse buraco aqui. É muita humilhação, muita coisa ruim... Só Deus!!! (Teia).

De uma forma geral nos sistemas penitenciários em cada cela ou pavilhão existe um tipo de “chefe”, geralmente o morador mais velho da cela, o mais velho em cumprimento de pena ou o mais respeitado de acordo com o seu comportamento ou delito cometido. Entretanto, apesar do “chefe” de cela ser o elo de ligação entre os apenados e a administração, ele apenas interfere nos assuntos que diz respeito à conduta moral e comportamental referente

ao código da sociedade dos cativos como brigas, inimizades, assaltos, etc. Ele não interfere em assuntos que compete à administração (COELHO, 2005).

Em especial, nessa Instituição pesquisada esse tipo de liderança não se exerce, pois os apenados mais velhos não querem se envolver em confusão quer apenas cumprir o restante da pena e ganhar a tão sonhada liberdade, ou como o entrevistado “Teia” menciona de acordo com as regras morais estabelecidas entre eles.

Vamos supor, eu moro no Pavilhão há 8 anos, já tenho 12 – 13 anos de cadeia, aí vai saindo e vai chegando mais caras nova. Esses novatos que vem chegando, chegando na cadeia quer bagunçar, querem agitar a cadeia, então, se no meu tempo não existia isso, por quê que eu vou aceitar no tempo de agora? Não, é assim não, não quero bagunça aqui não, pra tá trazendo guarda aqui pra dentro. Procurar respeitar o companheiro vê o lado do companheiro, só que não existe isso não, não existe união, num existe respeito ao companheiro, não existe, fraternidade aqui não. O bandido, o cara que é bandido mesmo, ele não tá a fim de arrumar confusão, ele não vai se passar pra isso, o bandido mesmo de cadeia, o cara que é ladrão mesmo, assaltante de banco, ele quer tirar a cadeia dele e ir pra rua. Por que o cara homem, o cara homem se passa pra isso não. Ele não faz covardia como acontece aqui dentro. Então, o cara que já tá aqui há um tempão não vai se envolver, se não nunca mais sai daqui (Teia).

Diante do exposto, percebemos então, que a “liderança” exercida dentro dos pavilhões fica por conta daqueles que querem tirar algum tipo de vantagem sobre os demais, e estes tem o cuidado para não mexer com os mais velhos, por isso se aproveitam dos recém-chegados e daqueles que não tem força física suficiente para enfrentá-los.

3.2 A economia informal do cárcere

Utilizando-me do termo de Coelho (2005), também há uma disputa para liderar a “economia delinqüente” e o tráfico de drogas dentro da prisão. Ao perguntar sobre a liderança da “economia delinqüente” responderam-me:

A moeda daqui é cigarro, tudo aqui se paga com cigarro Derby. Com ele troca alimentos, produtos de higiene pessoal, produtos de limpeza e às vezes também é utilizado para o jogo de baralho. Então, aquele que recebe visita toda semana, tem como se abastecer de cigarros. Ele fica de olho naquele que fuma e que não tem visita ou que a visita só vem uma vez por mês e aquele que tem fissura de jogar e não tem com que apostar. Então, o cara vai dando cigarros e anotando a dívida do

cara, uma hora ele vai cobrar, aí o bicho pega! Essa é uma das formas de manter o cara sob controle, ele vai fazer tudo o que o outro quer se não vai pra “peia” (Treva).

Dentro dessa realidade, existem ainda àqueles que exercem a força física sob os mais fracos ou sob os novatos dentro do sistema. Estes impõem a sua vontade e os demais obedecem para não sofrerem represálias ou algum tipo de violência física ou até mesmo algum tipo de violência sexual. Aos olhos dos apenados mais antigos, que querem “tirar a cadeia que falta sossegado” estes não merecem “consideração”, são vistos como “os maloqueiros da prisão”. Além de resolverem as coisas no grito ou na força física, nunca agem sozinhos, não dando chance de defesa para a vítima. Um exemplo clássico desse tipo de situação “é pagar pedágio” como explica “Teia”.

As famílias podem trazer o que quiser pra vocês, digamos assim, de alimento a roupa, assim, algumas outras coisas que você não têm no dia a dia. Isso desperta cobiça. Se for um cara mais fraco que num é de atitude, fica sempre pagando pedágio ta entendendo? Pagar pedágio é: chega suas coisas aqui, aí chega dois três e diz: aí me dá um sabão aí, me dá uma bolacha aí, me dá isso aqui, e essa camisa, dá pra mim... E às vezes o camarada é fraquinho, tem medo, se intimida com aquilo e dá. Termina ficando sem nada. Se ele num der faz uma covardia com ele, vai pra porrada. Existe o assaltante de cadeia né? Tem aqueles que assalta dentro da cadeia pra se drogar. Outro dia mataram o cara aqui por causa de um tênis, o primo do cara trouxe um tênis novo pra ele, aí como ele não deu pro cara que pediu, matou ele. Isso aí além de covardia é coisa de maloqueiro. Esse tipo de atitude aqui na prisão é coisa de maloqueiro (Teia).

Diante do exposto, fica evidente que essa rede de “negociações” rende algum tipo de lucratividade, principalmente no que diz respeito à liderança dentro das celas ou nos pavilhões. A disputa pela liderança e pelo controle do tráfico de drogas dentro da prisão envolve disputa pelo poder, dinheiro, liderança no pavilhão e contato com o mundo além cárcere. Normalmente resultam em mortes, seja por dívidas contraídas que não são pagas ou pela disputa do controle da distribuição de drogas como explica um dos entrevistados.

No convívio é só covardia, têm companheiro que tá devendo, tem uma dívida de droga essas coisas, aí ele usa até a própria mulher dele pra pagar a dívida. Tem deles que tá devendo e não tem como pagar, aí chega pro cara e diz: tu quer morrer de faca ou quer morrer com as próprias mãos? Aí o cara fica indeciso, de todo jeito vai ter que morrer. Fica tudo ali eufórico, tudo armado com faca na mão, chega pro cara e diz: você vai ter que decidir se não a gente decide por você (Teia).

3.2.1 A economia informal do tóxico no cárcere

A economia “delinqüente da droga” cria uma rede de interdependência entre os fornecedores, distribuidores e consumidores. Os vendedores são àqueles que aos olhos de seus pares tem algum tipo de “conceito” e nunca agem sozinhos, estes arregimenta uma “equipe de robôs” para trabalharem para eles. Já os consumidores pagam a droga que consomem de várias formas: com mercadorias, dinheiro, favores sexuais e até mesmo com a própria vida. Portanto, uma coisa é certa, a dívida de droga não é perdoada dentro do sistema. Essa rede de sociabilidade do tráfico dentro do cárcere se apresenta da seguinte forma:

Se você tem você pode. Se você tem certo conceito lá fora aqui dentro num precisa de muito dinheiro não... precisa de pouco. Ter conceito lá fora, é você dá uma ordem e sua ordem ser cumprida, é você mandar alguém lá fora ir resolver um problema pra você. Você aqui tá privado de fazer isso, e aquela pessoa lá fora vai, então, isso é um conceito. Você manda eu ir buscar uma droga em tal canto, eu vou e trago. Aqui dentro se torna pior do que lá fora, porque aqui você vai trabalhar com droga... você maneja as pessoas. Assim, se você tem esse note book, e tem eu como se fosse um note book humano, você consegue me controlar. Então, se você consegue me controlar... através de mim você vai controlar muito mais pessoas do que eu... Você vai pegar essas caneta, é uma droga... vamos supor que seja, vou cortar, vou enrolar e vou vender. Em cima dessa venda eu posso destruir minha vida, posso destruir a sua vida e posso destruir a vida de outras pessoas, porque você vai me comprar, por conta da lei você num vai ter como chegar junto de mim, então, você vai vir com conversa esfarrapada, você vai vir com caô e eu não vo comer caô. Não, então se você não vai pagar da mesma forma que você controla o computador você me controla, eu controlo outras pessoas e fico só rindo... Só vendo acontecer. É uma rede, uns fornece, uns distribui e outros consomem. Quem consome presta conta com quem distribui... e quem distribui com quem fornece. Se alguém não pagar, vai ficar embaçado. Agora, é mais fácil perdoar o que distribuiu, porque quem farrapou foi o que consumiu. Aí fica embaçado o cara vai ter que pagar de qualquer jeito (Treva).

É evidente que toda essa economia delinqüente não passa despercebida pelo corpo de agente nem pela instituição, principalmente por ela ser responsável pelos conflitos violentos existentes dentro da comunidade de detentos. Coelho (2005), discorre sobre essa questão observando que tanto a administração como os guardas têm a ciência da existência dessa economia informal, porém, não é conveniente para a ordem interna a desarticulação dessa economia. Isso traria represálias e reações violentas dificultando ainda mais as inter-relações sociais do dia-a-dia na prisão. O consumo de tóxico mantém a massa carcerária mais tranqüila e por outro lado o poder público se sente desobrigado em cumprir o seu papel de acordo com a lei.

3.3 A tatuagem como signos de representação na construção da identidade individual e social no intramuros

Ao adentrar numa instituição total, durante o processo de aniquilação do “*eu*” em sociedade e a construção do “*eu*” no intramuros, o indivíduo vive um conflito interior em relação a sua identidade. Quem ele “era” não pode ser mais, assim, este “*eu*” social ficará em sua memória, pois, não condiz com a sociedade da qual esse indivíduo passou a fazer parte. Durante esse processo, haverá uma forte resistência de sua parte às regras impostas pela instituição. Como estas não são aceitas por ele, os seus sentimentos de revolta, vingança e amargura tomam conta de suas emoções permeando a construção da sua identidade individual e social no cárcere.

A noção de sujeito e de identidade no pensamento moderno tem passado por mudanças significativas. O sujeito moderno surge como uma figura “centrada”, e no período denominado de modernidade tardia esse sujeito se encontra como uma figura “descentralizada” reunindo dois significados distintos: é indivisível e singular (Hall, 2006).

No atual mundo moderno, houve uma profunda flexibilização na construção da identidade pessoal e social e nas relações sociais como um todo. As mudanças comportamentais acontecem a cada segundo. O indivíduo não tem apenas uma identidade e sim se familiariza e se identifica com várias identidades sociais. A identidade não é mais estável e unificada, ela é passível de mudanças ou até mesmo provisória. Esta flexibilidade do sujeito tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmo constitui uma “crise de identidade”, esta se encontra cada vez mais fragmentadas na atual modernidade (BAUMAN, 2004).

Portanto, o indivíduo carrega consigo duas identidades: a identidade pessoal e a identidade social, esta última sendo passível de manipulação, já que o indivíduo tem a liberdade de escolha e de se ultrajar de acordo com a conveniência social que ele espera ter. Diretamente ou indiretamente os indivíduos estão interligados entre si numa rede de dependência e interdependência social, suas ações individuais na rede de sociabilidade acabam alterando as relações dentro da sociedade independentemente da sua vontade (HALL, 2006).

Diante desse quadro, a inter-relação social requer uma dinâmica que gira em torno da legitimação da identidade, o indivíduo ao mesmo tempo em que mantém as suas características peculiares culturais ele absorve alguns valores que são inerentes a sociedade da qual ele faz parte, mantendo uma linha tênue entre a identidade pessoal e a identidade social,

sendo a segunda possível somente a partir do auto-reconhecimento, o que implica em reconhecimento pelo outro (HALL, 2006).

De acordo com Goffman (1975, p. 29-31), o indivíduo tem a possibilidade de revestir-se de acordo com a representação que queira fazer diante daqueles que o observam. A representação da identidade social pode ser empregada intencionalmente ou inconscientemente pelo indivíduo. Porém, ele tenta conciliar a aparência com a maneira de agir, a primeira é definida de acordo com o ambiente social em que ele se encontra; a segunda está relacionada com a expressão do rosto e o tom da fala que são utilizados pelo indivíduo, esta podendo ter um tom de arrogância, humildade ou agressividade, é o comportamento do indivíduo em si. Frequentemente, o indivíduo procura conciliar a aparência com a maneira de agir para a obtenção do resultado socialmente esperado.

Evidentemente é esse conflito pessoal em relação ao “eu” e ao “outro” que o leva a manipulação da sua identidade. A identidade social também é fruto das relações sociais marcada pela diferença e a diferença é marcada pela exclusão. Ao mesmo tempo em que é visto e valorizado de acordo com o olhar do outro, as condições de privação social ou de preconceito a qual o indivíduo se encontra o conduz a mudar a sua identidade sempre que houver oportunidade para isso, principalmente quando essa mudança resultar num ganho social ou em aceitação social. O reconhecimento de si pelos outros começa com o auto-reconhecimento, demandar respeito às suas formas de ser, agir, pensar, da sua identidade e da sua cultura (GOFFMAN, 1975).

A complexidade das relações sociais estabelece tensões e conflitos inevitáveis. Estes são os reflexos das inter-relações pessoais e sociais entre os indivíduos, resultante do ambiente que as pessoas formam umas para as outras nas relações de interdependência social.

Considerando o intramuros como uma sociedade específica a ser analisada, a inter-relação social entre os próprios apenados e destes com a instituição propicia a construção de uma história que segue um curso não pretendido ou planejado por qualquer dos indivíduos que compõem essa rede de sociabilidades (ELIAS, 2004).

É nesse contexto que a tatuagem carcerária se insere. Esta também é uma prática resultante da construção de uma identidade individual e social que perpassa pelas redes de poder e de relação entre seus pares e o corpo institucional. Esta se apresenta como uma imbricação dessas relações, onde o indivíduo inscreve em sua pele a partir da sua subjetividade, exteriorizando o conflito entre o *eu individual* e o *eu social* dentro dessa sociedade específica.

A marcação do corpo também é uma forma de reivindicação do controle sobre o mesmo e sobre si; a tatuagem é a marca mais utilizada. O indivíduo encontra um meio para expressar que tanto a sociedade como o Estado pode privá-lo de tudo, mas que, sob o seu corpo quem ainda tem a autoridade e o controle é ele mesmo, ou seja, somente ele tem posse de si. O corpo se torna a única propriedade do sujeito e seu bem mais precioso, estreitamente vinculado à própria noção de individualidade, ou à noção do “eu” (OSÓRIO, 2006).

A construção da identidade é tanto pessoal como social, fruto das inter-relações sociais. A cultura do intramuros molda a identidade ao dar sentido à experiência e ao tornar possível optar entre várias identidades possíveis, por um modo específico de subjetividade, como sugere LEBRETON:

“... o corpo é o vetor semântico pelo qual a evidência da relação com o mundo é construída: atividades perceptivas, mas também de expressão de sentimentos, cerimoniais dos ritos de interação, conjunto de gestos e mímicas, produção de aparências, jogos sutis de sedução, técnicas do corpo, exercícios físicos, relação com a dor, com o sofrimento, etc.” (LEBRETON, 2007, p. 7).

Segundo Osório (2006), “a marca elaborada sobre ele é uma forma de assinalar a posse deste bem, o que significa assinalar a posse de si frente a uma instituição ou situação em que a individualidade é posta em xeque por mecanismos de controle, isolamento, força e poder”. Essa noção do “eu” e a autoridade sob o próprio corpo foi a única coisa verdadeira que restou ao recluso, tanto é fundamental, que a violação do corpo pela prática do estupro é entendida como submissão na sociedade dos cativos, ou seja, é a violação do bem mais precioso que o outro possui.

Partindo desse pressuposto, tatuar-se é uma das formas de resistência a essa sensação de imobilidade, submissão, privação e castração da sua liberdade e incomunicabilidade com o mundo exterior. Esse sentimento de incapacidade, de lutar contra o mais forte “o sistema penitenciário” leva o indivíduo a uma crise de identidade sem precedentes. Na sociedade dos cativos as regras específicas e estabelecidas são diferenciadas das regras do seu antigo convívio em sociedade. Regras as quais, os que ousam desobedecer é comum pagar com a própria vida, uma relação de poder imposta pela força física submetendo os companheiros de cela a situações humilhantes e de expropriação do seu “eu”. O indivíduo anula a sua

identidade pessoal e no processo de socialização dentro dessa sociedade ele se reveste de uma nova identidade que na maioria das vezes vai de encontro com o seu “eu”, a sua essência ou a sua personalidade.

No referido campo de pesquisa, pude constatar que a prática da tatuagem é muito comum, esta se reveste de várias nuances. Não há como dizer quando e como essa prática começou. De acordo com os entrevistados, a prática da tatuagem sempre existiu dentro do sistema. Alguns tatuam apenas para passar o tempo como relata “Taz”:

A maioria dos tatuador de cadeia faz por fazer, por prazer, pra passar o tempo, porque gosta de fazer. Quem gosta de tatuagem quer fazer de todo jeito e não quer saber se o “caba” que tá fazeno sabe ou não tatuar. Tem caba que gosta de ser tatuado, num quer sabe se o caba que ta fazeno num sabe desenhar, num sabe de nada, quer saber que tá tatuando o corpo, ta entendendo? (TAZ).

Enquanto uns tatuam para passar o tempo, outros querem aprender o ofício de tatuar, o qual mais tarde poderá se tornar uma fonte de renda na própria prisão. Segundo relato, o aprendizado acontece a partir do interesse em querer aprender e pela observação.

Bom, quando eu tava no Monte Santo tinha uma cara lá que tatuava, ele era tatuador de rua, aí fui vendo como ele fazia e aprendi. Quando vim pra cá em 2004, tinha um cara aqui que tatuava bem, ele já foi solto e mataram. Nessa época agente tatuava junto, sempre aparece alguém fazendo tatuagem, ou querendo aprender. Então, quem tem facilidade pra desenhar tem facilidade para tatuar. É só fazer o desenho no papel manteiga, passar pra pele e depois contornar todo o desenho com a maquininha. Depois que aprendi, fiz muita tatuagem aqui dentro e então os caras pagava do jeito que dava (Teia).

Dessa forma, muitos acabam se tornando tatuadores dentro da prisão e fazendo desse passa-tempo prazeroso uma fonte de renda para suprir suas necessidades pessoais. Aceitam como forma de pagamento não só dinheiro, mas também produtos alimentícios, produtos de higiene pessoal, ventilador, droga, dentre outras coisas.

3.3.1 O processo de tatuar

A tatuagem carcerária é conhecida pelos seus traços grossos e desenhos mal elaborados. Foi observado que a falta de equipamentos e de tintas adequadas impossibilita a elaboração de uma tatuagem bem feita, assim, eles se viram do jeito que dá, como relata “Taz”.

O preso não tem condições de fazer uma tatuagem bonita. Às vezes eu pego uma revista assim, penso, eu queria uma tatuagem dessa... Só que a gente não tem material adequado pra fazer, então faz do jeito que dá (Taz).

Diante da escassez de material adequado para tatuar improvisa-se tudo, da máquina de tatuar até a tinta que será utilizada para tatuar, como explica “Gibi”.

Quando não tinha máquina era na mão mesmo, pegava uma agulha e tatuava. Aí num tinha tinta, eu fazia uma tocha, pegava a garrafa enchia de água, colocava a tocha embaixo da garrafa, começava a queimar, ficava aquela tinta. Depois colocava limão água pra diluir, pra fazer a tinta, aí era só levar pro bico da agulha e tatuar. Ou então, eu pegava um monte de barbeador, tocava fogo. Pegava uma bacia e jogava tudo em cima. O barbeador dissolve vai queimando, vai todo pro fundo da bacia, quando tiver aquela tinta todinha, você vai com a giletizinha e vai rapando, a tinta vai saindo todinha, tinha vez que eu fazia um saco assim oh, cheinho. Aí, é só misturar com água e usar. Às vezes era usada também aquelas bisnaga de tinta de parede. As tatuagens tudo é feita assim, agora só tem uma coisa, coça demais. (Gibi).

Podemos observar o quanto o material utilizado na prática da tatuagem é precário. Enquanto os profissionais de tatuagem utilizam tinta a base de mineral, os apenados utilizam qualquer coisa que possa se tornar algum tipo de tinta que possibilite marcar a pele, inclusive fazem uso das bisnagas de tintas que são utilizadas para pintar parede.

A técnica aplicada no processo de tatuar é rudimentar. Utilizam-se agulhas comuns (costura) ou máquinas artesanais confeccionadas por eles mesmos, como explica “Gibi”.

Dessa caneta aqui eu faço uma maquina, eu preciso de uma caneta dessa, eu preciso de uma tampa dessa de garrafa ta entendendo? Eu preciso de um motozinho daqueles

de... de rádio, aquele motozinho de fita de rádio, num tem a fita? Dento do deque. Agora tem a parte mais difícil da gente encontrar, que é a fonte, por que ela é usada, a fonte é pequenininha. É agulha comum é aquela de costurar, num tem aquela de costurar? Eu cheguei a fazer tatuagem até com agulha de bola, num tem agulha de bola? Que usa pra fazer bola, eu fiz já com uma daquela, afinei no chão, ai ficou fina e eu fiz. (Gibi)

A partir de um tubo de caneta comum, uma tampa de garrafa peti e qualquer motorzinho que possibilite uma rotação produzindo um movimento de vai-vem com a agulha, constroem-se uma máquina artesanal de tatuar, como mostra a foto abaixo:



Foto: máquina de tatuar artesanal
Fonte: Adriana P. de Sousa



Foto: máquina de tatuar profissional
Fonte: Adriana P. de Sousa



Foto: Biqueiras embaladas esterilizadas
 Fonte: Adriana P. de Sousa 05/10/2007

Ao observarmos, podemos perceber o quanto uma máquina de tatuar artesanal se diferencia de uma máquina de tatuar profissional (elétrica). A diferença entre os mecanismos utilizados para a perfuração na pele é nítida. Enquanto os profissionais utilizam biqueiras e agulhas apropriadas descartáveis, os apenados utilizam agulhas comuns, a qual na maioria das vezes já foi utilizada por outra pessoa. É evidente que a utilização da máquina artesanal e os mecanismos utilizados para tatuar não trarão um resultado satisfatório. A ausência de higiene, assepsia e material descartável é muito comum. Diante da prática empregada, o risco de contaminação é eminente, mesmo para os que dizem tomar as medidas necessárias de higiene e assepsia.

É perigoso por que a gente tem que ter a própria agulha, às vezes tem outra contaminação entre a gente, o preso, o preso que assim não se cuida, ta certo tempo na cadeia. Ai a gente não pode, como eu to dizendo, não pode confiar muito nos outros presos à gente tem que se cuidar, a gente na cadeia tem que se cuidar, não pode se relaxar ta entendendo? Se a gente deixar se relaxar ai, ai vai tudo de água abaixo na nossa vida. Ai a gente tem que fazer uma tatuagem e guardar no meio da gente, lavar, escaldar ai tem um negocio que bota assim na água, que se chama mergulhão, a gente ferve ate na pia, bota água, escalda (Gibi).

Eu tinha que mandar vim uma agulha virgem que nunca entrou em couro de ninguém, Eu não sei o que é que o camarada tem. E dentro da cadeia tem muito

camarada doente né? Aí pra evitar problema pra mim, doença tipo de HIV, essas coisas aí, por causa da contaminação do sangue, e através da contaminação do sangue causa altos problema. Ele não vai sentir os sintoma logo não, mas quando for com os tempos ele vai começar a sentir os sintoma. Como eu conheço muitos aqui que é doente porque que ele não soube se preservar né? Agora, se o camarada que se furou é sadio, mesmo assim, eu não vou botar no meu couro não. Eu digo: Meu amigo é o seguinte eu vou pegar uma virge ali, depois que eu usar minha agulha virge você quiser usar, você pode fazer o que quiser com ela, agora só que com essa aí que já foi furada os outros eu não vou botar no meu couro não (Alado).

Entretanto, as condições de higiene durante o processo de tatuar tende a dificultar o processo de cicatrização da mesma, que muitas vezes inflamam. O indivíduo padece de febre, ínguas e dores de cabeça. Assim, esse processo corrobora para a “fama de durão”, tendo uma conotação de status social perante seus pares. Ao perguntar como as tatuagens foram cuidadas responderam-me:

Bom, eu usava anti-inflamatório, não comia comida carregada, lavava com água oxigenada, lavava com sabão líquido ou sabão de coco... Cuidava dela. Teve uma que inflamou, pensei que ia perder a perna. Pra fazer eu usei uma agulha de seringa, agulha de seringa é agulha usada né! Quando sarou ela ficou toda deformada (Teia).

Evidentemente diante da escassez total de equipamentos adequados, o processo de tatuar torna-se mais doloroso do que aquele feito por um profissional em um estúdio, devido à aplicabilidade dessas condições precárias. Para essa população masculina, tatuar-se representa signos de “ter coragem”. No intramuros, os sentimentos e a fragilidade jamais poderão ser exteriorizados, é um universo onde a força, a coragem, a virilidade e o *etos* de masculinidade são predominantes. Tatuar-se dentro desse universo representa *etos* de masculinidade enquanto tal, como retrata um dos entrevistados.

Viam como uma pessoa forte né? Que não temia dor, e uma pessoa bandida, que tinha muitas tatuagens, muito significado, tinha tatuagem bonita e uma pessoa sucedida no crime, e uma pessoa guerreira, uma pessoa de estima, uma pessoa valente, uma pessoa como se fosse bravo, inteligente, entendeu? (Coração de Bandido)

Nesse respectivo universo, o indivíduo que suporta e não demonstra a dor durante o processo de tatuar se faz merecedor da “fama” de corajoso perante seus pares. Assim, por ser durão, ele passa a ser “considerado” pelos seus pares.

3.3.2 O desconhecimento dos significados da tatuagem

Diante de algumas constatações no decorrer desta pesquisa a partir da fala dos entrevistados, não seria pertinente dizer que a prática da tatuagem carcerária pode ser entendida como uma “linguagem específica e codificada” conhecida por todos da comunidade de cativos no que se refere ao código específico de significados no mundo da criminalidade. De uma forma geral, alguns desenhos são clássicos no mundo da criminalidade como demonstra os desenhos abaixo. Porém, no referido campo de pesquisa dentre os que foram entrevistados poucos conhecem esses significados.

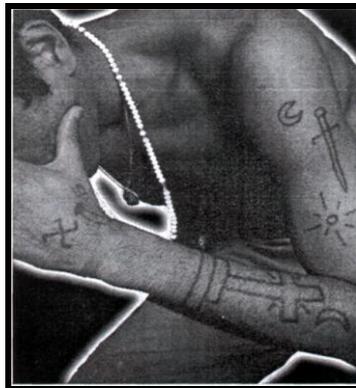


Foto: Punhal e Cruz de Caravaca
Fonte: Código de Cela,2001

Na foto acima, o punhal tatuado na parte superior do braço representa um “traidor”, normalmente é tatuado à força para identificá-lo e ser reconhecido em todas as penitenciárias onde ele estiver.

A Cruz de Caravaca tatuada na parte inferior do braço representa um bandido de alta periculosidade. Normalmente o desenho é tatuado nos braços ou nos ombros, locais de grande visibilidade.



Foto: Pontos nas mãos
Fonte: Código de Cela,2001

Os pontos tatuados nas mãos entre o polegar e o indicador é uma linguagem muito comum e codificada dentro dos presídios. Através dela, identificam-se vários tipos de delitos.



Foto: Pontos tatuados nas mãos
Fonte: Código de Cela,2001

Os pontos que estão representados no quadro acima, são tatuados entre o dedo polegar e o indicador, exprime o significado de vários delitos. Um ponto – batedor de carteira; dois pontos – estupro; três pontos em forma de triângulo – tóxico (traficante ou viciado); quatro pontos formando um quadrado – furto; cinco pontos – roubo; um ponto em cada extremidade

de uma estrela – homicídio; cinco pontos dentro de um círculo e outros quatro fora – chefe de quadrilha; duas linhas cruzadas de pontos – homossexual.

Esse tipo de marca tatuada na mão é uma linguagem universal no mundo da criminalidade dentro das penitenciárias das regiões sul e sudeste do país. Como podemos observar algumas tatuagens concomitantemente carregam signos de periculosidade e poder. Estas são feitas por livre vontade do seu possuidor. Algumas tatuagens caracterizam estigma social, através da força e contra a vontade do indivíduo, ele é marcado para que todos saibam quem ele é. Outra marca de estigma social são as tatuagens em homossexuais, também feitas à força e em locais visíveis para que se possa identificá-lo rapidamente. Normalmente ele é tatuado com pintas no rosto ou borboleta no peito.

Portanto, podemos perceber que a prática da tatuagem é uma linguagem específica e que fala por si só, e é entendida em seu meio criminal como representação do “eu” e do “outro”, significados representados através de símbolos que exprimem um pouco do caráter e periculosidade de cada um, culminando numa relação de força, poder e estigma nos intramuros penitenciários.

É importante ressaltar que no referido campo de pesquisa, a prática da tatuagem se reveste de várias nuances e significados de acordo com o lugar que o ator se encontra e o resultado pretendido. Alguns se tatuam apenas pelo simples fato de gostarem de tatuagem ou para passar o tempo.

Eu sempre tive a tal da vontade de fazer uma tatuagem, quando eu cheguei no presídio, lá onde eu me encontrava preso antes na comarca, não tinha tatuador, mas quando eu cheguei aqui no presídio vi um cara fazendo umas tatuagem, achei alguns desenho bonito aí fiz uma tatuagem. Sempre tive curiosidade de fazer, eu gostei e quando eu saí, vou cobrir essa aqui, vou mandar fazer uma original porque a de cadeia é um pouco meio desajeitada por que não tem recursos que um tatuador profissional tem. Aqui tudo é escasso, tudo é difícil, então mesmo assim eu botei tatuagem, é moda né! (Alado).

Em alguns casos os desenhos são escolhidos sem mesmo saberem o significado no mundo da criminalidade. Quando perguntei para um dos entrevistados como havia escolhido o desenho, este respondeu:

Eu tinha uma cortina na minha cela, minha filha veio me visitar e achou tão bonito aquele desenho com uma Cinderela, ai pediu pra mim tatuar. Ela falou: painho, o senhor vai se lembrar de mim toda vez que olhar pro braço e vê a tatuagem da Cinderela. Quando ela saiu, com um mês eu fiz essa tatuagem e só quem tem esse desenho aqui sou eu quando eu olho pra ela, eu gosto de ver, por que eu fiz pensando na minha filha (Chave de cadeia).

Nesse caso, o entrevistado tatuou uma Cinderela porque a filha pediu e também por não saber o significado no mundo da criminalidade. Caso ele seja transferido para outro presídio onde a comunidade de detentos saiba o significado, o mesmo ficará em maus lençóis, pois, dentro das penitenciárias o delito de estupro não é perdoado, tanto é que, o autor desse tipo de delito não cumpre a sua pena nos pavilhões de convívio e sim no pavilhão do “seguro”. Este outro entrevistado, também desconhecia o significado de tatuar rosas em alguma parte do corpo dentro do cárcere. Porém, escolheu o desenho por achar bonito e querer fazer uma homenagem a namorada.



Foto: Rosas
Fonte: Adriana Pereira de Sousa, 2009

No mundo da criminalidade, desenhos como fada, rosa, borboleta, são feitos à força em quem comete o delito de “estupro”, para que todos saibam quem ele é.

Dentro desse contexto, é importante ressaltar que os “tatuadores” que conhecem os significados dos desenhos explicam-nos antes de tatuar, porém, alguns por achar o desenho

bonito querem fazê-los assim mesmo, como explica um dos entrevistados que é tatuador no cárcere.

A tatuagem de uma rosa, aqui na Paraíba, ninguém conhece isso não, mas um cara que chega no sistema com uma tatuagem de uma rosa, de uma sereia, ele é estuprador. Já tá dizendo quem ele é, às vezes o camarada chega, pede ao companheiro: e aí faz uma sereia aqui. Aqui na Paraíba ninguém sabe né? Em cada Estado, cada cidade, em cada lugar tem seu jeito. Em São Paulo mesmo, os cara que chegar com uma tatuagem de sereia, ilha, uma flor, uma rosa, é maior sujeira. Aqui, eles nem sabe o que tá tatuando no corpo. Gostou do desenho, aí coloca. Às vezes eu fico olhando assim, pego as revistas, olho, pego mostro pra eles e digo o significado, mas ainda assim, uns querem fazer (Teia).

3.3.3 A tatuagem como signo do desejo oculto

Os indivíduos que se tatuam com o intuito de passar o tempo, ou pelo simples fato de gostar de tatuagem, exteriorizam em sua pele os seus desejos e sentimentos que está intrinsecamente ligado à subjetividade do indivíduo enquanto tal. A partir das falas dos entrevistados e das tatuagens que trazem na pele, foi possível constatar que alguns desenhos retratam esse dilema, a exemplo do desenho de “cavalo alado”, o desenho de “coração”, o desenho de uma cruz ou ainda frases com cunho religioso. Estas são feitas em locais bem visíveis. É comum também, a frase “amor de mãe”.

Como demonstra o desenho abaixo, o desenho de “cavalo alado” faz alusão à tão desejada liberdade, a qual de acordo com o entrevistado se espera com ansiedade e angústia.

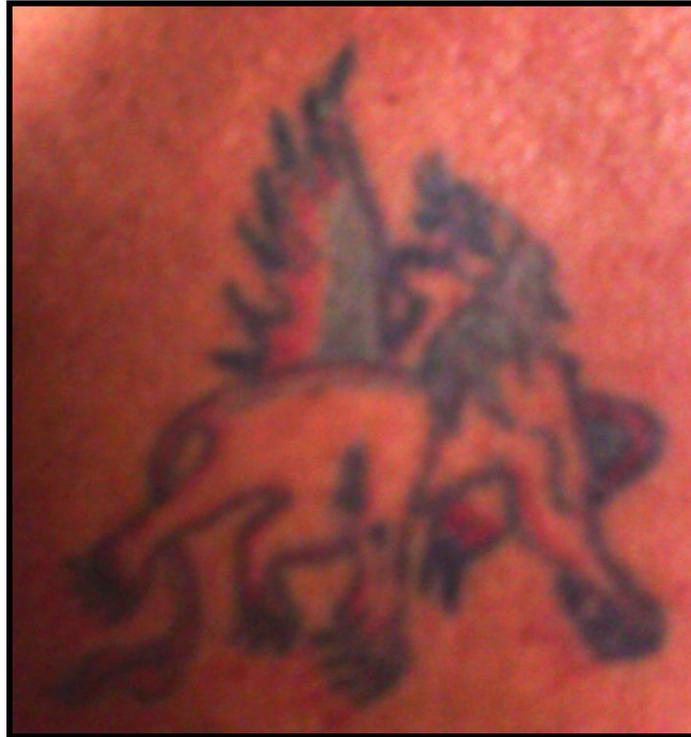


Foto: Cavalo Alado
Fonte: Adriana Pereira de Sousa, 2009

O cavalo alado, eu acho que pro preso ele representa liberdade, porque é um símbolo de um cavalo que pode voar, então eu acho que as pessoas que vive na cadeia voa, porque eles prendem os nosso corpo, mas jamais o nosso pensamento. A gente sempre está viajando, sempre está onde a família tá, em algum local aí, que passou, que tem vontade de conhecer... Eu acho que o cavalo alado pra mim, é um símbolo de liberdade, um sonho de liberdade (Alado).

A tatuagem com o desenho de coração é algo muito comum de se encontrar. Sempre fazendo alusão a uma pessoa querida além do intramuros. É bastante comum encontrar tatuado no centro do coração o nome da pessoa querida, como explica esse entrevistado:

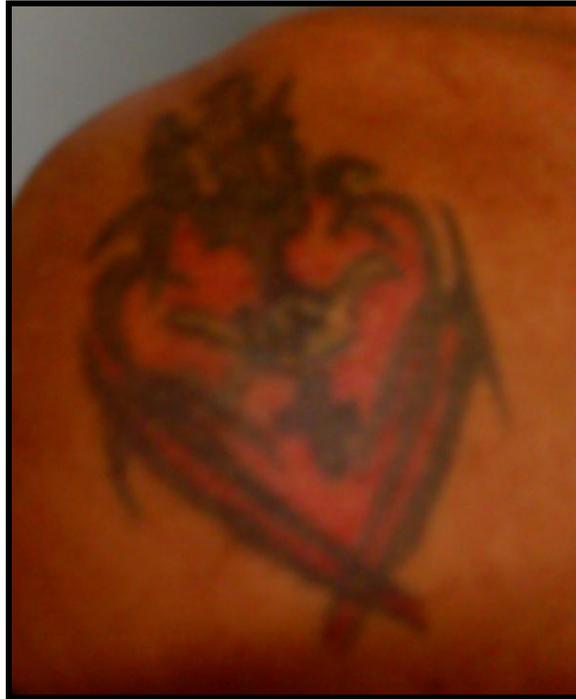


Foto: Coração

Fonte: Adriana Pereira de Sousa, 2009

A gente tem uma tatuagem porque a gente vê naquela tatuagem uma expressão que você às vezes não tem oportunidade de falar, você coloca no seu corpo pra demonstra pras pessoas. É um sinal de amor, uma coisa que você admira, uma coisa que você quer. A gente às vezes tem uma tatuagem pra identificar pra expressar um sentimento que você tem uma coisa que você gosta de identificar, é aquilo que você não sabe às vezes explicar nas palavras e explica no seu corpo, eu acho interessante. Apesar de ser mal feita, não ser original, não ter um brilho como a original, mas ela tem o nome de uma pessoa, e quando tem o nome de uma pessoa, é por que esse ser que se encontra preso que a sociedade discrimina tanto, tem alguma coisa no coração, tem alguém lá fora que é importante pra ele, e que ele pensa em um dia saí e caminhar rumo a sua liberdade (Sentimental).

O desenho da cruz é comum entre a comunidade de detentos, segundo eles, possuir esse tipo de desenho traz proteção no dia-a-dia dentro do cárcere. Pude constatar que a maioria dos entrevistados tem algum tipo de cruz tatuada em alguma parte do corpo, porém, o local mais comum é o braço.



Foto: Cruz
Fonte: Adriana Pereira de Sousa, 2009

É muito comum encontrar dentre os tatuados algum tipo de frase com cunho religioso ou ainda com o nome Jesus tatuado no corpo. Segundo eles, lembrar-se do “criador”, traz proteção e algum tipo de conforto espiritual.

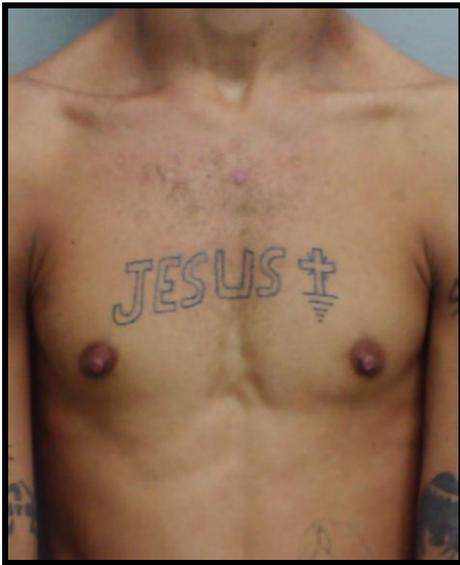


Foto: Jesus
Fonte: Adriana P. de Sousa, 2009



Foto: Frase
Fonte: Adriana P. de Sousa, 2009

Jesus morreu na cruz por todos nós né. Só Jesus que sabe o que a gente passa aqui. Pegaram fizeram o que quiseram com Jesus, foi muito sofrimento, mas Cristo foi ressuscitado. Só ele pra olhar por nós e saber o que a gente vive aqui. Só Jesus. (Taz)

Também muito usuais são as tatuagens que demonstram o amor pela mãe. De acordo com um dos entrevistados, diante da angústia e do sofrimento que as mães passam ao visitá-los, essa é uma forma de recompensar a dor que esta sente ao visitar o filho na prisão. A visita da mãe é implacável, porém, é muito raro encontrarmos pais que visitam seus filhos no cárcere.



Foto: Coração de Mãe
Fonte: Adriana P. de Sousa, 2009

Quando vejo a minha mãe chegar, assim, com as minhas compras, é uma tortura pra mim. Quando vejo cruzar os portões, que eu olho assim, dá aquela angustia dentro de mim vendo minha mãe entrar num lugar desse, passar pela revista, tirar a roupa, se agachar... Tudo isso por culpa minha (Teia).

Assim, dentro da sociedade dos cativos, a tatuagem traz em si uma prática de uso cultural e social delineada pelos conflitos interiores e exteriores na construção da identidade individual e social do indivíduo, estes resultantes da inter-relação social.

Alguns se tatuam apenas pelo simples fato de gostarem de tatuagem, ou ainda para passar o tempo. Alguns desconhecem os significados dos desenhos relacionados com a

criminalidade, só depois de tatuarem-se é que então tomam ciência do seu significado. Outros se tatuam na intenção de forjar uma identidade para ter consideração perante seus pares.

3.3.4 A tatuagem como signo para forjar uma identidade social

O indivíduo tem a possibilidade de marcar o seu corpo de acordo com a simbologia que ele queira representar, sendo esta uma forma de exibição de periculosidade, exprimindo um sentido de intimidação ou de poder sobre àqueles que são considerados mais fracos.

No decorrer de uma entrevista, perguntei se no convívio com seus pares havia alguma diferença em ter ou não tatuagem. O mesmo respondeu-me:

Quando você tem tatuagem você é considerado, é tipo assim, nesse lugar, você tá arriscado a levar umas tapas, então se você tem tatuagem, aí, os preso vê você assim, como um cara perigoso, aqui tatuagem é bom (Coração de Bandido).

Ao tatuar-se o indivíduo tem a possibilidade de um ganho de status social. Nesse caso a representação da criminalidade que traz estampada em sua pele muitas vezes não condiz com a sua verdadeira periculosidade enquanto tal. No mundo do crime o delito em si é conhecido e considerado pelo artigo correspondente ao Código Penal Brasileiro. Quanto maior for o número do artigo que condiz com o seu delito propriamente dito, maior consideração e respeito ele terá dos seus pares. Alguns tatuam símbolos de criminalidade apenas para forjar uma identidade e ganhar perante seus pares “consideração”. O exemplo desse entrevistado, preso pelo delito de “furto⁷”, é bem sintomático. Ao chegar ao cárcere, percebeu que não teria consideração e não seria respeitado pelos demais, pelo ato praticado. Assim, ele forja uma identidade que lhe trará algum tipo de status social durante a sua permanência dentro dessa sociedade.

Esse indivíduo traz estampado em seu corpo, o símbolo de matador de policiais que é representado com um desenho de um crânio humano com um punhal encravado no centro, como mostra a foto abaixo. Esse entrevistado não permitiu fotografar a sua tatuagem.

⁷ De acordo com o Código Penal Brasileiro o art.155 corresponde ao delito de “Furto”, (Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel).



Foto: Punhal Encravo
Fonte: Código de Cela, 2001

É evidente nesse caso, que a construção de uma identidade arraigada de periculosidade foi posta apenas para a aquisição de status social, porque esse indivíduo na verdade cometeu o delito de furto, (155 de acordo com o Código Penal Brasileiro), o qual no mundo da criminalidade não é “considerado”.

Assim, ele tem a possibilidade de exprimir em sua pele aquilo que ele queira que os outros saibam ou pensem a respeito dele, visando ser temido e respeitado a partir das inscrições que traz em sua pele. A construção desse tipo de identidade especificamente no meu campo de pesquisa é muito comum, uma vez que, segundo os entrevistados as inter-relações pessoais não são de confiabilidade, é “*preciso dormir com um olho aberto e o outro fechado*”. De acordo com as leis criadas por esse poder paralelo prevalece à lei do mais forte.

3.3.5 A tatuagem como signos de criminalidade

Dentre os entrevistados, pude constatar que o período de estada na prisão ultrapassa oito anos. Para esses indivíduos, o processo de construção da identidade também se encontra em transformação e em desenvolvimento constante. Resultantes desse conflito interior aparecem às primeiras tatuagens do cárcere, estas sempre fazendo alusão a desenhos

relacionados à criminalidade ou a desenhos demoníacos, os quais têm um significado específico no mundo da criminalidade.

É importante ressaltar que estas geralmente são feitas nos primeiros anos do cárcere, período de contestação das regras institucionais e do processo de ruptura da identidade individual e social, expressando claramente os sentimentos de revolta, raiva e contestação das regras estabelecidas, as quais na maioria das vezes vão de encontro com o seu “*eu*” que foi expropriado sem o seu consentimento enquanto indivíduo e sujeito.

Os primeiros anos do cárcere segundo os entrevistados são os anos mais difíceis, pois, estes devem apreender como se comportar e como conviver no dia a dia com seus pares. Para Goffman (2005, p.42), o início da estada é o período em que “a vida do internado é constantemente penetrada pela interação da sanção vinda de cima, sobretudo sobre o período inicial de estada, antes de o internado aceitar os regulamentos sem pensar no assunto”. Para ilustrar essa questão, alguns signos foram fotografados e os seus significados foram explicados pelos seus possuidores.



Foto: Malonguinho
Fonte: Adriana P. de Sousa, 2009

Como podemos observar a foto acima, o desenho representado por três cabeças com aparência demoníaca, tem um significado específico no mundo da criminalidade segundo o entrevistado:

Na malandragem diz que dá proteção, mas na verdade é o significado do cara que é homicida. Simboliza o homicida na cadeia, o cara que matou muito. A tatuagem do malonguinho na pele é uma tatuagem que perante a policia é sujeira (Teia).

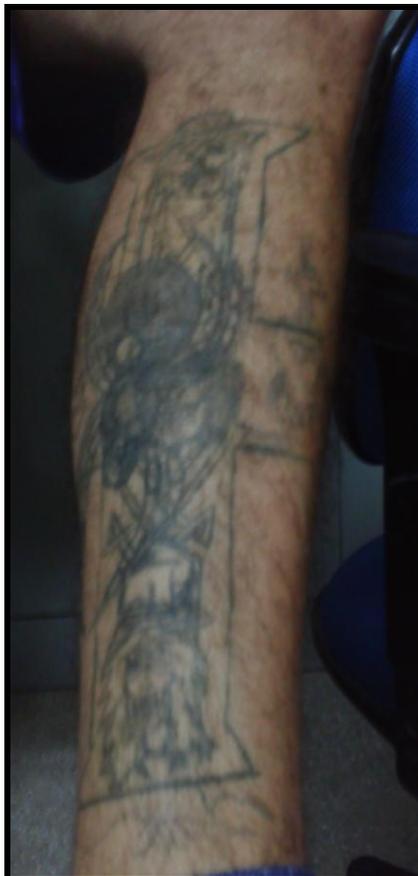


Foto: Cruz com quatro cabeças
Fonte: Adriana P. de Sousa, 2009

Como podemos observar o desenho mal elaborado e de difícil nitidez é resultado das técnicas precárias utilizadas e da inflamação ocorrida durante o período de cicatrização. A tatuagem estampada na perna direita do entrevistado é a representação de uma cruz com quatro cabeças, cada uma delas se encontra e uma das extremidades da cruz. Também considerada signo de criminalidade dentro da prisão, como explica o entrevistado.

Todo detendo que tiver uma cruz com quatro cabeças tatuada ou que tiver uma cruz com uma cabeça em cima ta simbolizando que ele é matador. A cruz com quatro cabeças simboliza também “matador de aluguel” (Coração de Bandido).

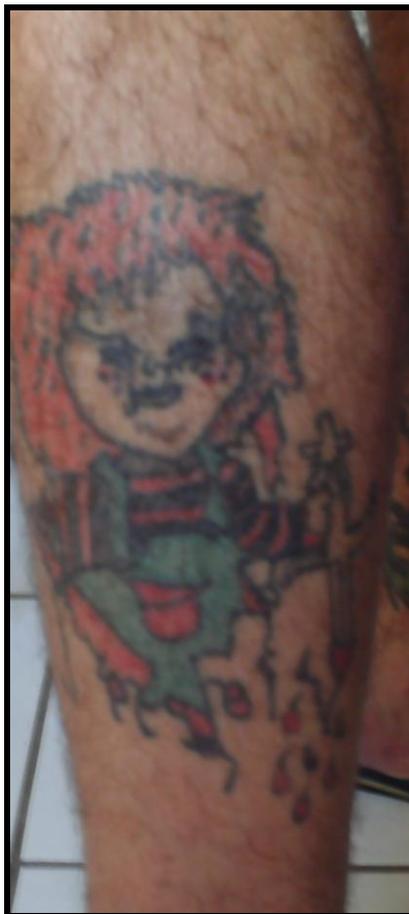


Foto: Chuck

Fonte: Adriana P. de Sousa, 2009

O desenho do boneco Chuck retratado no filme “Brinquedo Assassino”, dentro da prisão é considerado uma versão moderna, do delito de homicídio, segundo o entrevistado que tatuou em sua perna.

O Chuck, o que ele fazia nos filmes tinha tudo haver com quem eu era. Aí pensei...Vou usar a tatuagem do Chuck pra dizer quem eu sou! Eu num virei assassino?! Matador?! Pronto... até no meio do bando mesmo diziam: “cadê o Chuck? Chama o Chuck aí.” Entendeu? Ai eu fiz essa tatuagem aqui dele simbolizando a minha pessoa né! (Chuck).

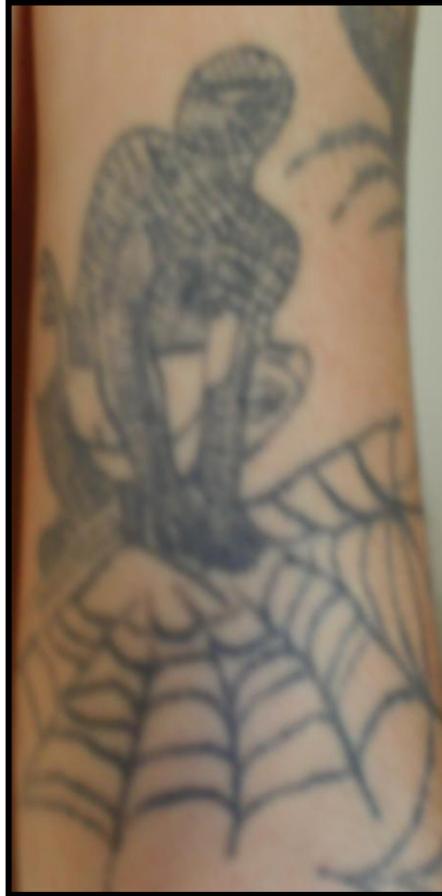


Foto: Homem Aranha
Fonte: Adriana P. de Sousa, 2009

No referido campo de pesquisa, a tatuagem do “Homem Aranha” tem o mesmo significado daqueles tradicionais pontos na mão que é muito conhecido nos sistemas penitenciários da região sudeste do país. Como vimos anteriormente, quatro pontos formando um quadrado significa furto, enquanto que, cinco pontos roubo. Foi possível constatar que no mundo da criminalidade esse tipo de delito ganhou uma nova representação. Hoje, é possível identificar os autores desses delitos através do desenho do “Homem Aranha” tatuados em alguma parte do corpo como explica “Gibi”:

Geralmente o cara que tem um desenho do homem aranha tatuado, significa que ele tá preso porque roubou ou porque furtou. O significado é porque o homem aranha é rápido, esperto e ágil. Ele é difícil de ser pego. É como quem rouba, até o cara ser preso, ele já roubou muito. Isso porque ele é esperto, não vê o cara que entra e rouba os apartamentos do segundo, terceiro e quarto andar?! Ele age que nem o homem aranha, sobe em qualquer lugar (Gibi).

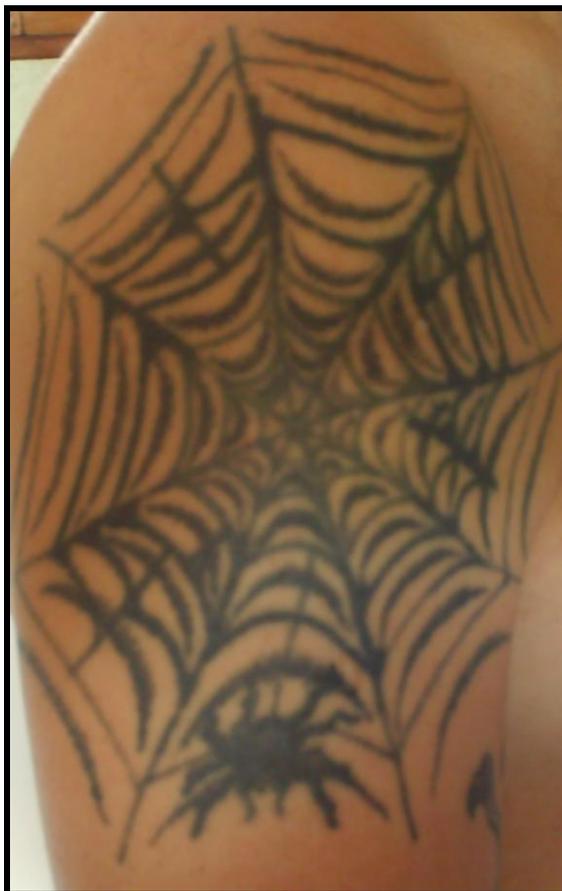


Foto: Teia

Fonte: Adriana P. de Sousa, 2009

A aranha? Bobagem, é só você começar analisar, pegue uma presa e jogue numa teia de aranha pra ver o que ela vai fazer com a presa. Ela vai laçar, vai segurar e vai sugar o sangue, até a vítima morrer. A teia de aranha simboliza que o bandido é de alta periculosidade (Teia).

As tatuagens que fazem alusão a desenhos demoníacos simbolizam o indivíduo cruel, destemido e corajoso. Este é visto pelos seus pares com respeito devido aos desenhos que traz estampado em seu corpo. Quem os tatua, acredita estar protegido por alguma “força do além”. Geralmente se tatuam nos primeiros meses do cárcere, uma forma “talvez inconsciente” de exteriorizar a posição de impotência diante da situação que se encontra. Esses mesmos indivíduos, com o passar dos anos acabam se arrependendo das marcas que foram elaboradas em sua pele.

Os desenhos abaixo nos permitem conhecer alguns signos que são muito utilizados entre a comunidade de apenados.

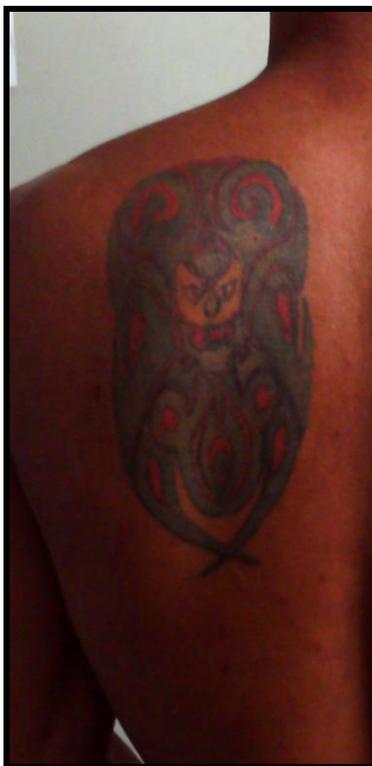


Foto: Tribal Satânica
Fonte: Adriana P. de Sousa, 2009



Foto: Cemitério
Fonte: Adriana P. de Sousa, 2009



Foto: Diabo

Fonte: Adriana P. de Sousa, 2009



Foto: Bruxo

Fonte: Adriana P. de Sousa, 2009

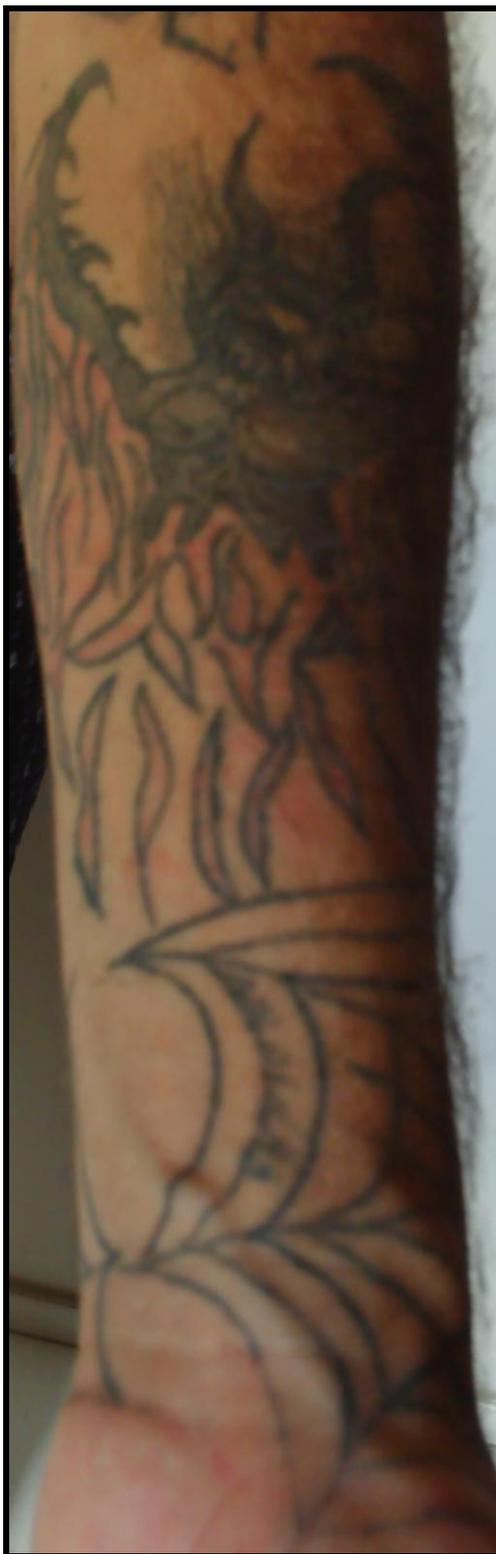


Foto: Labaredas do Inferno
Fonte: Adriana P. de Sousa, 2009

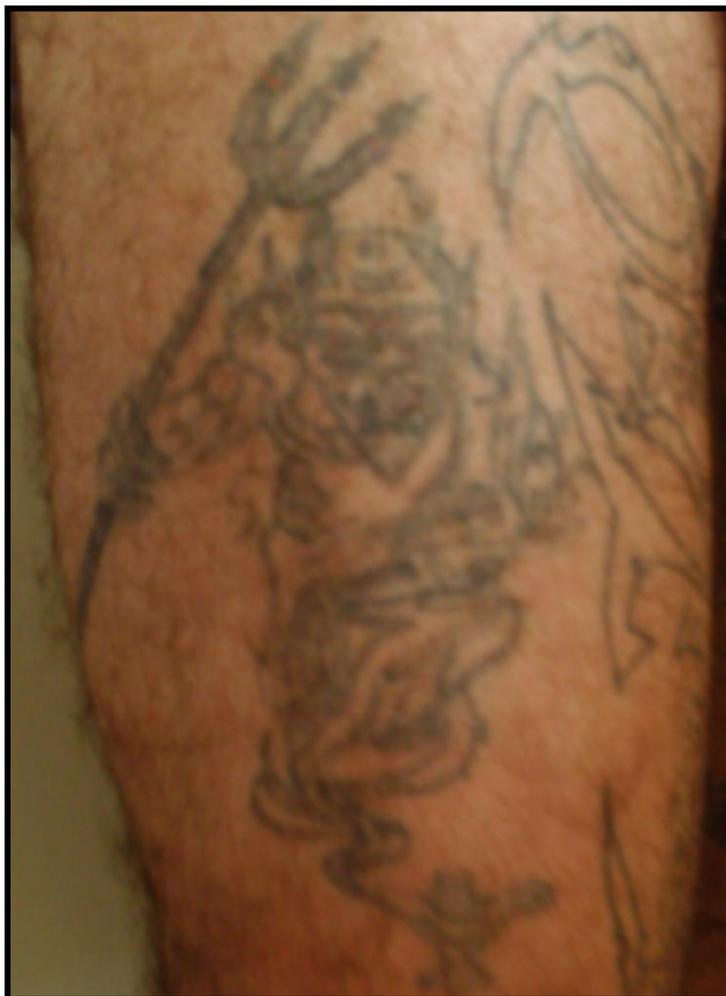


Foto: Diabo 2

Fonte: Adriana P. de Sousa, 2009

Pra muitos é coisa boa, pra outros é coisa ruim né. Pra caçador é bom né. Pra quem num é caçador é ruim né. Eles me vêem como uma pessoa satânica, um anti-cristo, rebelde. Isso é bom, eles me respeitam e alguns têm até medo. Mas se fosse hoje, eu não faria e se pudesse eu tiraria tudo. Porque trás coisas ruins né. Pensamentos negativos, às vezes você tá com pensamento ruim e toda vez que você sente aquele pensamento, eu creio que vem mais em relação justamente dessas tatuagens, que são coisas demoníacas né! Foram desenhos criados pelo homem mais... São coisas satânicas. A maioria delas, todas elas são ruins, é por isso que eu me arrependi e se pudesse tirava todas elas (Treva).

3.3.6 A tatuagem como signos de status social, poder e estigma

A tatuagem é um signo que transmite informação social nos intramuros e na sociedade como um todo. De acordo com um dos entrevistados, no presídio a tatuagem é um símbolo de status social e estigma, uma ambivalência na interpretação do significado a partir do lugar em que o ator se encontra.

No pensamento deles assim, o cara cheio de tatuagem assim, é um psicopata. Não só eu, mas também outras pessoas assim que eu convivo. Às vezes o pessoal trabalha aqui na frente com camisa de manga cumprida, pode ta o calor que tiver, mas só trabalha com camisa de manga cumprida, pra esconder as tatuagens (Teia).

Segundo esse entrevistado, alguns detentos trabalham junto à administração da instituição, normalmente realizando serviços gerais de limpeza, levando café e água à sala da administração, etc. A área administrativa do presídio é o local por onde passam os profissionais ligados à vida da instituição, são as psicólogas, as assistentes sociais, os advogados, os representantes do ministério público, dentre outros. Os detentos que realizam algum tipo de atividade e possui muitas tatuagens tem que trabalhar de calça jeans caso tenha tatuagens nas pernas e camisa de mangas longas, caso tenha muitas tatuagens nos braços. Segundo alguns entrevistados, para o corpo de funcionários, as tatuagens são relacionadas com um alto grau de periculosidade de acordo com a quantidade de tatuagens que o detento traz em sua pele e não de acordo com o significado dos desenhos.

Então, estes são recomendados a trabalhar escondendo-as, para que de repente ao chegar alguém do ministério público não questione o corpo de funcionários para saber o porquê de alguém com tamanha periculosidade não se encontra preso no pavilhão e sim exercendo algum tipo de atividade na área administrativa.

Como argumenta Goffman (2005, p.42), “numa instituição total, os menores segmentos da atividade de uma pessoa podem estar sujeitos a regulamentos e julgamentos da equipe diretora; a vida do internado é constantemente penetrada pela interação de sanção vinda de cima”. Nesse caso, o indivíduo é duplamente estigmatizado. A primeira estigmatização do indivíduo está associada com a sua entrada no intramuros. A segunda a partir da construção da sua identidade individual e social dentro do seu grupo. Assim, de

acordo com Goffman (2005), esse indivíduo estigmatizado passa a ser desacreditado, cujo estigma é sua característica distinta, já é conhecida ou é imediatamente evidente.

De acordo com dos interlocutores, o preconceito que irá enfrentar ao egressar para a sociedade é iminente. Para ele, além de ser “ex-presidiário”, sofrerá estigma pelas tatuagens que possui, cerca de vinte, todas feitas durante a sua estada na prisão.

Essa semana eu tava olhando ai uma revista de uma mulher, ela toda tatuada... Tava olhando assim, ai veio na mente, você vê, a tatuagem só pega mal pra quem é pobre, pra quem vive na cadeia, mas pra sociedade, filhinho de papai quem é da sociedade não. Mas se eu saí da cadeia, como sou ex-presidiário e com tatuagem, é arriscado até chamar a polícia, se eu entrar dentro de uma farmácia, dentro de um mercadinho pra fazer uma compra, se eu andar de bermuda ou de camiseta na rua o camburão vai me parar e vai... o filhinho de papai, a polícia passa vê e num para, mas a polícia se vê eu assim vai parar porque vai conhecer que é tatuagem de cadeia, qual a polícia que não conhece o que é tatuagem de cadeia? Eles estuda pra isso também né (Teia).

A construção da identidade é tanto pessoal como social, fruto das inter-relações sociais, a identidade social é marcada pela diferença e a diferença é marcada pela exclusão. A cultura do intramuros molda a identidade ao dar sentido à experiência e ao tornar possível optar entre várias identidades possíveis, por um modo específico de subjetividade.

Ao passo em que os detentos tatuam-se, a escolha do desenho revela a subjetividade do indivíduo, mesmo que esta seja inconscientemente. O desenho escolhido e o local a ser tatuado denunciam as características particulares da personalidade de cada indivíduo. Falando por si só, o desenho expressa na maioria das vezes o que ele queira que os outros saibam dele. Essa constatação é confirmada na fala de um dos entrevistados.

Quando eu fiz uma tatuagem de um coração na sola do pé direito, pra mim representava coração de bandido, que bate na sola do pé, sem pena, sem dor. Errou tem que ser cobrado, então pra mim representava isso aí, ser um bandido com honestidade, um bandido que o que falasse, tinha que ser cobrado. Então eu fiz uma tatuagem de um coração na sola do pé. Como se diz o ditado, na vida do crime o coração bate na sola do pé. Digamos que ter tatuagem dentro do presídio é apenas uma demonstração de ser um bandido, ser um bandido que já viveu muito que não tenha dor, um bandido respeitado. Com uma boa tatuagem, ela bem feita, retrata um bandido bem sucedido que teve alguma oportunidade de fazer uma tatuagem boa, que teve já algumas palavras concedida, por que a tatuagem ela tem um certo significado, todas elas tem o seu significado. (Coração de Bandido).

Alguns desenhos demonstram claramente essa evidência devido a sua especificidade. A parte do corpo escolhida para ser tatuada faz parte de um ritual de identificação do prisioneiro enquanto tal, na intenção de exibir em seu corpo a sua periculosidade, ser temido e respeitado, uma imposição velada, onde o indivíduo não precisa dizer quem é, basta olhar-lhe para temê-lo e não ousar enfrentá-lo. É um tipo de aviso estampado no corpo, para ser temido, respeitado e obedecido.

Ao perguntar para um dos entrevistados como seus pares vêm as suas tatuagens o mesmo falou:

Via como uma pessoa que tava no crime, que tava por dentro do crime, que adorava coisas bonitas que achava um significado naquelas coisas, dava um, dava até uma respostas pra muitos que me perguntavam, que tatuagem bonita, aonde foi que você fez? E eu disse na cadeia, e disse, todas elas na cadeia. E eu disse todas elas na cadeia. Então no dia a dia que você vai mostrando, você vai ganhando aquela certa amizade, aquela certa confiança, aquele certo admirador por causa das tatuagens, por causa daquela história que você contava, então você ia tendo amigos, quando você pensava que não, você estava com a voz ativa, pensava que não você era escolhido como líder, pensava que não sua palavra ia ser a decisão naquela certa atitude que tomassem (Coração de Bandido).

Observa-se como o discurso de masculinidade, força e periculosidade estão arraigados na fala do entrevistado que foi líder em duas rebeliões na referida instituição. Diante do exposto, podemos constatar que a tatuagem carcerária se apresenta com várias faces. Cada autor desse cenário se tatua pelos mais variados motivos. Porém, é relevante pensar que há a possibilidade de criar uma identidade individual e social de acordo com a necessidade do lugar em que o ator se encontra.

Dentre os vários aspectos que a tatuagem se apresenta no referido campo de pesquisa, pude perceber ao longo das entrevistas e das tatuagens que fotografei que apesar da técnica rudimentar e do material inadequado utilizado para tatuar, algumas apresentam uma maior elaboração, ou seja, algumas tatuagens já aparecem coloridas e com traços mais finos. Essa nova estética da tatuagem carcerária tem sofrido influência a partir dos reclusos que já chegam ao presídio tatuado. Estas foram feitas por algum tatuador profissional, assim, logo após a sua chegada ao cárcere os reclusos que são tatuadores as observam para tentar fazê-las o mais parecido possível. Porém, segundo os entrevistados a maior dificuldade não é fazer a tatuagem bonita e sim, a impossibilidade de adquirir material adequado para a mesma. Por

isso não é possível na maioria das vezes fazer uma tatuagem bonita com as características de tatuagem de estúdio como comenta “Teia”:

Por que é o seguinte, o cara que já tá preso há muito tempo, tudo pra ele quando chega na cadeia é novidade, entendeu? Se chega um cara com uma tatuagem de rua, ele já vai chamar a atenção daquele cara que faz muito tempo que tá preso, pô tatuagem bacana, isso é tatuagem de rua. Aí já chama o cara que tatua pra ver a tatuagem dele, eu quero uma dessa aí do mesmo jeito. Só que ele vai ter que comprar o material adequado para fazer uma daquela da mesma forma. E como é muito difícil, a gente acaba tatuando do jeito que dá né (Teia).

No referido campo de estudo, ainda não é possível saber se haveria diferença ou não no resultado final da tatuagem se esta fosse feita com máquina elétrica profissional. Primeiro, porque a entrada desta não é permitida e não há relato de alguém que se tatuou com uma dessas no cárcere pesquisado, e segundo, porque para ser tornar um tatuador profissional requer conhecimentos técnicos específicos e anos de prática.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo pretendeu apresentar alguns aspectos da prática da tatuagem carcerária no Instituto Penal Desembargador Sílvio Porto em João Pessoa, a partir de situações observadas em campo. A observação participante com doze apenados me permitiu conhecer um pouco sobre as relações de interdependência social entre os apenados e o corpo de funcionários, entre os próprios apenados, como também, conhecer um pouco sobre a dinâmica social da instituição. No decorrer das entrevistas com os apenados, estes revelaram alguns dos mecanismos do poder paralelo criado pela própria comunidade de cativos. Dentre os entrevistados, três deles tornaram-se meus principais interlocutores. Assim, foi possível construir um perfil dos tatuados e contrastá-lo com o imaginário corrente sobre eles. Ao mesmo tempo, pude perceber alguns valores que tatuados e tatuadores do cárcere constroem, e muitas vezes compartilham, acerca da tatuagem. A partir do perfil dos tatuados e destes valores, formulei uma interpretação sobre a prática da tatuagem carcerária que aponta para a construção de uma identidade individual e social, delimitação de território, poder e estigma social dentro do intramuros. Um uso relacionado às construções de *etos* de masculinidade, virilidade, força, poder e estigma dentro desse universo, como contraponto e resistência a um controle e dominação por parte do corpo de funcionários (agentes), e da própria instituição.

No primeiro capítulo, relato a experiência do campo de pesquisa e suas respectivas surpresas. Constatei ao longo deste, que o campo de pesquisa é um ambiente que nos reserva muitas surpresas, e que o mesmo acaba delineando o curso e o resultado da pesquisa.

As preocupações iniciais em obter as respostas que ali fui buscar aos poucos foram se esvaindo à medida que fui percebendo que não estava diante apenas de um simples objeto de estudo, e sim, diante de um ser humano que estava disposto a partilhar comigo a história da sua vida.

O ambiente onde as entrevistas foram realizadas favoreceu o estabelecimento dos laços de confiabilidade entre pesquisador e pesquisados. Porém, esta relação de confiabilidade acabou incomodando os funcionários (agentes) e o próprio diretor da instituição. Este passou a dificultar a realização das entrevistas, já que eu não tinha acesso aos entrevistados e dependia do corpo de agentes para chamá-los.

Percebi o quanto era importante compreender a dinâmica das inter-relações sociais interna e a relação direta e indireta da instituição com todos os atores que faziam parte desse cenário. O cenário é composto por vários atores, cada um deles desempenha um papel que reflete diretamente nos resultados das inter-relações sociais da vida interna da instituição.

Diante dos mais variados papéis desempenhados pelos atores que compõem esse cenário, não há dúvidas que a relação de poder permeia todas as instâncias das inter-relações

sociais internas e externas da instituição. Observei que os agentes de uma forma geral fazem da sua função um exercício constante de poder, pondo em xeque os direitos dos apenados e dos visitantes. A maioria dos agentes resolve as questões que não estão relacionadas à disciplina de acordo com a sua vontade ou visando algum tipo de ganho material. Por sua vez, a comunidade de apenados com suas regras de conduta moral e social criadas por eles mesmos, colocam em xeque a lei de sobrevivência do mais forte a todo instante e em todos os aspectos da vida social no intramuros. Entre estes e o corpo institucional as inter-relações sociais não poderiam ser diferentes do que são: conflituosas e tensas. Porém, de acordo com o interesse de cada um deles e na iminência do exercício de poder um sobre o outro, ou ainda, visando à possibilidade de ganho material, é possível que a relação entre agentes e apenados seja amistosa. É a necessidade que um tem do outro e o ganho obtido que vai dar o tom dessa relação. Por outro lado o diretor da instituição faz vistas grossas, é conivente com a situação, para ele apenas importa a ausência de rebeliões ou de fugas na instituição.

Ficou evidente também, que o ambiente que um ator proporciona para o outro independentemente ou não da sua vontade, resulta numa relação conflituosa que está sempre por um fio. Podemos considerar que as tensões e os conflitos que permeiam as inter-relações sociais no intramuros são inerentes aos sistemas carcerários.

Prevalecendo a lei do mais forte, aqueles dotados de força física ou poder, levam vantagem e impõe as suas vontades aos mais fracos, que são suscetíveis a obediência pelo medo da imposição da força ou por medo de sofrer represálias.

A prática da tatuagem carcerária encontra-se dentro desse contexto específico de relações de poder, assunto discutido no terceiro capítulo.

A tatuagem carcerária é uma prática que se reveste de várias nuances e significados de acordo com o lugar e o resultado pretendido. Alguns se tatuam apenas pelo simples fato de gostarem de tatuagem, ou ainda para passar o tempo. Outros na intenção de forjar uma identidade para ter consideração perante seus pares. Alguns desconhecem os significados dos desenhos relacionados com a criminalidade, só depois de tatuarem-se é que então tomam ciência, porém, os casos mais comuns são aqueles em que a tatuagem representa signos de criminalidade, e esta está ligada diretamente ao conflito entre o eu individual e social do indivíduo em sociedade e a construção da identidade individual e social do recluso no intramuros.

É nesse limiar tênue em que os signos que representam a criminalidade são inscritas em sua pele. O desenho escolhido e o local a ser tatuado denunciam características particulares da personalidade de cada indivíduo. Falando por si só, o desenho expressa na

maioria das vezes os seus sentimentos mais íntimos. A tatuagem carcerária é a expressão mais significativa do ser humano que está por traz do criminoso, onde este inscreve em sua pele a sua história de vida e do cárcere, revelando através de signos os segredos mais secretos que jamais ousaria revelá-los.

Porém, tudo é muito contraditório. O que foi símbolo de força e poder torna-se estigma social à medida que o cativo egresso à sociedade. Essa ambivalência é uma marca que o indivíduo carregará para sempre. O poder se transformou em estigma social, privando-o de esquecer quem ele foi e quem ele é. Passível de discriminação social pelas marcas corporais que traz inscrita a flor da pele.

Estes são alguns dos muitos aspectos que permeia o mistério da prática da tatuagem carcerária, que ao longo dessa pesquisa foi estudado. Por hora só posso dizer que a tatuagem carcerária é um mundo de simbologias e significados que nos tem ainda muito a revelar.



REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Miguel Vale de. **Corpo presente: antropologia do corpo e da incorporação**. In: _____ (org.). **Corpo presente: treze reflexões antropológicas sobre o corpo**. Oeiras: Celta Editora, 1996.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BEAUD, Stephane. **Guia para pesquisa de campo**. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

BISSOLI FILHO, Francisco. **Estigmas da criminalização**. Florianópolis: Obra Jurídica, 1998.

BOEMER, Magali Roseira. A Condução de Estudos Segundo a Metodologia de Investigação Fenomenológica. **Revista latino-americana de enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 1, p. 83-94, jan. 1994.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. **Código Penal Brasileiro**. Decreto - Lei n.2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: <<http://edutec.net/leis/gerais/cpb.htm>>. Acesso em: 12 jan. 2010.

_____. **Estatuto da criança e do adolescente**. Decreto – Lei n.8069. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 15 out. 2009.

_____. **Lei de Execução Penal**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L7210.htm>>. Acesso em: 12 jan. 2010.

BRETON, David Le. **A sociologia do corpo**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Caminhos da identidade: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo**. São Paulo: UNESP; Brasília: Paralelo 15, 2006.

CICOUREL, Aaron. Teoria e método em Pesquisa de Campo. In: Guimarães, Alba Zaluar (Org.). **Desvendando máscaras sociais**. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1990. p. 87-122.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

COELHO, Edmundo Campos. **A oficina do diabo**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

COSTA, A. **Tatuagem e marcas corporais**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

COSTA, Zeila. **Do porão ao estúdio: trajetória e práticas de tatuadores e transformações no universo da tatuagem.** Florianópolis, 2004. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal de Santa Catarina.

CUNHA, Lúcia. **História do Presídio Sílvia Porto.** João Pessoa, 2007. Monografia (Trabalho Acadêmico de Conclusão de Curso Licenciatura em História), Universidade Federal da Paraíba.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico.** São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1995.

ELIAS, Nobert. **A sociedade dos indivíduos.** Organizado por Michael Schröter; tradução, Vera Ribeiro; revisão técnica e notas, Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FONSECA, Andréa L. P. **Tatuar e ser tatuado: etnografia da prática contemporânea da tatuagem.** Estúdio: Experience Art Tattoo – Florianópolis – SC – Brasil. Florianópolis, 2003. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal de Santa Catarina.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir.** Petrópolis: Editora Vozes, 1997. 16 ed.

GEERTZ, Clifford. O saber local. In: _____. **A arte como um sistema cultural.** Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

GIDDENS, Antony. Introdução. In: **As consequências da modernidade.** São Paulo: UNESP, 1991.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1980.

_____. **A representação do eu na vida cotidiana.** 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. **Manicômios, prisões e conventos.** 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 1992.

_____. A questão multicultural. In: _____. **Da diáspora: identidades e mediações culturais.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

JOÃO DO RIO. **A alma encantadora das ruas.** Organizado por Raúl Antelo. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KRISCHKE LEITÃO, Débora. **O corpo ilustrado: um estudo antropológico sobre usos e significados da tatuagem contemporânea.** Porto Alegre, 2003. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

LEMGRUBER, Julita. **Cemitério dos vivos.** Rio de Janeiro: Achimé, 1983.

- LOMBROSO, César. **O homem delinqüente**. Porto Alegre: Ricardo Lenz, 2001.
- MALINOWSKI, B. (1980). Objetivo, método e alcance desta pesquisa. In: Guimarães, Alba Zaluar (Org.). **Desvendando máscaras sociais**. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1990. p. 39-62.
- MARQUES, Toni. **O Brasil tatuado e outros mundos**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- MAUSS, Marcel. **As técnicas corporais: sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac & Naif, 2003.
- OLIVEIRA, Roberto C. **O trabalho do antropólogo**. São Paulo: Unesp, 2000.
- OSÓRIO, Andréa Barbosa. **O gênero da tatuagem: continuidades e novos usos relativos à prática na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2006. Tese (Doutoramento em Antropologia Social) Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia – PPGSA, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – IFCS, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.
- PIRES, B. **O corpo como objeto da arte**. São Paulo: Ed. Senac, 2003.
- RAMALHO, José Ricardo. **Mundo do crime a ordem pelo avesso**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- RIBEIRO, Franclides Corrêa. **Sistema penitenciário brasileiro: um estudo de caso**. João Pessoa, CEPM, 2005. Monografia.
- RODRIGUES, Guilherme Silveira. **Código de cela: o mistério das prisões**. São Paulo: WVC EDITORA, 2001.
- RODRIGUES, José Carlos. **O corpo na história**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.
- RODRIGUES, Roberto. **Os incidentes prisionais no complexo penitenciário Desembargador Silvio Porto**. João Pessoa: CEPM, 2004. Monografia.
- SALLA, Fernando. **As prisões em São Paulo 1822 – 1940**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2006.
- SENNETT, Richard. Carne e Pedra. **O corpo e a cidade na civilização ocidental**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SIMÕES, S. M. F.; Souza, Le de O. Um caminhar na aproximação da entrevista fenomenológica. **Revista latino-americana de enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 5, n. 3, p. 13-17, jul.1997.
- SOUSA, Adriana Pereira. **O uso do corpo como tela de arte: a trajetória da tatuagem em João Pessoa**. João Pessoa, 2007. Monografia (Trabalho Acadêmico de Conclusão do Curso de Licenciatura em História), Universidade Federal da Paraíba.
- THOMPSON, Augusto. **A questão penitenciária**. Petrópolis: Vozes, 1976.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

WACQUANT, L. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ZALUAR, A. **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1990.

_____. **Da revolta ao crime S.A.** São Paulo: Editora Moderna, 1996.

ZALUAR, A.; LEAL, M. C. Violência extra e intramuros. **Revista brasileira de ciências sociais da associação nacional de pós-graduação e pesquisa em ciências sociais**, São Paulo, v. 16, n. 45, p. 145-164, 2001.